

JULIANO CÉSAR DE LAZARI

**O MÉTODO COMBINADO DE ANÁLISE E SÍNTESE NA FILOSOFIA
DO CONHECIMENTO KANTIANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia do Conhecimento e Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Zeljko Loparic

Porto Alegre

Agosto 2006

JULIANO CÉSAR DE LAZARI

**O MÉTODO COMBINADO DE ANÁLISE E SÍNTESE NA FILOSOFIA
DO CONHECIMENTO KANTIANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia do Conhecimento e da Linguagem.

Aprovado pela Banca Examinadora em ____ de _____ de 2006.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Zeljko Loparic

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

AGRADECIMENTOS

Ao professor Loparic, personificação do verdadeiro filósofo, pelo aprendizado.

A todos os que partilharam de minhas angústias e preocupações e testemunharam minha luta.

E, em especial, a César Fontoura pelas valiosas observações.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma interpretação acerca do método aplicado por Kant na solução do problema da determinação das condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. A interpretação que apresentamos foi construída através da obediência a um itinerário que nos levou a adotar a visão desenvolvida por Loparic com o acréscimo de alguns aspectos. De acordo com nosso estudo, o método combinado de análise e síntese adaptado da geometria grega antiga se revelou como uma resposta plausível para os problemas metodológicos observados ao longo da teorização de Kant e auxiliou a compreender uma série de aspectos importantes de sua filosofia. Nessa investigação utilizamos as obras que auxiliaram a identificar o método adotado por Kant. A análise se concentrou na obra do período pré-crítico, intitulada “Investigação sobre as Evidências dos Princípios da Teologia Natural e da Moral”, além das obras de filosofia teórica do período posterior: os “Prolegômenos” e a “Crítica da Razão Pura”. Esse estudo permitiu levantar uma série de problemas ligados ao método cuja resposta dependia da escolha de uma hipótese de interpretação que partisse de pistas indicadas pelo próprio Kant para a identificação de elementos não abordados por ele de forma explícita, mas que indicariam o caminho para uma visão coerente de seu método. Nesse sentido, o trabalho procurou responder, principalmente, aos seguintes problemas: quais as características da analogia entre o método combinado na filosofia e o método da geometria afirmada por Kant? O filósofo manteve no período crítico a sua preocupação metodológica afirmada no período anterior, de buscar nos objetos e conceitos as notas características imediatas e evidentes articuladas como proposições indemonstráveis? Em resposta a esses problemas a análise da interpretação de Loparic demonstrou existir uma influência do método combinado de análise e síntese da geometria grega no método kantiano e também nas teorizações do filósofo a respeito das noções de

fenômeno e númeno, e sobre a operação de construção de conceitos pelas intuições puras. O método kantiano caracterizava-se, então por procurar os condicionantes do processo do pensar e do conhecer como um movimento regressivo na análise, e, em seguida, por articular na forma de uma verdadeira construção, como na geometria grega, os elementos encontrados na forma de conhecimentos sintéticos como condições do conhecimento da natureza. Esse último momento, chamado também de progressivo, correspondia à fase sintética do método. De nossa parte pudemos apenas inserir a preocupação de Kant em refutar candidatos alternativos ou complementares aos condicionantes e inserir a idéia de que o filósofo, apesar de não ter recomendado, utilizou o método de redução ao absurdo como um recurso complementar ao da prova ostensiva na demonstração da legitimidade das condições. Por outro lado, não pudemos defender a manutenção do ideal de busca por proposições indemonstráveis no período crítico, por falta de evidências nos textos pesquisados, apesar de existir a possibilidade de se conjecturar uma analogia com a matemática.

Palavras-chave: Método, Análise, Síntese, Transcendental, Juízo Sintético, Intuições Puras, Categorias.

ABSTRACT

The main objective of this research is to present an interpretation about the method that Kant applied in order to solve the problem related to the establishment of the conditions of possibilities of synthetic judgments. This interpretation was build up according to Loparic's point of view and many other aspects. We observed that the combination of the analysis and synthesis adapted to Ancient Greek Geometry is a plausible answer to the problems posed by Kant and it also make us understand many important aspects of his philosophy. In this study, we found some references that make us identify the method adopted by Kant. The analysis was focused on the book of the critical period – “The investigation of the Evidences of Principles of the Natural and Moral Theology. We also analyzed theoretical and philosophical books of the following period: “Prolegomenos” and “The Critic of Pure Sense”. We could reflect about many issues related to the method used - the answer depended on the choice of the interpretation originated by the hints given by Kant in order to identify the elements that were not mentioned by the author in an explicit way. However, they could show us a coherent methodology. We mainly tried to answer the following questions: What are the features of the analogy that exist between the method that is combined with philosophy and the one that is related to geometry – as Kant argued? Did the philosopher maintain his methodological believes in the critical period – that is – was he looking for, in the objects and in the concepts, openly immediate characteristic notes as propositions that could not be demonstrated? The analyze of Loparic's interpretation demonstrated us that the combination method of the analyzes and the synthesis of the Greek Geometry influence Kant's methodology as well as his theorizations about the notions of the phenomenon and númeno and also about the operations of concept construction by pure intuitions. Thus, the main feature of Kant's method was to search for conditioners of thinking and knowing process as a regressive

movement in the analysis. Apart from that, this method also articulated as a “constructor”, as the Greek geometry, the elements that were found in the synthetic knowledge conditioners of nature knowledge. That final movement, that was also called progressive, was related to the synthetic method. We also could add that Kant was concern to the rejection of alternative candidates or of complements to the conditioners. Although the philosopher did not recommend it, he used the method of reduction to the absurd as a complement to the ostensive prove in the demonstration of the legitimacy of conditions. On the other hand, we could not justify the maintenance of the ideal search for propositions that could not be demonstrated due to the lack of evidences in the texts that were analyzed. But, we also can make conjectures about an analogy with Mathematics.

Words-key: Method, Analysis, Synthesis, Transcendental, Synthetic Judgment, Pure Intuitions, Categories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O PROBLEMA DO MÉTODO E O PERÍODO PRÉ-CRÍTICO.....	14
1.1 A Discussão sobre o Método no Período Pré-Crítico	15
2 O PROBLEMA FUNDAMENTAL NO PERÍODO CRÍTICO	30
2.1 A Colocação do Problema Fundamental.....	30
2.2 Juízos Sintéticos <i>a Priori</i> : Matemática, Física e Metafísica	37
3 O MÉTODO NO PERÍODO CRÍTICO	41
3.1 A Aplicação do Método Analítico nos Prolegômenos.....	44
3.2 O Método Sintético e a Crítica da Razão Pura	59
3.2.1 O método Analítico na Estética Transcendental.....	61
3.2.2 A Analítica dos Conceitos	66
3.2.3 O Método Sintético na Analítica dos Princípios.....	72
3.2.4 As Demonstrações na “Doutrina Transcendental do Método”	78
3.2.5 O Método e seus Problemas	82
4 UMA HIPÓTESE: A INFLUÊNCIA DA GEOMETRIA GREGA	85
4.1 A Recepção do Método Combinado por Kant.....	89
4.2 O Problema e a Fase Analítica do Método Combinado	90
4.3 O Momento Sintético	94
5 A INTERPRETAÇÃO DE LOPARIC E OS PROBLEMAS DO MÉTODO.....	100
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
OBRAS CONSULTADAS.....	113

INTRODUÇÃO

Toda filosofia almeja responder a um problema. Uma resposta consistente, por seu turno, só pode ser construída através de uma estratégia eficaz. Ao procurarmos construir nossas próprias respostas a questões filosóficas, e também quando interpretamos as de outros, além da pertinência e da definição exata do problema, a clareza no que concerne ao método de investigação e a sua aplicação concisa são essenciais para a identificação de uma solução adequada e coerente.

Com efeito, a obediência aos passos de um método adequado, além de conferir rigor à investigação e mesmo à exposição, é condição necessária para a possibilidade de uma avaliação de todo o processo e de seus resultados como candidatos a acréscimos de conhecimento.

O estudo que apresentamos a seguir versa sobre o método de argumentação apresentado e seguido por Kant em sua teoria do conhecimento. Mais precisamente, queremos apresentar a interpretação desenvolvida por Zeljko Loparic do método que Kant utilizou em sua teorização nos Prolegômenos e na Crítica da Razão Pura, ao procurar resolver o problema fundamental da filosofia transcendental. Essa interpretação será apresentada como uma hipótese coerente de leitura do método kantiano após levantarmos problemas de interpretação a ele concernentes.

A opção pelo método em Kant se justifica por vários motivos. Primeiramente, acreditamos que a busca por clareza, rigor e exatidão ao interpretar esse assunto é essencial para a compreensão da filosofia teórica do autor, e esta, por sua vez, é “pedra de toque” ao tentarmos entender não apenas problemáticas gnosiológicas específicas como a das condições

e limites do saber humano, mas também os desenvolvimentos posteriores da filosofia moderna e contemporânea.

As formulações de Kant no âmbito da teoria do conhecimento podem ser apontadas como o ponto de convergência ou uma conseqüência de várias teorizações do período moderno. O kantismo além de ser entendido como uma tentativa de solução para o impasse entre o empirismo e o racionalismo é também, como veremos, um exemplo clássico da influência que a matemática e os resultados das formulações das ciências naturais, especialmente as da física, exerceram sobre a filosofia daquele período.

No que se refere à época contemporânea, a influência de Kant é observada em várias correntes como a heideggeriana, a filosofia analítica e a filosofia da ciência. Nesse sentido, nossa opção pode ser justificada como um esforço de compreensão e de interpretação de um método que construiu uma teoria de grande influência histórica. A escolha pela interpretação de Loparic é justificada no que segue.

O método mencionado por Kant especialmente nos Prolegômenos tem sido alvo de interpretações diversas entre os comentadores que discutem sobre uma argumentação em sentido regressivo ou progressivo. Existem defesas para os dois sentidos. Na abordagem de Loparic apresenta-se um método de argumentação combinado de análise e síntese à maneira dos geômetras gregos.

Kant teria proposto e aplicado um método que começaria pela análise em busca dos condicionantes de juízos sintéticos em geral, tomados como dados, ampliando o conhecimento sobre os mesmos. Após, proporia um retorno sobre o que se alcançou e uma elaboração através de processos de dedução e de construção, integrando o que foi rastreado e demonstrando assim a existência de conhecimentos sintéticos *a priori* sobre a natureza.

Tal método que apresentamos aqui grosseiramente, mas que será apresentado e discutido em detalhes, foi utilizado na geometria grega e influenciou a física newtoniana. Kant, impressionado com o progresso da matemática e da física de sua época, propôs uma adaptação desse método em filosofia.

Ao lermos os Prolegômenos e a Crítica da Razão Pura tivemos a impressão de que a argumentação em geral tratava de uma exposição regressiva (ao buscar os condicionantes do processo cognitivo) e também progressiva, quando Kant elaborava aspectos do esquematismo

e da analítica dos princípios aproveitando elementos apresentados na Estética e nas duas Deduções (metafísica e transcendental) das categorias.

Como sempre tínhamos um escasso conhecimento acerca da polarização das interpretações sobre os dois procedimentos, nossa impressão inicial pareceu-nos falsa e sem muito rigor. Contudo, a análise da interpretação do método filosófico combinado de análise e síntese nos mostrou a possibilidade de uma leitura rigorosa não apenas acerca de um posicionamento fundamentado sobre o método ao qual Kant alude nos Prolegômenos, mas de uma interpretação consistente da filosofia teórica como um todo e da necessidade de se estudar sua filosofia prática tendo esse método como fio condutor, já que o próprio filósofo menciona o seu uso na obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”.

É bem verdade que existem alguns pontos obscuros a respeito desse processo metodológico ao analisarmos a Crítica e os Prolegômenos. Isso, porém, não impede de identificarmos com Loparic os elementos que apontam a opção de Kant por esse método como, entre outros, as pistas fornecidas pelo próprio Kant na análise das obras supra-citadas, o que será mostrado ao longo do trabalho. Dito isso, passamos a seguir à exposição da maneira pela qual apresentaremos o tema-problema de nosso trabalho, as estratégias de enfrentamento e a exposição das soluções.

O trabalho está organizado através do seguinte esquema: no primeiro capítulo apresentaremos as preocupações e a insatisfação de Kant no que diz respeito ao método filosófico empregado pela Metafísica, bem como a sua proposta para um método adequado a essa disciplina analisando trechos de obras pertencentes à fase pré-crítica e do prefácio da edição “B” da Crítica da Razão Pura. A análise de obras da fase pré-crítica revelou-se importante por apresentar pistas importantes para a apresentação de nossa hipótese.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos o problema geral a ser enfrentado por Kant na Crítica e nos Prolegômenos. Após, faremos uma discussão sobre a manutenção do método proposto no período pré-crítico nas obras de filosofia teórica da fase principal de produção filosófica do pensador de Königsberg, discutiremos o método tal como ele o apresenta nas passagens dos Prolegômenos, procurando vasculhar a sua aplicação na obra referida e na Crítica da Razão Pura.

Nesse processo apresentaremos e discutiremos os problemas que encontramos no que se refere à interpretação da natureza e aplicação do método. Além disso, faremos uma

apresentação dos possíveis passos adicionais não mencionados, mas seguidos por Kant, além da menção a uma analogia do método filosófico com o geométrico. Tais discussões serão desenvolvidas levando em conta a escassez de dados fornecidos pelo filósofo. Nesse sentido, o trabalho demonstrará a necessidade de uma interpretação tendo outras referências como apoio. Os primeiros três capítulos cumprirão o papel, assim o esperamos, de apresentar o problema geral de nosso trabalho e, ao mesmo tempo, as pistas que possibilitam a definição de uma estratégia para o alcance de uma solução viável.

No quarto capítulo, destinado a apresentar nossa hipótese de trabalho, apresentaremos o método combinado de análise e síntese tal como o interpreta Loparic. Faremos isso analisando a principal referência a esse método feita por Pappus no século III a.c., ao expor o seu uso na geometria antiga. Em seguida, abordaremos a interpretação de Loparic acerca da recepção deste método por Kant, detalhando-a tanto quanto pudermos nos *Prolegômenos* e na *Crítica da Razão Pura*. Nesse ínterim, é necessário destacar que faremos uma reconstrução da maneira pela qual Kant teria apresentado seus argumentos ao elaborar a “Estética” e a “Analítica” transcendentais, capítulos importantes da *Crítica da Razão Pura*, já que é nesses tópicos que Kant desenvolve seus argumentos principais na solução do problema da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*.

No quinto e último capítulo procuraremos verificar a validade de nossa hipótese de pesquisa. Faremos isso, apresentando uma discussão em torno do método combinado e de sua recepção por parte de Kant tendo como referência os seguintes aspectos: evidências em favor da aplicação do método e as vantagens do mesmo no que se refere à compreensão da filosofia transcendental de Kant. Além disso, discutiremos sobre os elementos encontrados ao longo da pesquisa e que poderiam ser acrescentados ao que é interpretado por Loparic.

Esses elementos são identificados no possível uso do recurso a um método de prova indireta como complemento da prova ostensiva na demonstração da legitimidade das condições encontradas, e a possível manutenção do ideal kantiano do período pré-crítico explicitado na busca pelas notas características evidentes e fundamentais nos conceitos elaboradas como proposições indemonstráveis.

Em sua obra “A Semântica Transcendental de Kant”, o professor Loparic desenvolve uma interpretação que destaca os aspectos semânticos da teoria do conhecimento Kantiana. Segundo essa interpretação o sistema cognitivo humano tal como é descrito por Kant, poderia

ser entendido como um dispositivo solucionador de problemas da razão pura e como um sistema semântico *a priori*. Além disso, alguns aspectos do kantismo recebem uma interpretação original como a noção de aquisição de conceitos e intuições puras espaço-temporais (ao invés de defender tais conceitos como representações inatas). Em nosso trabalho, não abordaremos tais aspectos por uma questão metodológica. Tal fato, porém, não impede que esses elementos sejam por nós mencionados e destacados como objetos de uma necessária e frutífera pesquisa futura.

1 O PROBLEMA DO MÉTODO E O PERÍODO PRÉ-CRÍTICO

Podemos dizer que a definição do método que norteou as especulações de Kant teve origem com a sua insatisfação diante dos resultados da metafísica tradicional. Conforme o filósofo afirma no prefácio da segunda edição da Crítica, as especulações da metafísica seriam um

(...) terreiro de luta, propriamente destinado a exercitar forças e onde nenhum lutador pôde jamais assenhorear-se de qualquer posição, por mais insignificante, nem fundar sobre as suas vitórias conquista duradoura. Não há dúvida, pois, que até hoje, o seu método tem sido um mero tacteio e, o que é pior, apenas entre simples conceitos¹.

Nesse campo de batalha, as teorizações nunca alcançaram consenso, muitas vezes retomando o caminho por descobrirem que não chegaram ao resultado que esperavam². O método seria inadequado. Contudo, a incompletude e a incerteza atribuídas por Kant à metafísica tradicional já estavam relatadas pelo filósofo nos escritos pré-críticos³ e eram explicadas enfaticamente como sendo frutos do desconhecimento de métodos adequados para se fazer metafísica.

Os filósofos até então estariam errando por imitarem o método de definições da matemática. Kant descrevia essa imitação como uma tentativa de organizar o conhecimento começando com definições e provando a partir daí todas as doutrinas.⁴ Existiriam diferenças muito importantes entre os dois métodos e por isso, a simples imitação dos procedimentos dos matemáticos seria inaceitável por levar a resultados indefinidos e errôneos.

¹ KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. p.19. Destacamos aqui que, doravante, passaremos a abreviar a Crítica da Razão Pura por **CRP**. E tal abreviação será seguida da especificação de edições e páginas correspondente à edição alemã da editora Suhrkamp, de 1974. (KANT, Immanuel. **Kritik der Reinen Vernunft**. Frankfurt: Suhrkamp, 1974. v. 1 e v. 2), seguidas da especificação da página da obra utilizada para a tradução. A tradução da Crítica que utilizaremos nesse trabalho é a de Alexandre F. Morujão na 1ª edição da Calouste Gulbenkian de Portugal. A paginação da edição alemã utilizada é citada no pé das páginas com barras correspondentes às duas edições, conforme o caso (já que existem diferenças entre a edição A, de 1781 e a edição B, de 1787). O que citamos acima corresponde, pois, a: **CRP**, B XV-XVI, 19-20. Faremos isso por acreditarmos ser a melhor maneira de identificar com precisão o texto de Kant, e por ser, segundo o que pudemos observar, a maneira corrente de fazer as citações de Kant.

² **CRP**, B XV, 19.

³ “Ensaio Para Introduzir a Noção de Grandezas Negativas em Filosofia” (1763) e “Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral” (1764).

⁴ Cfe. KANT, Immanuel. *Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*. In: **Escritos Pré-Críticos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Terceira Consideração, Parágrafo 1, II 291-II 292, p. 126-127.

É notória a influência da matemática nas teorizações do período moderno. São conhecidas as influências no pensamento de vários filósofos como Spinoza, Hobbes, Descartes e Leibniz, o que se deveu sem dúvida ao rigor das demonstrações, à exatidão e aplicabilidade dos cálculos nos procedimentos da ciência. Tal rigor era desejável na filosofia.

Na época de Kant é possível identificar o apreço pela matemática e as comparações entre seus resultados e os da metafísica, no anúncio de uma questão proposta por Sulzer, responsável pelo colegiado de Filosofia na Academia Real de Ciências de Berlim em junho de 1761. A questão enunciava-se assim:

Perguntamos se as verdades da matemática em geral e, em particular, os princípios da teologia natural e da moral são suscetíveis da mesma evidência que as verdades matemáticas e, no caso de não o serem, qual é a natureza de sua certeza, a que grau podem chegar e se esse grau é suficiente para a convicção⁵.

Como é possível identificar por esse verdadeiro desafio, a filosofia em geral, apesar de buscar rigor nas suas análises, ainda não alcançara a certeza absoluta em suas demonstrações. A resposta adequada a esse embaraço, precisava ser construída. Em 1763, produzindo naquilo que se convencionou chamar de fase pré-crítica, Kant publica a obra “Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral” em resposta à questão formulada pela academia. Nessa obra ele apresenta uma análise do método empregado na matemática e na metafísica, destacando suas diferenças e mostrando o motivo pelo qual se deveria evitar a imitação do método matemático. Além disso, ele apresenta o único método aceitável nas teorizações da metafísica.

1.1 A Discussão sobre o Método no Período Pré-Crítico

No período pré-crítico não existe propriamente uma problemática específica a ser solucionada como, por exemplo, na CRP. Nessa fase de sua produção, Kant escreve sobre vários temas, sob a influência da filosofia de Wolff e da física de Newton. Os temas versavam sobre cosmologia, antropologia, ética, filosofia natural, lógica e metafísica. Apesar de

⁵ KANT, Immanuel. Investigação sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral. In: **Escritos Pré-Críticos**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 101.

aparentemente existir uma dispersão temática, é possível afirmar que o filósofo procurava desenvolver uma análise sistemática de todas as questões importantes de sua época⁶.

No que diz respeito à importância da discussão sobre o método, é necessário destacar que a teorização adquire nuances fundamentais não apenas por marcar as diferenças que deveriam decretar a impropriedade da imitação da matemática, mas por definir os passos que o autêntico método em filosofia deveria obedecer. Sobre essa temática, além do tratamento rigoroso dado na obra “Investigação sobre os princípios da Teologia Natural e da Moral”⁷, Kant discute alguns aspectos acerca da imitação da matemática pela filosofia na obra “Ensaio para Introduzir a Noção de Grandezas negativas em Filosofia” de 1763. Entretanto, como já dissemos, é especialmente em IEPTM, respondendo à academia de Berlim, que a discussão recebe um tratamento mais aprofundado.

A seguir apresentamos os pontos principais da discussão sobre o método desenvolvidas nessa obra pelo fato de serem apresentados por Kant os elementos básicos do que viria a se tornar o método de argumentação empregado na CRP e nos Prolegômenos. Além disso, como teremos oportunidade de demonstrar, essa discussão, ao ser desenvolvida levando em conta o que é apresentado na CRP, coloca em questão uma problemática de interpretação que julgamos importante elucidar já que ela se refere ao objetivo almejado na aplicação do método.

A resposta dada à academia começa pela identificação das diferenças existentes entre o método da metafísica e o da matemática. A diferença principal entre o método empregado na metafísica em relação àquele utilizado na matemática teria relação com os elementos primitivos e os métodos de definição e prova⁸. Vejamos como Kant os comparava na obra supra-citada.

Na matemática os objetos de estudo são fáceis e simples: as grandezas. Nelas, as relações observadas dizem respeito à quantidade de vezes em que algo é posto⁹. Os conceitos

⁶ MAGALHÃES, Rui. Apresentação. In: KANT, Immanuel. **Textos Pré-Críticos**. Porto: Rés, 1983. p. 13.

⁷ Daqui em diante passaremos a identificar essa obra por “**IEPTM**” que tem como referência a edição da *Kants Werke*, Ed. *Königlich Preussischen Akademie Der Wissenschaften, Berlin, Georg Reimer*, 1912, v. II. A paginação da referida edição é fornecida no corpo do texto, com barras. Identificaremos o texto específico indicando as considerações e as páginas do original em alemão seguidas pelas páginas da tradução. A tradução é apresentada na obra indicada pela nota 4.

⁸ Cfe. LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp Coleção CLE, 2000. p. 33.

⁹ Cfe. **IEPTM**, Primeira Consideração, Parágrafo 1, II 276, p. 104.

e enunciados primitivos seriam poucos e as definições consistiriam em vinculações arbitrárias de conceitos primitivos. Nesse sentido, diz Kant:

Pensam-se arbitrariamente, por exemplo, quatro retas que encerram um plano, tal que os lados opostos não sejam paralelos, e denomina-se essa figura um trapézio. O conceito que defino não é dado antes da definição, mas surge primeiramente por ela. Um cone pode significar o que se quiser; na matemática, ele provém da representação arbitrária de um triângulo retângulo que gira em torno de um lado. A definição surge, aqui e em todos os outros casos, manifestamente pela síntese¹⁰.

Ou seja, as definições seriam produzidas de maneira arbitrária antes que axiomas e outras proposições fossem formuladas¹¹. Os conceitos universais na matemática seriam produzidos pelas definições através de operações de síntese. Muito embora Kant não precise explicitamente nessa obra o significado de síntese, é possível afirmar que esse termo designaria a operação de conjunção de conceitos.

O filósofo admite na seqüência desse mesmo texto que os matemáticos definem, às vezes, analiticamente, por desmembramento. Entretanto, tal operação não seria de grande relevância, já que tal processo em nada acrescentaria ao conhecimento matemático, pois tais conceitos seriam tomados como dados¹². A definição analítica não acrescentaria qualquer conhecimento digno de importância à matemática. Nesse sentido, o ofício da matemática seria o de “conectar e comparar conceitos dados de grandezas, que são claros e seguros, para ver o que daí se pode inferir”¹³. Tal ofício, obedeceria pois, um procedimento sintético: inicialmente definir conceitos, e depois, compará-los e conectá-los.

Os conceitos filosóficos, por outro lado, seriam definidos analiticamente. O conceito de uma coisa já seria dado, mas de uma maneira confusa e não muito determinada¹⁴. Para alcançar a definição seria necessário desmembrar esse conceito, “comparar em vários casos as notas características abstraídas com o conceito dado e tornar minucioso e determinado o conceito abstrato”¹⁵.

É bem verdade que os filósofos, às vezes, pensam sinteticamente os conceitos com os quais trabalham. Esse processo, assim como na matemática, é feito de forma arbitrária.

¹⁰ **IEPTM**, Primeira Consideração, Parágrafo 1, II 276, p. 104.

¹¹ Um exemplo que ilustra essas afirmações é a obra de Euclides: “Os Elementos”.

¹² **IEPTM**, Primeira Consideração, Parágrafo 1, II 277, p. 105.

¹³ **IEPTM**, Primeira Consideração, parágrafo 1, II 278, p. 107.

¹⁴ **IEPTM**, Primeira Consideração, parágrafo 1, II 276, p. 104.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

Contudo, tal procedimento resultaria em simples determinações do significado de palavras, e não definições filosóficas. Elas só receberiam tal designação apenas em um âmbito gramatical e, por isso, não seriam de grande valia para o avanço do conhecimento filosófico.

No que diz respeito aos procedimentos de prova, a diferenciação de Kant se refere aos sinais utilizados pela filosofia e pela matemática. Esta última considera o universal sob os sinais de forma concreta, isto é, as demonstrações e inferências são feitas sobre e a partir de sinais (números, expressões algébricas, figuras geométricas, etc). Na aritmética, por exemplo, ao se determinar a relação das grandezas com a unidade colocam-se em ambas, ao invés

das próprias coisas, primeiramente os seus sinais, com as designações particulares de sua adição ou subtração, de suas relações, etc., e depois se procede, com esses sinais, por substituição, conexão ou extração, segundo regras fáceis e seguras, fazendo-se várias alterações, de maneira que as próprias coisas assinaladas são aí relegadas totalmente aos pensamentos, até que, ao final, o significado das inferências simbólicas é decifrado¹⁶.

O processo de prova ao ser desenvolvido sempre através de sinais empíricos universais garante a possibilidade de verificação acerca da exatidão do processo de alcance de conhecimento. Nesse sentido, é possível afirmar que as provas e derivações na matemática se caracterizariam como operações de síntese sobre signos ou símbolos¹⁷.

Kant fornece um exemplo na geometria: se quisermos uma prova da divisibilidade infinita do espaço, devemos tomar uma reta perpendicular a duas paralelas e, partindo de um ponto em uma delas, traçamos várias linhas que a cortam. Assim, visualizando o processo, demonstra-se que o espaço é infinitamente divisível. Algo diverso, porém, ocorre com a filosofia.

Nela as provas decorreriam de operações discursivas ou formais sobre abstrações de conceitos e proposições¹⁸. Os sinais empregados nas considerações da filosofia em geral seriam palavras que não indicariam na sua composição os conceitos parciais em que consistiria a idéia toda designada pela palavra¹⁹. Por isso, argumenta o filósofo, para acompanhar adequadamente o processo argumentativo é necessário ter a própria coisa diante

¹⁶ *Idem*, Primeira Consideração, parágrafo 2, II 278, p. 107.

¹⁷ Cfe. LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 34. (Coleção CLE).

¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹ **IEPTM**, Primeira Consideração, parágrafo 2, II 279, p. 108.

dos olhos em cada pensamento²⁰ devendo representar sempre o universal de maneira abstrata (diferentemente do que ocorre na matemática onde o universal é representado concretamente nos símbolos).

Na metafísica, em específico, as palavras muitas vezes adquirem seu significado pelo uso discursivo, exceto quando esse significado foi determinado de uma maneira precisa, por limitação lógica²¹. Ora, como palavras idênticas são utilizadas com mais frequência para conceitos semelhantes que contêm implícita uma diversidade considerável, a cada aplicação “do conceito, mesmo que sua determinação pareça, segundo o uso discursivo, convir com precisão, é preciso ter muita cautela e prestar atenção se, de fato, um conceito idêntico foi vinculado ao mesmo sinal”²².

Para compreendermos melhor o processo de uma prova filosófica, o pensador exemplifica o da constituição do corpo por substâncias simples: deve-se assegurar inicialmente, que o corpo em geral seja um todo constituído por substâncias cuja composição seja um estado contingente. Um estado sem o qual elas poderiam existir. Em seguida deve-se considerar que toda a composição em um corpo possa ser suprimida em pensamento de forma que existam as substâncias que o constituem, e, levando em conta o fato de que o que resta de um composto quando toda a composição foi suprimida é o simples, assegura-se, então, que o corpo é constituído por substâncias simples²³. Em todo o processo demonstrativo não foram empregados figuras ou sinais visíveis que exprimissem coisas concretas, mas, outrossim, conceitos e operações discursivas sempre examinando o universal de maneira abstrata.

O último aspecto a marcar a diferença entre os dois métodos diz respeito às proposições indemonstráveis. Na matemática, apesar de existirem poucas proposições dessa natureza, elas seriam vistas como imediatamente certas. As proposições “o todo é igual à soma de suas partes” e “entre dois pontos só pode haver uma reta” tornam claro o que se pretende dizer acerca do caráter indemonstrável²⁴. Formuladas no início da sua disciplina, elas cumprem a função de mostrar não haver outras proposições pressupostas diretamente como verdadeiras e que todo o restante seria rigorosamente demonstrado.

²⁰ **IEPTM**, Primeira Consideração, parágrafo 2, II 279, p. 108.

²¹ *Idem, ibidem*.

²² **IEPTM**, Primeira Consideração, parágrafo 2, II 279, p. 107.

²³ *Idem*, Primeira Consideração, parágrafo 2, II 279, p. 108.

²⁴ *Idem*, Primeira Consideração, parágrafo 3, II 281-II 282, p. 111-113.

Na metafísica, porém, não haveriam proposições dessa natureza apresentadas no início da teorização como fundamento. Ora, é justamente ofício da filosofia a busca por verdades fundamentais indemonstráveis. Porém a sua busca e descoberta jamais teria um fim²⁵ se o método não fosse modificado. O que se poderia fazer em geral assevera Kant, seria atentar para o fato de que em qualquer objeto, “aquelas notas características que nele o entendimento percebe primeira e imediatamente são os dados para igual número de proposições indemonstráveis, dados que também constituem, pois, a base a partir da qual se podem encontrar as definições”²⁶.

O filósofo cita o exemplo do espaço: antes de defini-lo, deve-se buscar, analiticamente nesse conceito dado as notas características que são pensadas nele primeira e imediatamente. Nesse processo, a identificação de uma pluralidade separada entre si, levaria à percepção de que não se trata de uma pluralidade de substâncias, pois não se pretende conhecer as coisas no espaço, mas o próprio espaço. Assim, percebe-se imediatamente que o espaço só pode possuir três dimensões etc²⁷. Essas proposições, por seu turno não podem ser demonstradas. Pois, diz Kant, “de que modo isso deveria poder ocorrer, uma vez que constituem os primeiros e mais simples pensamentos que posso ter de meu objeto, quando começo a pensar o espaço?”²⁸.

Na filosofia, disciplina em que o conceito da coisa a ser definida é dado, aquilo que imediatamente é percebido deve servir para um juízo fundamental indemonstrável. Como não se tem o conceito totalmente distinto da coisa, já que, antes de tudo, é isso o que se procura, tal juízo deve produzir o conhecimento distinto, e, com isso, a definição. Dito de outra forma: o juízo fundamental não pode ser demonstrado a partir do conceito dado devendo, ao contrário, produzir um conhecimento distinto desse conceito, e, assim, a definição. Destarte, antes de toda definição filosófica das coisas, é necessário que se parta de juízos fundamentais primeiros, alcançados por desmembramentos do conceito dado ao encontrar-se as suas notas características imediatas.

Essas seriam as principais diferenças entre os dois métodos. A partir do que apresentou especialmente sobre a necessidade de se buscar as notas características nos conceitos dados como ponto de partida para a construção dos juízos primeiros e fundamentais,

²⁵ *Idem*, Primeira Consideração, parágrafo 3, II 281-II 282, p. 111-113.

²⁶ *Idem, ibidem*.

²⁷ *Idem, ibidem*.

²⁸ *Idem, ibidem*.

Kant irá propor as regras adequadas para que o método a ser utilizado em metafísica alcance a máxima certeza possível. As regras seriam impreteríveis e muito diferentes do que até então havia sido desenvolvido.

O enunciado da primeira e principal regra condena qualquer imitação do método de definições em matemática. Isto é, não se deve começar com definições, pois teria de ser procurada a mera definição nominal do conceito dado. Em vez disso,

procure-se com cuidado, em seu objeto, em primeiro lugar, aquilo que está imediatamente certo a respeito dele, antes mesmo que se tenha sua definição. Tirem-se conseqüências a partir daí e procure-se adquirir, no principal, apenas juízos verdadeiros e certos sobre o objeto, tampouco sem ostentar, desde já, uma esperada definição, que jamais se deve arriscar, mas que só se deve admitir quando ela se oferece distintamente pelos juízos mais evidentes²⁹.

Não se deve arriscar a definição no início do processo. Isso seria temerário. O ideal é inferir a partir de algumas notas características imediatamente certas alcançadas numa mesma coisa. Kant admite que se possa estabelecer já de início, de maneira previdente, o conceito distintamente determinado, mas isso só se aplicaria a poucos casos. A definição poderia ser obtida apenas no momento em que houvesse segurança para tal. Uma segurança só garantida pelos juízos mais evidentes³⁰.

A segunda regra diz respeito aos juízos imediatos. Nas considerações da metafísica, devem procurar-se sempre, em particular,

os juízos imediatos sobre o objeto, em vista do que primeiramente se encontra nele com certeza, e depois que se esteja certo de um não estar contido no outro, antecipem-se esses juízos, qual os axiomas da geometria, como a base para todas as inferências. (...) Segue-se daí que se assinale sempre (...) aquilo que em particular se sabe ao certo, mesmo que seja pouco, embora possam também ser feitas tentativas a partir de conhecimentos incertos para ver se não permitiriam levar ao rastro dos conhecimentos certos, sem misturá-los, no entanto, a estes³¹.

Essa regra está ligada à primeira. Logo após a procura pelas notas características do objeto, devem ser construídos juízos imediatos sobre ele visando alcançar a certeza acerca desse procedimento. Os juízos deveriam ser construídos a partir das notas encontradas. Em

²⁹ IEPTM, Segunda Consideração, II 285 – II 286, p. 117-119.

³⁰ Aqui caberia uma crítica: seria muito importante Kant apresentar exemplos de casos em que se pode começar pelas definições, e também especificar os critérios que determinariam a evidência nos juízos aptos a construírem uma definição fundamental. Existiria um critério para a evidência?

³¹ IEPTM, Segunda Consideração, II 286, p. 119.

seguida, deve-se garantir a distinção entre os juízos determinando que um não esteja contido em outro, para, finalmente, antecipá-los como a base de todas as demonstrações. Somente o que se souber com certeza pode ser admitido e, mesmo que se possa partir de conhecimentos incertos, esses últimos só alcançariam status de certeza no rastro daqueles que o adquiriram antes. Tais juízos, por serem a base a partir da qual se fariam demonstrações, deverão, ser, pois, proposições indemonstráveis. Percebe-se aqui o ideal cartesiano de clareza e distinção na construção do conhecimento humano.

A simples imitação do método matemático de definição no início das teorizações seria um absurdo. As diferenças entre os objetos estudados e a necessidade de cautela ao se lidar com conceitos filosóficos na busca pelos fundamentos primeiros, remeteriam à necessidade de se evitarem teorizações que iniciassem definindo os conceitos e propondo a partir disso demonstrar todo o restante. A aplicação de noções da matemática, em alguns casos, seria bem vinda, como a de grandezas negativas, mas jamais, como já dissemos, a simples imitação de seu método³².

Os erros cometidos na metafísica pela tentativa de se começar por definições se devem, em geral, “não só porque não se sabem certas coisas, mas porque se termina por julgar, embora não se saiba tudo o que se requer para tanto.”³³ Tal procedimento se configura em uma precipitação: quando o metafísico procura logo de início uma definição não observa uma ou outra nota característica pertencente ao conceito, e, sendo esta importante para a sua distinção, julga-a falsamente como incluída no conceito minucioso. Com isso ele comete um erro grave, e sua definição será, pois, enganosa³⁴.

As regras para o método adequado em metafísica, tal como foram apresentadas por Kant apresentariam semelhanças com o método seguido pela física newtoniana. A procura por notas características nos conceitos seguida pela construção de juízos primeiros fundamentais como procedimento seguro em metafísica, seria análoga à busca por leis universais responsáveis pela regência dos fenômenos naturais na física.

³² Tal como Kant analisa esse tema no trabalho: “Ensaio para introduzir a Noção de Grandezas Negativas em Filosofia” (1763).

³³ IEPTM, Terceira Consideração, Parágrafo 2, II 292, p. 129.

³⁴ IEPTM, Terceira Consideração, Parágrafo 1, II 291– II 292, p. 126-127. Analisaremos mais adiante dois exemplos em que Kant demonstra o erro em se começar por definições. Nesses exemplos ele também apresenta casos de aplicação das regras de seu método nos conceitos de espaço e tempo.

Se a imitação do método matemático era condenada, agora, a tentativa de imitar o método newtoniano na física seria não apenas possível, mas recomendada. É importante aqui citarmos o que o filósofo de Königsberg diz a respeito desse assunto:

O autêntico método da metafísica é, no fundo, idêntico àquele introduzido por Newton na ciência da natureza e que foi de conseqüências proficuas para ela. Deve-se procurar, assim se diz, por experiências seguras, de preferência com o auxílio da geometria, as regras segundo as quais ocorrem certos fenômenos da natureza. Mesmo que não se veja nos corpos o primeiro fundamento dessas regras, é certo, contudo que eles se comportam segundo tais leis, e os complexos eventos da natureza se definem quando se indica distintamente o modo pelo qual estão submetidos a essas bem demonstradas regras.³⁵

Kant destaca a identidade entre os dois métodos. No método introduzido por Newton a procura pelas regras, que interpretamos como sendo as leis que regem os fenômenos naturais, deveria ser desenvolvida através da experiência auxiliada pela geometria. Os eventos naturais seriam compreendidos quando se indicasse a maneira pela qual eles se submetem a essas regras, e essas últimas, é claro, necessitariam de uma demonstração. Para nos assegurarmos que Kant interpretou adequadamente o método de Newton, examinemos, a seguir, como o próprio cientista o apresenta para, após tentarmos identificar o papel da geometria, analisarmos o paralelo entre os dois métodos feito por Kant.

Existe uma descrição precisa do método utilizado por Newton no final da Questão 31 de sua obra “Óptica”. Na referida descrição, o cientista afirma existir uma combinação de procedimentos na investigação. E tal combinação seria uma característica do método. Vejamos como ele descreve esse procedimento:

Como na matemática, assim também na filosofia natural, a investigação de coisas difíceis pelo método de análise deve sempre preceder o método de composição. Esta análise consiste em fazer experimentos e observações, e em traçar conclusões gerais deles por indução, não se admitindo nenhuma objeção às conclusões, senão aquelas que são tomadas dos experimentos, ou outras verdades. Pois as hipóteses não devem ser levadas em conta em filosofia experimental. E apesar de que a argumentação de experimentos e observações por indução não seja nenhuma demonstração de conclusões gerais, ainda assim é a melhor maneira de argumentação que a natureza das coisas admite, e pode ser considerada mais forte dependendo da maior generalidade da indução. E se nenhuma exceção decorre dos fenômenos, geralmente a conclusão pode ser formulada. Mas se em qualquer tempo posterior, qualquer exceção decorrer dos experimentos, a conclusão pode então ser formulada com tais exceções que decorrem deles. Por essa maneira de análise podemos proceder de compostos a ingredientes, de movimentos às forças que os produzem; e, em geral, dos efeitos a suas causas, e de causas particulares a causas mais gerais, até que o

³⁵ IEPTM, Segunda Consideração, II 286, p. 119.

argumento termine no mais geral. Este é o método de análise; e a síntese consiste em assumir as causas descobertas e estabelecidas como princípios, e por elas explicar os fenômenos que procedem delas, e provar as explicações³⁶.

A descrição do método empregado por Newton destaca a ação combinada de dois momentos: o de análise que procuraria por causas gerais dos fenômenos partindo de seus efeitos e operando indutivamente e o de composição, ou síntese que, após assumir o que se descobriu no momento anterior, formularia princípios gerais, a partir dos quais a explicação dos fenômenos e mesmo a sua prova seria possível.

Newton, como se vê, está plenamente consciente de uma possível limitação do procedimento indutivo em seu método, já que antevê a possibilidade de existência de exceções, ou seja, de fenômenos que não obedeceriam aos princípios mais gerais. Estes eventos, portanto, deveriam ser levados em conta no momento da formulação das leis gerais. O papel que a geometria desempenharia em seu método não é apresentado em minúcias³⁷. Newton apenas afirma que tal procedimento assemelha-se ao da matemática, mas não descreve essa semelhança.

Como constatamos, Kant descreveu acertadamente o método empregado por Newton. A seguir analisemos a descrição que o filósofo dá acerca do paralelo entre o método newtoniano e o mais adequado para a metafísica. Para isso, nada melhor do que as suas próprias palavras:

Do mesmo modo na Metafísica: procurai por uma experiência interior segura, isto é, por uma consciência imediata evidente (*ein unmittelbares augenscheinliches Bewusstsein*), aquelas notas características que certamente residem no conceito de uma qualidade universal qualquer, e mesmo que não conheçais toda a essência da coisa, podeis vos servir seguramente daquelas notas características, para deduzir muito na coisa a partir delas³⁸.

Na física se procura por leis que regem os fenômenos através de experiências, seguindo um procedimento indutivo. Na metafísica deve-se procurar as notas características que estão no conceito também através de uma experiência, mas de caráter interno e seguro, baseada em uma consciência imediata e evidente. Muito embora Kant não precise a maneira pela qual se chega às notas características nos conceitos dados, ou o que exatamente entende

³⁶ NEWTON, Isaac. Óptica. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Questão 31. p. 56-57.

³⁷ No quarto capítulo do presente trabalho, esse assunto será analisado em seus detalhes.

³⁸ **IEPTM**, Segunda Consideração, II 286-II 287, p. 119-120.

por abstração, tudo aquilo sobre o qual se teoriza em metafísica será, pois, deduzido a partir dessas notas fundamentais.

Aqui, porém, um fato chama a atenção: se existe uma identidade entre os dois métodos, e Kant recomenda o auxílio da geometria no método introduzido por Newton, é possível perguntar acerca dos recursos que poderiam auxiliar a metafísica na procura pelas notas e juízos fundamentais primeiros nos conceitos. Existiria um papel para a geometria ou análogo a ela no método da metafísica? Entretanto, não há uma descrição detalhada acerca do auxílio da geometria aludido por Kant. Embora Newton mencione que seu procedimento na investigação se assemelhe ao da matemática, os detalhes não são apresentados, como já dissemos. Uma coisa é certa: o método newtoniano não procederia por definições dos fenômenos, sinteticamente, em seu momento inicial.

O verdadeiro papel atribuído por Kant à geometria tanto na física newtoniana como a maneira pela qual operou uma analogia da mesma em seu próprio método será abordado por nós no quarto capítulo deste engenho ao apresentarmos nossa hipótese de trabalho que assenta na proposta de interpretação do professor Loparic. Antes de encerrarmos esse tópico, resta-nos ainda abordarmos dois exemplos apresentados por Kant da aplicação de seu método³⁹.

O primeiro exemplo diz respeito à demonstração do conteúdo da seguinte proposição já mencionada mais acima⁴⁰: “todo corpo deve se constituir de substâncias simples”. A argumentação de Kant é desenvolvida da maneira como segue. Sem definir o que seria um corpo, sabe-se que ele é constituído por partes que existiriam mesmo que não estivessem vinculadas. Prescindindo-se da menção à idéia de substância (que poderia ter como origem uma abstração das coisas corpóreas do mundo), bastaria inferir que um corpo se constituiria de partes simples. E isso, com toda a certeza. Por outro lado, seria muito fácil demonstrar com o auxílio da geometria, que o espaço não se constituiria de partes simples, ou seja, que ele seria infinitamente divisível.

Dessa forma, haveria uma multiplicidade de partes de todo corpo, todas elas simples, e uma multiplicidade de partes do espaço ocupadas pelo corpo. Estas últimas seriam todas compostas. Ora, cada parte simples do corpo ocupa um espaço. Mas, nesse ínterim, surgiria a questão: o que significaria ocupar um espaço? Aqui, diz Kant, ao prescindir da definição acerca da essência do espaço, percebe-se que há algo no espaço, mas que jamais esse espaço

³⁹ Conforme nossa interpretação segundo **IEPTM**, Segunda Consideração, II 286-II 291, p. 119-127.

⁴⁰ Ao falarmos das diferenças entre os dois métodos no que se referia aos procedimentos de prova.

tomado em si mesmo estaria ocupado por algo. O filósofo afirmaria aqui que o espaço teria uma natureza própria, sendo, pois, algo, mas que poderia ser ocupado por outra coisa.

A ocupação do espaço por parte de um corpo poderia ser determinada no caso existir uma força de resistência que se oporia a um outro corpo, móvel, que tentasse penetrar o mesmo espaço. Ora, como essa força convém a uma das partes do corpo deverá convir, da mesma forma, a todas elas. A essa força de resistência podemos chamar de impenetrabilidade. E esta, por sua vez, garantiria aos corpos a ocupação do espaço graças à resistência como uma força oposta a uma força externa.

Assim, poderíamos concluir que as partes simples dos corpos seriam extensas, pois cada uma delas preencheria um espaço no corpo. Nesse ponto da argumentação, adverte Kant, o metafísico seria tentado a dar uma definição imediatamente certa da extensão. A saber, que:

extenso é aquilo que, posto por si (absolutamente), preenche um espaço, tal como cada corpo individual, mesmo que eu representasse que nada existiria exceto ele, preencheria um espaço. Todavia, se considero um elemento absolutamente simples, então é impossível, se ele é posto só (sem conexão com outros), que nele se encontrem vários elementos extrínsecos entre si e que ele ocupe absolutamente um espaço⁴¹.

E logo após, ele conclui: o corpo não pode ser extenso⁴². Isso pode parecer uma aporia, mas na verdade, para Kant, a conclusão é correta, pois a extensão exigiria a presença de uma série de elementos externos uns aos outros, e não poderia ser tomada de forma absoluta. Uma vez que a força da impenetrabilidade é a causa pela qual o corpo ocupa um espaço, através da oposição exercida às coisas externas, decorre, então, uma pluralidade em sua ação externa, mas nenhuma em vista das partes internas.

A solução desse problema é dada pela distinção entre “ocupar um espaço”, como resultado da impenetrabilidade e “preencher um espaço,”⁴³ o que é requerido pela extensão. Em síntese: definir a extensão como foi feita diversas vezes na filosofia seria um recurso incorreto. Isso fica claro dentro do ambiente de aplicação do método proposto pelo filósofo, ou seja, a busca por notas características primeiras, certas e fundamentais, como no exemplo, das partes simples que constituiriam o corpo, tornaria não apenas desnecessária a definição de extensão tal como poderia ter sido feita, mas inclusive temerária.

⁴¹ **IEPTM**, Segunda Consideração, II 287, p. 121.

⁴² *Idem, ibidem*.

⁴³ MAGALHÃES, Rui. Apresentação. In: KANT, Immanuel. **Textos Pré-Críticos**. Porto: Rés, 1983. p. 120.

Mais adiante no mesmo texto em que apresentou o referido exemplo, Kant critica a tentativa dos metafísicos em apresentar provas contra a noção newtoniana da atração imediata entre os corpos à distância. Essa crítica se fundamenta na mesma idéia apresentada no exemplo anterior: a aplicação do método de busca pelas notas características dos conceitos ao invés de se iniciar por definições.

A maioria dos newtonianos, afirma Kant, vai além do cientista e costuma afirmar acertadamente que os corpos mesmo à distância, através do espaço vazio, atraem-se imediatamente. Os metafísicos procuram refutar tal idéia, já que para eles, os corpos se distanciam quando não estão em contato⁴⁴. A estratégia para a refutação, segundo Kant, estaria na definição inicial de contato. Para os metafísicos, contato seria “a mútua presença imediata entre dois corpos”, fato do qual se pode depreender a idéia de que se dois corpos interagem imediatamente, então, estão em contato. Se estão em contato, não estão distantes. Assim, dois corpos não podem jamais interagir imediatamente à distância⁴⁵.

A demonstração do erro dos metafísicos na tentativa de criticar a noção dos newtonianos é feita, especialmente, através da aplicação do método recomendado por Kant. Vejamos. Aproveitando a noção de impenetrabilidade desenvolvida no exemplo anterior, Kant recomenda que se deve, ao invés de iniciar com uma definição, identificar o fato de que graças à resistência da impenetrabilidade de outro corpo, existe um contato com ele. Ora, o conceito de contato surge das impressões sensoriais do tato e da visão, mas é dado sobretudo, pela noção de resistência, característica da impenetrabilidade,⁴⁶ como foi mostrado no exemplo anterior.

Nesse sentido, se afirmamos que um corpo age imediatamente sobre outro à distância, não podemos concluir que ele o faça por meio da impenetrabilidade. Disso decorre que não se trata de verificar a impossibilidade de tal ação imediata, pois seria necessário provar duas coisas: que a impenetrabilidade é a única força de um corpo, ou então, que o corpo não pode agir imediatamente por outra força, sem fazê-lo, ao mesmo tempo, por meio da impenetrabilidade. Mas, como isso nunca foi provado, e dificilmente o será, a refutação

⁴⁴ **IEPTM**, Segunda Consideração, II 288 – II 289, p. 122-123.

⁴⁵ *Idem, ibidem.*

⁴⁶ *Idem, ibidem.*

dos metafísicos à noção newtoniana da atração imediata dos corpos à distância, se mostrou errônea⁴⁷.

Com a exposição de seu método, e os exemplos de aplicação do mesmo, Kant acredita que é possível fazer muito em metafísica acerca da investigação de um objeto, sem a sua definição. Com efeito, conforme se pode verificar pelos exemplos, nada se disse sobre as definições de um corpo ou mesmo do espaço e, no entanto, foram produzidas várias proposições confiáveis. Por isso, em metafísica deve-se sempre proceder analiticamente, da maneira como o filósofo descreveu nas regras de seu método, do início ao fim. Aliás, esse é o trabalho da metafísica: resolver conhecimentos confusos⁴⁸. Ou, nas próprias palavras de Kant: “ainda não é hora de proceder sinteticamente na metafísica; só quando a análise nos tiver propiciado conceitos distintos e minuciosamente entendidos poderá a síntese, como na matemática, subordinar os conhecimentos compostos aos mais simples”⁴⁹. Essa colocação soa como um prenúncio do que será feito na CRP.

Pelo que pudemos perceber ao analisarmos as considerações do filósofo a respeito do método, a metafísica deveria se preocupar em alcançar as notas características dos conceitos, e depois construir com elas juízos indemonstráveis como ponto de partida para as demonstrações seguintes. Esse procedimento além de ser o mais correto seria a concepção de análise de Kant no período pré-crítico. Mais: o momento analítico seria o único recomendável.

Provavelmente na fase em que constrói a sua filosofia transcendental, Kant atribuirá um papel importante ao procedimento sintético. No próximo tópico, nosso engenho procurará alcançar os seguintes objetivos: 1º) apresentar em linhas gerais, o principal problema a ser resolvido por Kant em sua filosofia do conhecimento, no chamado período crítico; 2º) identificar o método aplicado neste período a partir de uma análise dos Prolegômenos e da Crítica da Razão Pura, procurando verificar uma obediência às regras metodológicas expostas no período pré-crítico a partir do texto analisado⁵⁰. Se esse objetivo for alcançado esperamos poder demonstrar que existe uma necessidade de interpretação sobre o método aplicado por Kant que explore outros elementos não explicitados a partir de

⁴⁷ IEPTM, Segunda Consideração, II 288 – II 289, p. 122-123..

⁴⁸ IEPTM, Segunda Consideração, II 289, p. 123.

⁴⁹ *Idem*, II 290,125. Kant faz nesse íterim, uma nova menção à matemática sem explicá-la em detalhes.

⁵⁰ Já que, para nós, existe uma semelhança entre os dois métodos, muito embora o período crítico apresente nuances adicionais.

pistas que a autorizem (como uma investigação a respeito do que o filósofo não apresentou sobre a matemática levando em conta o que asseverou sobre a necessidade da filosofia procurar elementos indemonstráveis como o ponto de partida de suas teorizações).

2 O PROBLEMA FUNDAMENTAL NO PERÍODO CRÍTICO

No assim chamado período crítico, a determinação do método e de sua aplicação, dependia, com efeito, da clareza na definição do problema que nortearia a procura pelas respostas. Podemos dizer que a colocação desse problema representou a culminância de uma preocupação fundamental de Kant: seria a metafísica possível como ciência? Já que seria impossível ao homem prescindir de especulações filosóficas de tão grande importância para a sua vida e felicidade¹, teriam elas o mesmo status de conhecimento seguro e rigoroso como na matemática e na física? Caso não o possuísse, o que a metafísica deveria fazer para alcançá-lo?

Nesse ínterim, as teorizações da filosofia do conhecimento Kantiana, responsáveis pelas construções teóricas de fundamental importância para a história do pensamento ocidental, tiveram como fio condutor em suas investigações a procura pela resposta à questão: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*? A definição desse problema é trabalhada na introdução da Crítica da Razão Pura e nos cinco primeiros parágrafos dos Prolegômenos.

Como nosso trabalho investiga o método empregado por Kant, e este procura a solução de um problema, urge, pois, apresentar as linhas mestras deste último tanto para que nossa exposição adquira um rigor lógico, como para introduzir elementos importantes que precisarão ser apresentados para posterior discussão. Porém, isso será feito de maneira a apresentar os aspectos centrais da argumentação. Uma descrição pormenorizada correria o risco de pecar por digressão excessiva em relação ao tema central do trabalho.

2.1 A Colocação do Problema Fundamental

Nas duas obras da filosofia do conhecimento de Kant a exposição do problema da filosofia transcendental segue, em geral, os mesmos argumentos. Na Crítica, entretanto, o problema é apresentado com mais detalhes. No prefácio à segunda edição da CRP, Kant elogia os progressos na matemática e na física e lamenta o fato de a metafísica ainda não ter

¹ Como a imortalidade da alma, a existência de Deus e a da liberdade.

seguido o “caminho seguro da ciência”. É justamente esse caminho que distingue as ciências da natureza e a matemática, da filosofia, sob o critério dos resultados.

Essas duas disciplinas enveredaram pelo caminho seguro da ciência após terem mudado a maneira como se colocavam diante da realidade empírica. Kant observou que ambas são conhecimentos teóricos da razão que determinam *a priori* o seu objeto, isto é, o determinam em um processo que antecede a experiência. A matemática o faz de maneira totalmente pura e a ciência apenas parcialmente.

No que concerne à matemática, pode-se dizer que desde tempos remotos ela encetou o caminho seguro de uma ciência. Antes, deve ter permanecido por longo tempo no tatear e, nesse processo, acabou ocorrendo uma transformação com características revolucionárias². Essa revolução na matemática, pode ter tido como autor, Tales, o inventor dos elementos mínimos de demonstrações geométricas. Esse matemático teria feito descobertas na geometria não por recorrer à análise da figura em si, ou, então, através de um exame do conceito de triângulo, ou qualquer outra figura do gênero.

As suas descobertas se deveram a operações de construção de conceitos, ou seja, a elementos colocados pela sua própria subjetividade ao tentar definir algo no triângulo. E, com isso, teria alcançado novos conhecimentos. Todo o processo seria desenvolvido por abstração, anterior ao contato sensorial com a realidade, mas cujos resultados poderiam ser aplicados à natureza.

Essa mesma revolução, embora distinta, aconteceu também na Ciência da Natureza. Só que, nesse caso, o procedimento para defini-la foi bem mais lento. Ela teria ocorrido a um século e meio antes de Kant. Os cientistas dessa época, como Galileu, ao invés de fazerem observações ao acaso e a partir disso construir leis para os fenômenos, passaram a fazer experiências controladas segundo um plano que haviam definido antes. Dessa forma eles estavam obrigando a natureza a responder a questões previamente estabelecidas.

Graças a essa mudança, a física estava evoluindo. Com efeito, a revolução no modo de pensar teria como causa a adoção do uso da racionalidade humana com um papel ativo no processo de constituição do saber. Caberia à razão na tentativa de resolver problemas sobre a natureza, a tarefa de designar um plano, formular princípios de explicação, e, em seguida, passar à experimentação dos fenômenos em busca de confirmações sobre o que engendrou.

² CRP, Prefácio B XI-XII, p. 17.

Ao invés do sujeito se orientar pelos objetos, o correto seria o contrário, numa palavra, o caminho seguro da ciência que conduziria a resultados eficientes seria aquele em que os objetos deveriam ser orientados, segundo formulações da razão, do sujeito cognoscente.

Assim, as formulações produzidas pela razão na matemática e na física poderiam ser caracterizadas de duas maneiras: como abstrações sem qualquer relação imediata à experiência e como formulações destinadas a explicar a realidade fenomênica. Nesse último aspecto, as formulações estavam alcançando um sucesso considerável, como já dissemos. A metafísica, porém, um conhecimento que opera apenas por conceitos, eleva-se completamente acima da experiência sensorial. Ao constatar isso, Kant propõe uma análise daquilo que foi o elemento essencial da transformação da maneira de pensar na matemática e na física, como tentativa de, naquilo que for possível, em uma analogia com a metafísica, imitar o procedimento que garantiu aquela revolução³.

Nesse sentido, afirma Kant, poderíamos tentar algo similar procurando um progresso na metafísica “admitindo que os objetos têm que se regular pelo nosso conhecimento”⁴. Em metafísica até então, a tentativa de explicar a realidade sempre se guiava pela referência aos objetos, tanto empíricos, como conceituais. Se, ao invés disso, a metafísica passasse a mudar a maneira de pensar, analogamente ao que fizeram a matemática e a física, admitindo que os objetos é que devem ser regulados pelo sujeito, o progresso poderia vir para a filosofia também. Esse procedimento seria de fato vantajoso, pois, para Kant, ele revelaria uma concordância com a maneira pela qual o ser humano conhece.

Ao obrigar a natureza a explicar questões que a própria razão formula, a física não faz outra coisa a não seja a obediência a um processo mais radical que se desenvolve no sujeito: o processo de cognição do real que é condicionado por estruturas intuitivas e intelectuais presentes na racionalidade humana. Contudo, quando fazemos uma análise dos tipos de conhecimento a partir de suas fontes e também dos tipos de juízos com os quais o conhecer é elaborado, é possível identificar um problema de fundamental importância: o das condições de possibilidade de juízos sintéticos *a priori*. Vejamos como Kant apresenta essas teorizações e como constrói o seu problema.

³ CRP, B XVI-XVII, p. 19. A imitação não é do método matemático, mas da maneira de pensar dos matemáticos a respeito da realidade que estudam.

⁴ *Idem, ibidem.*

Quando a racionalidade constrói conceitos na matemática de forma abstrata, conforme acenamos no caso de Tales, e mesmo quando os físicos constroem princípios de explicação para os fenômenos naturais, como guia na experimentação, é possível afirmar que o sujeito está constituindo conhecimentos através de procedimentos lógicos em um processo que condiciona a experiência sensorial. “*A priori*” é o termo que Kant utiliza para designar um conhecimento desenvolvido de maneira independente da experiência, sem conter qualquer ingrediente da sensibilidade e o diferencia daquele cuja origem é a experiência. A este último, Kant emprega a denominação “*a posteriori*”⁵. Contudo, ele se questiona a respeito da possibilidade de existirem conhecimentos absolutamente *a priori*, isto é, de forma a serem completamente independentes da experiência sensorial⁶.

De fato sabemos de uma série de coisas sobre as quais não precisamos de confirmação sensorial para atestarmos o nosso conhecimento. Entretanto, possuímos tal conhecimento por termos tido um contato anterior com o fato. O que se indaga é sobre a existência ou não de conhecimentos formados sem qualquer contato sensorial. Conhecimentos absolutamente puros, em que nada de empírico é misturado. A esse tipo de saber Kant designa pelo nome de juízos *a priori*⁷. Entretanto, há proposições completamente puras *a priori*, e outras que são *a priori*, mas não puras. Assim, “por exemplo, a proposição, segundo a qual toda a mudança tem uma causa, é uma proposição *a priori*, mas não é pura, porque a mudança é conceito que só pode extrair-se da experiência”⁸.

Destarte, nos deparamos com a necessidade de distinção entre conhecimentos puros e empíricos. Urge determinar critérios. Os critérios que distinguem com exatidão um juízo *a priori* são os da necessidade e o da universalidade. Passemos à demonstração desses critérios. Começemos pela necessidade. Ora, a experiência sensorial pode nos ensinar que algo acontece desta ou daquela maneira, mas, nunca que um fato deva necessariamente ser daquele modo. Nas palavras de Kant, “(...) se encontrarmos uma proposição que apenas se possa pensar como necessária, estamos em presença de um juízo *a priori*; se, além disso, essa proposição não for derivada de nenhuma outra, então é absolutamente necessária”⁹. Assim, proposições que expressam um sentido de necessidade em sua formulação devem ser

⁵ CRP, B2-3, p. 37.

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ Nesse estágio introdutório de sua exposição e também ao longo da CRP e mesmo nos Prolegômenos, Kant não diferencia juízo de proposição. Ele utiliza os termos como se fossem sinônimos.

⁸ CRP, B3, p. 37.

⁹ CRP, Introdução B 4-6, p. 38.

entendidas como sendo *a priori*. O sentido de necessidade é algo que não se constrói com a experiência.

Por outro lado, o sentido de universalidade nas proposições, também revela o seu caráter *apriorístico*. Aqui, porém, é necessário aduzir algumas considerações. Por mais que a experiência nos permita o contato com um grande número de casos, o sentido de generalidade formado a partir daí, diz respeito apenas a um raciocínio indutivo, isto é, a um agregado de casos particulares. Dito de outro modo, a universalidade em dada situação é “suposta e comparativa (por indução), de tal modo que, em verdade, antes se deveria dizer: tanto quanto até agora nos foi dado verificar, não se encontram exceções a esta ou àquela regra”. Ademais, quando pensada dessa forma, a universalidade se torna uma arbitrariedade. Porém, quando um juízo é pensado com universalidade rigorosa, diz Kant, como se nenhuma exceção fosse admitida como possível, ele é, pois, válido *a priori*.

Nesse caso, a universalidade não foi “forçada” indutivamente, mas colocada pelo sujeito na formação do juízo. Os dois conceitos sempre são pensados juntos. Ao conferir universalidade rigorosa a algo, o sujeito confere necessidade a todos os casos da espécie. Por outro lado, quando confere um caráter de necessidade a uma proposição, o sentido universal também está presente, pois, para o sujeito pensante, aquilo que é necessário, é válido para todos os outros sujeitos e é pretendido que valha também para todas as situações em que o conteúdo da proposição se manifestar.

A experiência nunca ensina a conferir às nossas proposições o caráter de universalidade e necessidade. Através dela só percebemos contingência, casualidade, alternância. Desse modo, podemos afirmar que é o sujeito, pensando, que atribui universalidade e necessidade ao formular juízos. Essa constatação é de fundamental importância pois permite que se conclua que o sujeito é responsável pelo conhecimento que constrói. Mas que tipo de condições permitiriam ao homem desenvolver esse tipo de operação? Visando uma determinação mais clara de seu problema, o filósofo de Königsberg propõe uma classificação quanto aos tipos de juízos envolvidos nas operações cognitivas. Com essa classificação o problema geral de sua filosofia ficará claramente definido.

É possível pensar a relação de um sujeito com um predicado nos juízos afirmativos¹⁰ de duas formas. Para uma delas o juízo é denominado analítico e a outra é designada pelo

¹⁰ No caso dos negativos a aplicação é fácil. Basta pensar a negação. **CRP**, Introdução B 10-12, p. 43.

nome de sintético. Um juízo é analítico quando um determinado predicado pertence ao sujeito como algo que está contido nele, e de maneira oculta. Nesses tipos de juízo, a conexão entre o predicado e o sujeito é estabelecida por identidade. Eles são juízos elucidativos já que o predicado apenas esclarece aquilo que estava contido dentro do sujeito. O predicado, nos juízos analíticos, apenas desmembra conceitos contidos no conceito do sujeito. Vamos a um exemplo:

(...) se por exemplo digo: todos os corpos são extensos, então este é um juízo analítico. De fato, não preciso ir além do conceito que ligo a corpo para encontrar a extensão enquanto conexa com tal conceito, mas apenas desmembrar aquele conceito, quer dizer, tornar-me apenas consciente do múltiplo que sempre penso nele, para encontrar aí esse predicado; é pois, um juízo analítico¹¹.

A analiticidade de um juízo se caracteriza, pois, como uma divisão, por um desmembramento de conceitos constituintes do conceito do sujeito. Nesse sentido, eles têm como utilidade para o conhecimento o alcance da clareza necessária no uso dos conceitos no que se refere aos seus componentes. Os juízos analíticos, por isso, são sempre *a priori*. Pois, na formação de um juízo analítico, não é necessário sair do conceito recorrendo à experiência. Basta desmembrar os conceitos componentes do sujeito na proposição.

Um juízo é sintético, em contrapartida, quando o seu predicado, embora esteja conectado ao sujeito, jaz completamente fora deste. A conexão, ao contrário dos analíticos, é pensada sem identidade. Nos juízos sintéticos o predicado não pode ser extraído do sujeito por mero desmembramento. Ele, nesse caso, é acrescentado ao sujeito. E, por isso, os juízos sintéticos recebem a denominação de juízos de ampliação. A justificativa da denominação é a de que eles decretam um acréscimo ao conhecimento. Assim, quando afirmamos que “todos os corpos são pesados, então o predicado é algo bem diverso daquilo que penso no mero conceito de um corpo em geral. O acréscimo de um tal predicado fornece, portanto, um juízo sintético”¹².

Aqui cabe a pergunta: de que maneira o predicado é acrescentado ao sujeito garantindo um incremento de conhecimento? De duas formas: através da experiência (a posteriori) e também *a priori*. Ao dar um exemplo de juízo de ampliação cuja fonte é a experiência, denominação conferida aos juízos sintéticos a posteriori, recorrendo novamente à física, Kant faz questão de diferenciá-los dos analíticos. Cite-mo-lo, para clarificar a idéia:

¹¹ CRP, Introdução B 10-12, p. 43.

¹² *Idem, ibidem.*

(...) seria absurdo fundar sobre a experiência um juízo analítico, uma vez que não preciso sair do meu conceito para formular o juízo e, por conseguinte, não careço do testemunho da experiência. Que um corpo seja extenso é uma proposição que se verifica *a priori* e não um juízo de experiência. Por que antes de passar à experiência já possuo no conceito todas as condições para o meu juízo; basta extrair-lhe o predicado segundo o princípio de contradição para, simultaneamente, adquirir a consciência da necessidade do juízo, necessidade essa que a experiência nunca me poderia ensinar. Pelo contrário, embora eu já não inclua no conceito de um corpo em geral o predicado do peso, esse conceito indica, todavia, um objeto da experiência obtido mediante uma parte desta experiência, à qual posso ainda acrescentar outras partes dessa mesma experiência, diferentes dos que pertencem ao conceito do objeto¹³.

Ora, na proposição “todos os corpos são extensos”, existe o critério de necessidade e o de universalidade que atestam a aprioridade do juízo. Entretanto, ao pensar o conceito corpo, o de extensão já está nele contido. Logo, trata-se de um juízo analítico. A extensão não foi acrescentada ao sujeito, foi apenas desmembrada dele. Nos juízos sintéticos *a posteriori*, o predicado é acrescentado ao sujeito através do recurso à experiência. No exemplo citado acima, o conceito de peso não pode ser extraído do sujeito através de uma simples análise. Somente o contato com a experiência, que ensina a noção de peso, garante o incremento de conhecimento naquela proposição.

No caso dos juízos sintéticos *a priori*, a outra maneira pela qual os juízos sintéticos garantem a ampliação de conhecimento, acontece algo diferente. E de grande importância. Nos juízos sintéticos *a priori*, a ampliação do saber é feita de forma a prescindir da experiência e, ao mesmo tempo, referir-se a ela. Isso só pode acontecer através de elementos que o sujeito cognoscente, ao pensar, coloca naquilo sobre o qual pensa. Kant clarifica essa idéia recorrendo à explicação da seguinte proposição: “tudo o que acontece tem sua causa”. Nessa proposição, está presente a universalidade (no termo “tudo”) e também a necessidade (“tem”, como significando deve ser) porém, o sentido de causalidade não pode ter sido aprendido da experiência¹⁴.

Para Kant, “no conceito de algo que acontece, concebo, é certo, uma existência precedida de um tempo que a antecede, etc. e daí se podem extrair conceitos analíticos. Mas o conceito de causa está totalmente fora desse conceito e mostra algo de distinto do que acontece; não está, pois, contido nesta última representação”¹⁵. Ou seja, nos juízos sintéticos *a priori* existe algo que garante a ampliação do conhecimento, e que nesse sentido, é fornecido

¹³ CRP, Introdução B 12-13, p. 43.

¹⁴ Nesse caso Kant diverge claramente de Hume, para quem a causalidade seria aprendida pela experiência e transformada em hábito no pensar.

¹⁵ CRP, Introdução B 15, p. 45.

por elementos contidos no sujeito. E aqui, podemos apresentar o problema, cuja solução foi desenvolvida por Kant nos Prolegômenos e na CRP: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*? Qual a sua condição de possibilidade?

A condição de possibilidade dos juízos analíticos foi apresentada por Kant e, para ele, ela não teria maiores dificuldades. O princípio de contradição seria a base sobre a qual se construiria a analiticidade de tais juízos¹⁶. Os juízos sintéticos *a priori*, por outro lado, não se fundamentariam apenas nesse princípio. Algo mais precisaria ser apresentado. A existência de tais juízos não precisaria ser questionada. Existiriam muitos exemplos na matemática e na física. A seguir, apresentamos alguns exemplos de juízos sintéticos *a priori* nessas ciências e na própria metafísica.

2.2 Juízos Sintéticos *a priori*: Matemática, Física e Metafísica

Na matemática Kant apresenta exemplos na aritmética e na geometria. Para ele os juízos nessas ciências são sempre *a priori* por comportarem a necessidade e a universalidade, e estas, como já apontamos, não podem ser extraídas da experiência. O exemplo na aritmética é bem conhecido: a proposição $7+5=12$ não seria uma simples proposição analítica. O conceito de doze não poderia ser desmembrado analiticamente alcançando, dessa forma, a reunião de sete e de cinco. Ora, se tomarmos primeiro o número sete e, com a ajuda dos dedos das mãos adicionarmos uma unidade à outra sucessivamente, até que completem cinco adições, chegaremos, pois, ao conceito de doze unidades¹⁷.

O conceito de doze é alcançado através de uma operação sintética na qual se adicionam sucessivamente indivíduos. Isto é feito pelo próprio sujeito. Ao pensarmos no conceito de uma soma de sete e cinco, é necessário pensar em uma operação que acrescente

¹⁶ CRP, B 190, 191 e KANT, Immanuel. **Prolegômenos a Toda Metafísica Futura**. Lisboa: Ed. 70, 1982, parágrafo 2, p. 27. A tradução dos Prolegômenos que utilizamos neste trabalho é a de Artur Morão para a Editora Edições 70 de Lisboa, Portugal. A tradução é do texto alemão da edição de *W. Weischedel, Insel Verlag, Weisbaden 1958, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 1975 (reimpressão)*, com adaptações de algumas das variantes da edição da *Academia Prussiana das Ciências*. Doravante, passaremos a identificar a referida tradução simplesmente por **Prolegômenos**, especificando sempre os parágrafos e as páginas da edição alemã citada, seguidas da página em que se encontra a tradução que utilizamos. Faremos isso para facilitarmos a identificação das especificidades no texto de Kant, já que tal prática é usual.

¹⁷ CRP, B 17, p. 48.

cinco a sete. Não se poderia pensar que esses dois números estivessem dentro do conceito de doze. Algo análogo pode ser intuído em relação à geometria.

Nela as operações responsáveis pelo acréscimo de conhecimento não são analíticas. Com efeito, “que a linha reta seja a mais curta distância entre dois pontos é uma proposição sintética, porque o meu conceito de reta não contém nada de quantitativo, mas sim uma qualidade. O conceito de mais curta tem de ser totalmente acrescentado (...)”¹⁸ e, por isso, não poderia ser extraído de nenhum conceito de reta de maneira analítica.

Alguns princípios na geometria são pressupostos e assentam sobre o princípio de contradição. Princípios como “ $a=a$ ”, “o todo é igual a si mesmo”, “ $(a+b)>a$ ”, e “o todo é maior do que a parte”, são pois, analíticos, mas não desempenham nenhum papel importante enquanto verdadeiros princípios aptos a incrementar o conhecimento.

No que concerne à física, Kant demonstra a existência de juízos sintéticos *a priori* através das seguintes proposições: “em todas as modificações do mundo corpóreo a quantidade de matéria permanece constante” e “em toda a transmissão de movimento, a ação e a reação têm de ser sempre iguais uma à outra”¹⁹. Nas duas proposições percebe-se a universalidade e a necessidade. Com efeito, no conceito de matéria é pensada a presença desta num espaço por ela preenchido. Além disso, o juízo é pensado de modo a determinar uma necessidade: a matéria deve permanecer constante. E há também, uma pretensão de universalidade: tal fato deve valer em todos os casos e para todos os sujeitos que o observem.

Em relação ao segundo exemplo podemos identificar a necessidade na afirmação de igualdade entre ação e reação na transmissão do movimento e, por seu turno, a universalidade, no que diz respeito à pretensão segundo a qual tal fenômeno deve ser observado em todos os casos de sua espécie, e verificável por todos os sujeitos. Mas, e o que dizer da metafísica? Será ela constituída por juízos sintéticos *a priori*?

A resposta a essa questão é afirmativa. Entretanto, a metafísica não se constituiria apenas de juízos sintéticos, mas também de analíticos. A distinção entre juízos metafísicos e aqueles que pertencem à metafísica permite aclarar o tema. Segundo Kant a metafísica, no que diz respeito aos seus fins, isto é, ao buscar acréscimo de conhecimento, deve se constituir por juízos sintéticos *a priori*. Nesse sentido, o juízo metafísico “tudo o que é substância, nas

¹⁸ CRP, B 17, p. 48.

¹⁹ *Idem, ibidem.*

coisas, é constante” teria uma constituição sintética *a priori* – a necessidade e a universalidade seriam evidentes. Por outro lado, os juízos que pertencem à metafísica seriam, em geral, analíticos e desempenhariam o papel de desmembrar os conceitos como maneira de auxiliar na constituição dos juízos sintéticos na construção de conhecimento²⁰.

Os juízos sintéticos na metafísica, porém, se diferenciariam daqueles pertencentes à matemática e à física através de uma característica de fundamental importância: os dois últimos se dirigiriam à experiência empírica, enquanto que os primeiros estariam indo além da experiência possível colocando em cheque a sua legitimidade.

Com essas considerações damos por encerrada a apresentação da maneira pela qual Kant exemplificou os juízos a priori na matemática, física e metafísica. O problema principal da filosofia kantiana é, pois, o de determinar as condições de possibilidade de tais juízos. Na CRP, o filósofo afirma existir a necessidade de se estudar tais condições e apresentar os seus resultados como um sistema de filosofia. Tal sistema deveria ser chamado de transcendental. Por transcendental, Kant entendia “todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível a priori”²¹. Assim, todas as teorizações de Kant que resultaram na determinação das condições de possibilidade dos juízos sintéticos a priori receberam a denominação de filosofia transcendental²².

As formulações do filósofo a respeito dos elementos condicionantes da sensibilidade e do entendimento nas duas edições da crítica e nos Prolegômenos, levaram à conclusão de

²⁰ Prolegômenos, § 4, A 36-37, p. 34.

²¹ CRP, Introdução, B 25, p. 53.

²² Entretanto, é necessário destacar que existem interpretações diversas a respeito desse termo. Tais interpretações levam em consideração outra menção de Kant a respeito do significado de transcendental. Em B 80, Kant afirma denominar-se transcendental “(...) não todo conhecimento a priori, mas somente aquele pelo qual conhecemos que e como certas representações (intuições ou conceitos) são aplicados ou possíveis unicamente a priori (isto é, a possibilidade do conhecimento ou o uso do mesmo a priori)”. A título de exemplo podemos citar a interpretação de Manfredo A. de Oliveira, para quem este segundo sentido seria derivado do primeiro exposto no texto acima e expressado da seguinte forma: o transcendental seria o que fora descoberto e explicitado a partir do conhecimento a priori dos objetos. E isso tornaria possível o que Kant chama de Lógica transcendental. Conforme OLIVEIRA, Manfredo de Araújo. **Filosofia Transcendental e Religião: Ensaio sobre a Filosofia da Religião em Karl Rahner**. São Paulo: Loyola, 1984, p. 64. Contudo, destacamos que não é nosso objetivo discutir tais interpretações, muito embora estaremos empregando o significado de acordo com o primeiro sentido, por acreditarmos ser aquele que melhor define o objetivo de Kant ao procurar descobrir as condições que tornam possível o conhecimento. Tal descoberta seria um conhecimento acerca do modo como conhecemos objetos, *a priori*. Não nos ocuparemos da análise de uma interpretação acerca de um possível sentido derivado. Ademais, nossa preocupação é a de tornar claro o método utilizado para a demonstração da completude e unicidade da lista dos condicionantes da sensibilidade e do entendimento, e não tanto, a respeito dos possíveis significados dos termos utilizados por Kant.

que a metafísica seria impossível como ciência por teorizar a respeito de coisas sem qualquer paralelo com a experiência possível. Dito de outro modo: a demonstração kantiana de que as intuições puras de espaço e tempo e as categorias do entendimento precisariam ser preenchidas por elementos empíricos para que o conhecimento fosse legítimo, mostraram que os juízos sintéticos na metafísica não teriam paralelo com o mundo fenomênico e, por isso, não seriam conhecimento.

Sem a experiência para amparar as suas proposições, a metafísica tradicional jamais poderia existir como ciência. A distinção entre o mundo fenomênico e o numênico representa o ápice dessas demonstrações. As respostas ao problema de determinar as condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* no que se refere à apresentação e discussão pormenorizada dos conceitos e dos argumentos que a demonstraram e, além disso, a discussão sobre as conseqüências dessas formulações não serão abordadas por nós neste trabalho.

Nosso objetivo é bem mais modesto. O que faremos a seguir será vasculhar a forma com a qual Kant apresenta esses argumentos, ou seja, queremos identificar o método de argumentação do filósofo na solução do problema fundamental da filosofia transcendental: determinar as condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. Para fazermos isso julgamos necessário apresentar o itinerário geral da argumentação, já que é impossível caracterizar um método sem se reportar ao conteúdo sobre o qual ele trata. A discussão em torno da correção dos argumentos é tema para uma outra pesquisa.

3 O MÉTODO NO PERÍODO CRÍTICO

Iniciamos a apresentação desse tópico com a seguinte pergunta: é possível afirmar que as regras para o método determinadas por Kant nos escritos pré-críticos são por ele obedecidas nos Prolegômenos e também na Crítica da Razão Pura? Mais: podemos afirmar que ele continua defendendo a idéia segundo a qual a filosofia deveria buscar princípios fundamentais indemonstráveis? Ao longo deste tópico e no próximo procuraremos responder a essas questões levantando problemas de interpretação. Entretanto, ligado a isso, existe o problema de determinar com exatidão o método utilizado por Kant no período crítico. Assim, a tarefa desse capítulo é a de apresentar e discutir o método e sua aplicação no período crítico, identificando alguns problemas ligados ao período anterior.

A descrição mais precisa acerca do método de argumentação na tentativa de determinar as condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* encontra-se nos Prolegômenos. Nessa obra Kant apresenta uma nova posição no que concerne ao procedimento de argumentação, se comparada com o que é dito nos textos pré-críticos. A novidade, além da menção a novos aspectos, encontra-se na afirmação do filósofo quanto ao uso de procedimentos distintos nas duas obras de filosofia teórica.

Segundo Kant, os Prolegômenos teriam sido redigidos segundo o procedimento analítico e a CRP através do método de exposição sintética. Muito embora ele não afirme explicitamente, é possível afirmar que ele entendia o uso de cada método como exclusivo em cada obra. Uma leitura atenta da CRP e dos Prolegômenos nos leva a concluir que a aplicação não é feita de acordo com o que ele preconiza especialmente nessa última obra. Com efeito, na CRP há uma mistura dos dois métodos, e nos Prolegômenos verifica-se o mesmo. Além disso, percebem-se outros passos metodológicos que não são salientados por Kant, muito embora sejam aplicados em vários momentos ao longo das duas obras.

A única forma de dirimir essas dificuldades seria analisar o procedimento metodológico nas duas obras identificando com precisão o método aplicado em cada uma delas e, através de pistas percebidas desde a descrição do método proposta no período pré-crítico até aquelas identificadas na CRP e nos Prolegômenos, apresentar uma hipótese segura,

já que o que é proposto nos dois períodos apresenta elementos que apontam para uma continuidade.

A identificação precisa do método aplicado por Kant na resolução do problema da identificação dos condicionantes de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* é fundamental para a compreensão do que se faz nas duas obras e, por conseqüência, da filosofia teórica do pensador de Königsberg. Isso ficará claro ao mostrarmos especialmente nos capítulos 4 e 5, a influência do método matemático no pensamento de Kant e, nesse sentido, de sua originalidade.

Assim, dando início à demonstração do que falamos sobre a nossa leitura do método nos Prolegômenos e na CRP, perguntamos: quais seriam as características do método analítico e do método sintético? A resposta é dada em algumas passagens dos Prolegômenos. Numa nota ao parágrafo cinco dessa obra, Kant caracteriza o procedimento analítico:

O método analítico, enquanto oposto ao método sintético, é inteiramente diverso de um conjunto de proposições analíticas: significa apenas que se parte do que se procura, como se fosse dado, e se vai até as condições sob as quais unicamente é possível. Neste método de ensino, empregam-se muitas vezes apenas proposições sintéticas; a análise matemática é disso um exemplo; e seria melhor chamá-lo método regressivo, para o distinguir do método sintético ou progressivo¹.

Antes dessa nota, porém, no parágrafo 4, Kant fornece mais detalhes acerca do método analítico. Para ele, os Prolegômenos

Devem, por conseguinte, fundar-se em alguma coisa que já se conhece seguramente, a partir da qual se possa partir com confiança e subir até as fontes que ainda não se conhecem e cuja descoberta nos explicará não só o que se sabia, mas ao mesmo tempo nos fará ver um conjunto de conhecimentos, todos provenientes das mesmas fontes².

Nessas citações está a explicação mais detalhada a respeito dos métodos analítico e sintético³. Convém analisar o que Kant diz nesses trechos. Podemos identificar de imediato a

¹ Prolegômenos, § 5, A 42, p. 40.

² Prolegômenos, § 4, A 39, p. 36.

³ O que Kant afirma no parágrafo 5 dos Prolegômenos, ou seja, que o método analítico operaria muitas vezes através de proposições sintéticas, poderia, a princípio, nos levar a concluir que a toda teorização que determinou a identificação das condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* seguiria um método que utilizaria justamente esses mesmos juízos, isto é, toda a argumentação poderia ser caracterizada como uma circularidade. Nesse sentido, caberia uma questão: existiria a necessidade de investigar todos os juízos empregados por Kant em sua teorização para determinar se são analíticos ou sintéticos e averiguar as conseqüências do que se

caracterização do método analítico: partir de algo que se procura como se fosse dado e conhecido com segurança e buscar as condições que o tornam possível possibilitando assim o alcance de novos conhecimentos provenientes de um raiz comum (a qual podemos conjecturar tratar-se da razão pura). Em relação ao que é dado e conhecido, Kant está certamente se referindo à existência dos juízos sintéticos *a priori* na matemática, física e metafísica como algo suposto como correto e existente. Dever-se-ia, então, buscar as condições de possibilidade de tais juízos, como um movimento regressivo.

Nesse ínterim, entretanto, cabem alguns questionamentos: como poderíamos ter certeza de que os condicionantes alcançados nessa busca seriam os últimos, e o que demonstraria a sua legitimidade? Haveria um critério específico para tal? Mais: de que maneira essa investigação deveria ser feita? Ou seja, existiria um procedimento a ser obedecido nessa procura regressiva? O que significa afirmar que o método analítico é um método de ensino cujo exemplo pode ser vislumbrado na análise matemática? Que tipo de análise matemática? Essa última questão que apareceu na análise que fizemos do método proposto por Kant no período pré-crítico, reaparece na fase crítica de sua produção.

Podemos afirmar de imediato que Kant não menciona ao longo dos Prolegômenos o que quis dizer ao afirmar que a análise matemática é um exemplo do método analítico. Ele defenderá como apresentaremos depois, que a matemática constrói os seus conceitos de maneira sintética, mas isso não diz respeito ao método de análise, e sim, à constituição mesma do raciocínio matemático. Uma resposta a essa questão será analisada por nós no quarto capítulo desse trabalho.

A única forma de respondermos às questões colocadas acima é investigarmos a aplicação desse método na apresentação dos argumentos nos Prolegômenos e na CRP. Inicialmente o faremos nos Prolegômenos, já que é nessa obra que o filósofo afirma ter aplicado o método analítico de maneira exclusiva. Antes disso, porém, interpretemos o que

descobrir? Tal empreitada seria, de fato, extremamente ampla. Entretanto, nossa posição sobre tal problema é a seguinte: a teorização de Kant que determinou as condições de possibilidade do conhecimento pode ser entendida como sendo, dentro de seu universo conceitual, um acréscimo de conhecimento cuja característica em seus pontos determinantes seria sim, a de juízos sintéticos em sua maioria. Mas deve-se aduzir a isso que nem toda a teorização kantiana pode ser apontada como possuindo exclusivamente tais características, pois um momento de fundamental importância, o da dedução transcendental das categorias, tem o seu ponto culminante em uma prova analítica: o que assenta na apercepção transcendental, segundo a interpretação que apresentaremos mais adiante. E, como queremos neste trabalho apenas identificar o método aplicado por Kant, sem abordar exaustivamente suas possíveis insuficiências ou eventuais contradições, tal problema não será analisado por nós. O método sintético, por outro lado, será caracterizado com mais detalhes em seguida com o auxílio de outra citação de Kant.

pode ser concluído sobre o trecho que citamos a respeito do procedimento sintético adicionando outros elementos citados por Kant.

Sobre o método sintético empregado na CRP não existiriam tantas questões. Com efeito, o filósofo afirma que essa obra fora redigida de acordo com tal método “a fim de a ciência apresentar todas as suas articulações como a estrutura de uma faculdade cognoscitiva muito peculiar, na sua ligação natural”⁴. Assim, poderíamos entender a oposição entre os dois métodos no sentido de que um complementaria o outro.

O método analítico seria responsável pelo alcance dos condicionantes dos juízos sintéticos *a priori* num movimento regressivo, e através do método sintético, o conhecimento alcançado no momento anterior seria articulado e depois organizado numa exposição. Esse último processo seria desenvolvido ao longo da CRP. Entretanto, é necessário perguntarmos: na exposição sintética deve-se ou não mencionar a maneira pela qual foram alcançados os conhecimentos que são articulados? Ou seja, na exposição sintética o momento analítico é apresentado? A resposta a essa questão, a exemplo do que falamos sobre o método analítico, só pode ser dada através de uma análise da maneira como a CRP foi construída, pois, conforme mencionamos acima, o filósofo afirmou ter feito um uso exclusivo do método sintético naquela obra. Faremos uma análise desse tema após o estudo dos Prolegômenos.

3.1 A Aplicação do Método Analítico nos Prolegômenos

Nos Prolegômenos a aplicação do método analítico tem como ponto de partida algo dado. Como já observamos, esses dados são os juízos sintéticos *a priori*. Tais juízos são tidos como evidentes na matemática, na física e até mesmo na metafísica. Já mostramos os argumentos que Kant utiliza para demonstrar essas evidências no capítulo anterior. Nessa obra, porém, o filósofo utiliza alguns procedimentos que permitem concluir que haveria passos a serem obedecidos na busca pelos condicionantes.

Com efeito, como poderemos demonstrar a seguir, esses passos concernem à determinação da legitimidade das condições descobertas. Muito embora ele não afirme explicitamente, é possível levantar o problema segundo o qual o recurso a um método de

⁴ **Prolegômenos**, Introdução, A 20-21, p. 21.

legitimação indireta, o de redução ao absurdo, poderia ser utilizado de maneira a complementar o processo, sem ser, deixemos claro, o momento principal, que seria o de prova direta. Esses elementos serão levantados por que tal interpretação, segundo o que demonstraremos, oferece elementos que autorizam a sua cogitação.

A aplicação do método é feita sobre aquilo que foi suposto como um dado evidente, real. Nesse sentido, Kant propõe examinar o que condicionaria os juízos sintéticos *a priori* nas ciências em que eles aparecem para verificar não apenas a capacidade e os limites da razão humana, mas também para avaliar a possibilidade da metafísica em sua pretensão ao alcance de status de ciência rigorosa e exata.

A investigação nos Prolegômenos inicia procurando pelos condicionantes da matemática pura para identificar o que a torna possível. Nesse processo investigativo, ao aplicar o método analítico, Kant apresentará as intuições puras de espaço e tempo como as condições que tornam possível a experiência empírica e a própria matemática.

Nesse ínterim, poderíamos perguntar: a aplicação do procedimento analítico, nesse momento, poderia ser comparada às regras para o método nos escritos pré-críticos? Buscar as notas características evidentes, primeiras e fundamentais no que se procura, para a determinação de proposições indemonstráveis, levando em conta o fato de que não haveria como demonstrar a origem das intuições, já que poderíamos afirmar que elas seriam imediatamente certas? Nessa linha de interpretação, poderíamos afirmar que elas seriam as primeiras condições da sensibilidade cuja procedência não poderia ser descrita? No capítulo 5 apresentaremos nossa interpretação acerca desse assunto alicerçada no estudo desenvolvido pelo professor Loparic acerca do método aplicado por Kant⁵.

A legitimidade das intuições puras enquanto condições *a priori* da sensibilidade seriam apresentadas, em geral, da maneira como segue. Segundo o filósofo, “todo o conhecimento matemático tem esta peculiaridade: deve primeiramente representar o seu conceito na intuição e *a priori*, portanto, numa intuição que não é empírica, mas pura; sem este meio, não pode dar um único passo; por conseguinte, os seus juízos são sempre intuitivos”⁶. A leitura dos Prolegômenos pressupõe um conhecimento prévio da CRP, por isso, alguns conceitos são supostamente conhecidos. Os conceitos de intuição pura e empírica, nesse caso, são exemplos desse fato.

⁵ O estudo de Loparic será apresentado no Capítulo 4.

⁶ **Prolegômenos**, § 7, A 50, p. 48.

O conceito de intuição é trabalhado por Kant na CRP como significando uma representação imediata⁷. Apresentado como *a priori*, deve, pois, ser entendido condição que torna possível a experiência empírica. Uma intuição empírica, por outro lado, seria uma representação em que estariam agregadas as impressões sensoriais da realidade exterior ao sujeito cognoscente.

Como a matemática deve representar o seu conceito na intuição *a priori* é necessário perguntar: como é possível ter uma intuição *a priori*?⁸ Isto é, como a intuição de um objeto pode constituir a condição do próprio objeto? Ora, se a nossa intuição fosse constituída de maneira a representar as coisas tais como são em si mesmas, ela seria sempre empírica e tudo o que percebêssemos seria tal como é. Destarte, a intuição pura só pode ser possível e produzir conhecimento sob a condição de que “nada mais contém além da forma da sensibilidade que, no meu sujeito precede todas as impressões reais pelas quais eu sou afetado pelos objetos. Com efeito, posso saber *a priori* que objetos dos sentidos apenas podem ser percebidos segundo esta forma da sensibilidade”⁹. Esta última, uma capacidade passiva que recebe percepções sensoriais¹⁰ é constituída por intuições puras *a priori* pelas quais só é possível perceber os objetos tais como aparecem aos sentidos e nunca como são em si mesmos. As formas puras da intuição que constituem a sensibilidade são o espaço e o tempo.

A geometria só é possível graças à intuição pura do espaço. Isso é verificável pelo vislumbre do fato de que as proposições dos geômetras só podem ser construídas com base na intuição, jamais através do desmembramento de conceitos discursivos. Não haveria como demonstrar, por exemplo, que a tridimensionalidade do espaço se fundaria na proposição de que em um determinado ponto não poderia haver mais do que três linhas que se cortam de maneira retangular a partir de simples conceitos.

Pensar o prolongamento de uma linha até o infinito pressupõe uma representação de espaço e tempo que só pode estar na base da intuição sensível. Não se alcançariam tais resultados recorrendo à simples dedução de conceitos, ou por desmembramento do conceito de linha, reta, etc. Ora, assumir o conceito como a condição para demonstrações geométricas acabaria levando a dificuldades, já que não se obteria universalidade e nem necessidade e estas seriam características fundamentais para o conhecimento.

⁷ CRP, B § 3, p. 67.

⁸ Prolegômenos, § 8, A 51, p. 49.

⁹ Prolegômenos, § 9, A 52, p. 50.

¹⁰ CRP, B § 1, p. 61.

A aritmética, por sua vez, constrói os seus conceitos pela adição sucessiva de unidades no tempo, o que só é possível pela intuição pura de tempo. Não haveria como desmembrar resultados do simples conceito de número, como já foi citado acima. Por isso tudo, diz Kant, “na base da matemática estão realmente puras intuições *a priori* que tornam possíveis as suas proposições de valor sintético e apodítico”¹¹. Ela só é possível como conhecimento sintético puro, porém, ao ser aplicada aos objetos dos sentidos.

A intuição empírica destes últimos, por seu turno, está fundada nas intuições puras de espaço e tempo como formas *a priori* da sensibilidade que precedem as aparições dos objetos. O contato sensorial com a realidade será sempre de forma a perceber fenômenos, aquilo que aparece,¹² nunca as coisas tais como são em si mesmas, pois aquilo que é percebido deve ser espacializado e temporalizado, pelas operações intuitivas do sujeito cognoscente.

As condições de possibilidade do conhecimento empírico são, pois, que as intuições puras de espaço e tempo sejam sensificadas, ou seja, que recebam um conteúdo sensorial. E as condições da matemática pura são as operações intuitivas de espaço e tempo que permitem a construção de conceitos. A prova de que espaço e tempo são intuições *a priori* e não jazem fora do sujeito é apresentada utilizando um argumento que foi apresentado na CRP e outro distinto em que define o espaço como forma da intuição externa.

Ora, que espaço e tempo são intuições é constatável bastando eliminar do pensamento todo o elemento empírico, tudo o que pertence à sensação. Ao fazer isso, logo se percebe que restam ainda o espaço e o tempo, que não podem ser suprimidos. Eles são, porém intuições, não ficções criadas pela imaginação.

É possível também apresentar um argumento que apresenta o espaço como uma intuição cuja sede é a mente, e não a realidade exterior, ao demonstrarmos que não é possível através de nenhum conceito diferenciar coisas semelhantes e iguais e, que, no entanto são incongruentes. Um exemplo que ilustra esse fato é o da semelhança e, ao mesmo tempo (mas sob um aspecto diferente), a igualdade que existe entre a mão ou a orelha quando comparadas com sua imagem em um espelho. A mão direita, no espelho, se torna esquerda, e, por isso, semelhante à original, mas por outro lado, igual, por se tratar da mesma mão. O mesmo pode ser dito da orelha.

¹¹ **Prolegômenos**, § 12, A 56, p. 53.

¹² **Prolegômenos**, § 10, A 52-53, p. 50-51.

Nenhum entendimento poderia explicar por conceitos a diferença entre as mãos e orelhas no espelho em relação às originais e, ao mesmo tempo a sua igualdade, já que são as mesmas. Entretanto, sabemos que são diferentes graças à forma da intuição do espaço, que é uma intuição externa, pois permite que se perceba os objetos como espacializados, isto é, ela determina os objetos em sua espacialidade numa relação exterior à sensibilidade como limitações de um espaço absoluto. Tal espaço, porém, é apenas a forma pura da intuição.

Seria impossível demonstrar a diferença entre as orelhas e as mãos no espelho, sem o recurso da intuição externa do espaço, apelando exclusivamente para conceitos discursivos. Como provar pelo desmembramento do conceito de orelha ou mão, ou mesmo de direita e esquerda a diferença entre elas ao se comparar suas imagens no espelho? Contudo, se as intuições puras de espaço e tempo condicionam a realidade fenomênica, poderíamos acusar tal concepção de um idealismo, isto é, seria possível afirmar uma idealidade absoluta de espaço e tempo, como criações do sujeito, sem qualquer paralelo com o mundo exterior. Sobre essa acusação, Kant assim se expressa:

são-nos dadas coisas como objetos dos nossos sentidos e a nós exteriores, mas nada sabemos do que elas possam ser em si mesmas; conhecemos unicamente os seus fenômenos, isto é, as representações que em nós produzem, ao afetarem os nossos sentidos. Por conseguinte, admito que fora de nós há corpos, isto é, coisas que, embora nos sejam totalmente desconhecidas quanto ao que possam ser em si mesmas, conhecemos mediante as representações que o seu efeito sobre a nossa sensibilidade nos procura, coisas a que damos o nome de um corpo, palavra essa que indica apenas o fenômeno deste objeto que nos é desconhecido, mas, nem por isso, menos real¹³.

A percepção sensorial da realidade depende, como já dissemos, da sensificação das intuições. E que o espaço e o tempo sejam a forma dessas intuições *a priori* foi apresentado acima¹⁴. Assim, existe uma realidade exterior à mente, cuja constituição nos é inacessível, o mundo numênico. Por outro lado, a maneira como nossos sentidos percebem as coisas, mostrando-nos apenas os fenômenos na sensibilidade não nos autoriza a tomá-los como aparências.

Os fenômenos são o resultado das impressões sensoriais fundadas pelas intuições puras espaço-temporais, e não podem ser confundidos pelas aparências das coisas, mas a

¹³ **Prolegômenos**, § 13, Observação II, A 63, p. 58.

¹⁴ Muito embora ele não tenha refutado possíveis candidatos alternativos a intuições puras condicionantes da sensibilidade. Isso é feito, como mostraremos, no item seguinte na CRP no que concerne à intuição pura de espaço. A refutação é dirigida à matéria das sensações como cor, sabor, sons, etc.

maneira pela qual percebemos o que aparece. A aparência, no sentido de engano, não depende dos fenômenos se o nosso conhecimento a toma por verdade. O engano se deve à formação de juízos falsos sobre o que é percebido.

Com essas últimas considerações damos por encerrada a apresentação da maneira como Kant coloca os seus argumentos sobre as intuições puras de espaço e tempo como os elementos condicionantes da sensibilidade na formação de juízos sintéticos *a priori*. É importante destacar o fato de que tal argumentação visava também demonstrar as condições de possibilidade da matemática pura. Com isso, é possível afirmar que o método analítico, ao procurar os elementos condicionantes daquilo que é aceito como dado, preconiza a apresentação de argumentos que os provem como legítimos, corretos. Isso, porém, como já dissemos, não é descrito por Kant explicitamente.

Julgamos necessário porém, apresentar o seguinte problema: na CRP, especificamente na “Doutrina Transcendental do Método”, Kant desaconselha o uso do método apagógico, isto é, do método indireto como procedimento demonstrativo em filosofia. Entretanto, é possível afirmar que na tentativa de afirmar que espaço e tempo seriam intuições e não conceitos, o filósofo estaria utilizando o método de redução ao absurdo como um procedimento complementar?

Ora, ao propor a idéia de assumir que espaço e tempo fossem conceitos e, determinando as conseqüências dessa proposta, provar que eles só podem ser intuições, como vimos acima, Kant, estaria assumindo a aplicação da técnica da redução ao absurdo que preconiza assumir o contrário da premissa e, daí em diante mostrar que as conseqüências de tal atitude levariam a aceitar a verdade da proposição inicial. Essa interpretação, porém, estaria levando a mostrar uma contradição em Kant?

A resposta a essa questão será dada por nós no capítulo 5. Aqui é possível afirmar o seguinte: o filósofo não usou apenas esse método para legitimar espaço e tempo como condições que tornam possível a sensibilidade. Kant teria usado também o método direto: o de apresentar as intuições puras como única forma de apreensão dos objetos, já que eles são sempre percebidos como espacializados e temporalizados. Mais: a prova também estaria ligada ao procedimento de se prescindir do conteúdo empírico da mente para perceber que as

intuições permanecem como uma estrutura cognitiva condicionante. Nesse sentido, Kant não estaria numa total contradição, apesar de aplicar um método que aconselhou não utilizar¹⁵.

Na segunda parte dos Prolegômenos, o filósofo de Königsberg apresentará os argumentos que demonstrarão serem as categorias do entendimento os condicionantes da ciência da natureza, a física, e também como as condições de possibilidade do entendimento na formação de juízos. Podemos dizer que, em geral, o itinerário dessa exposição foi construída da seguinte maneira: inicialmente o filósofo apresenta um conceito de natureza a partir do que teorizou sobre as condições da sensibilidade.

Em seguida, afirmando que a percepção sozinha não pode conferir conhecimento, necessitando pois, do juízo, Kant apresenta uma diferenciação entre os juízos de percepção e os de experiência. Após isso, afirma que além da intuição que embasa as percepções na experiência, é preciso o auxílio fundamental do juízo objetivo para a intelecção desse processo. Isto é, as impressões sensoriais tomadas isoladamente, jamais poderiam conferir uma experiência no sentido de universalidade e de necessidade, elas não poderiam formar juízos, e estes, somente tomados no sentido objetivo numa consciência em geral permitiriam a experiência.

Assim, seria necessário investigar os elementos fundantes dos juízos para identificar as condições de possibilidade do entendimento como uma capacidade de julgar. O caminho para a identificação desses elementos condicionantes seria a identificação do quadro lógico de todos os juízos do raciocínio. Na posse de tal quadro, o procedimento seguinte seria o de buscar os conceitos puros que fundam os juízos, categorias responsáveis pelas regras de cada um dos tipos de juízo que o ser humano pode proferir.

E aqui, analogamente ao que fizemos em relação à análise das formas puras da sensibilidade, julgamos adequado perguntar: Kant, na aplicação do método analítico na determinação das condições do entendimento, preserva as regras que enunciou no período pré-crítico? Caso essa hipótese fosse correta o procedimento seria o de buscar a identificação das categorias como notas características primeiras, evidentes e fundamentais nos juízos, e, em seguida, construir proposições indemonstráveis explicitadas no quadro fisiológico puro dos princípios gerais da ciência da natureza, os chamados princípios do entendimento que tornariam possível não apenas a ciência, mas a própria natureza e a maneira como nós a

¹⁵ Ao abordarmos o método na CRP, voltaremos a tratar do método apagógico, ou indireto e do método direto ou ostensivo.

entendemos. Nesse sentido, a origem das categorias seria indemonstrável. É importante destacarmos que Kant não afirma isso explicitamente nas obras da fase Crítica. Não é aqui o momento de responder a essa problemática. Em outro momento ela será discutida. A seguir, procuramos reconstruir em linhas gerais o itinerário da argumentação de Kant sobre a determinação das condições de possibilidade do entendimento, cuja estratégia de exposição foi exposta acima¹⁶.

A determinação dos elementos condicionantes da ciência da natureza passa pela apresentação de um significado de natureza e também pela demonstração de que essa ciência possui proposições que a qualificam como uma forma de conhecimento *a priori* (que deve, por isso, ser suposto como dado). A partir da constatação dessas proposições, pergunta-se pelas suas condições de possibilidade.

Segundo Kant, é possível afirmar que a natureza é a “a totalidade de todos os objetos da experiência”¹⁷ e “é a existência das coisas enquanto esta é determinada segundo leis universais”¹⁸. Essas leis são apresentadas *a priori*. É certo que muitas proposições da física dependem de coisas que não são absolutamente puras e independentes da experiência como o conceito de movimento e o de impenetrabilidade da matéria. Contudo, há proposições em que a característica de necessidade universal é constituinte e, por isso, a torna sintética e pura. Com efeito, a experiência ensina que certos fenômenos existem e também mostra como existem, mas nunca que eles devam ser da forma como aparecem e não de outra.

Tal fato demonstra que são construídos de uma maneira que pressupõe condicionantes da experiência, pois esta não ensina universalidade e necessidade. Por causa de tais características, a ciência da natureza deve ser designada como pura. Ora, existem várias proposições que ilustram tal fato: “a substância permanece e persiste” e “tudo o que acontece é sempre determinado previamente por uma causa segundo leis constantes, etc”¹⁹. Para responder à questão da possibilidade dessa ciência deve-se distinguir entre juízos de experiência, como os constituintes da referida ciência, e juízos subjetivos, designados por Kant como juízos de percepção.

¹⁶ Muito embora estejamos correndo o risco de digredir em relação ao tema proposto, a apresentação dos argumentos a seguir, pode ser justificada levando em conta o fato de ela servirá para discutirmos um ponto importante a respeito da aplicação do método analítico. Ademais, neste trabalho, é difícil falar da forma sem se referir ao conteúdo. O ponto mencionado diz respeito à possibilidade de Kant ter usado também o método sintético nos Prolegômenos.

¹⁷ **Prolegômenos**, § 16, A 74, p. 67.

¹⁸ **Prolegômenos**, § 14, A 72, p. 65.

¹⁹ **Prolegômenos**, § 15, A 74, p. 67.

A distinção assentaria no critério da validade. A validade dos juízos de percepção estaria reservada apenas para o próprio sujeito, isto é, seriam juízos empíricos formados sem a adição dos aspectos de universalidade e necessidade. Assim, diz Kant, “que o quarto seja quente, o açúcar doce, o absinto agradável, são juízos de um valor simplesmente subjetivo,” e por isso, não podem ser definidos ainda como possuindo um status de conhecimento seguro.

Para que sejam transformados de forma a acrescentarem conhecimento, os juízos de percepção precisam ser subsumidos a conceitos que lhes imprimam um caráter de universalidade e necessidade, tornando-se assim, juízos de experiência²⁰. Portanto, somente os juízos empíricos objetivamente válidos, e que precisam de elementos que não são empíricos (universalidade e necessidade) podem constituir a ciência pura da natureza.

A determinação das condições que tornam possíveis tais juízos pode ser dada após uma análise da experiência em geral para identificar o que nela está contido como produto da percepção sensorial e do entendimento. Segundo o filósofo:

Na base encontra-se a intuição, de que eu tenho consciência, isto é, uma percepção (*perceptio*) que apenas pertence aos sentidos. Mas, em segundo lugar, é preciso acrescentar também o juízo (que unicamente pertence ao entendimento). Ora, este juízo pode ser de duas espécies: primeiramente, posso comparar simplesmente as percepções e uni-las numa consciência do meu estado, ou, em segundo lugar, uno-as numa consciência em geral. O primeiro juízo é simplesmente um juízo de percepção e, nesta medida, só tem uma validade subjetiva, é uma simples conexão das percepções no meu estado de espírito, sem relação ao objeto. Por conseguinte não basta à experiência, como comumente se imagina, comparar percepções e uni-las numa consciência por meio do juízo; daí não brota nenhuma validade universal e necessidade do juízo, em virtude das quais unicamente ele se pode tornar objetivamente válido e ser uma experiência²¹.

Como os juízos de experiência possuem a característica de necessidade universal, eles pressupõem a existência de uma consciência em geral²². A consciência empírica individual dessas intuições, ainda como juízos de percepção é, em seguida, ligada a uma consciência em geral, garantindo a intelecção dos objetos. Mas além da condição da existência de uma consciência em geral, são necessários outros elementos. Elementos esses

²⁰ Entretanto, para nós, os juízos de percepção necessitam de categorias como a de unidade, pluralidade, relação, etc., para alcançarem o mínimo grau de cognição possível. Esse fato não é citado por Kant.

²¹ **Prolegômenos**, § 20, A 82, p. 73.

²² É importante destacar que Kant não desenvolve a noção de consciência e nem as suas características acima citadas. Ou seja, a consciência em geral e a consciência individual, a auto-consciência, não recebem uma análise detalhada nem no âmbito de uma relação entre si e nem individualmente.

que só podem ser encontrados na determinação de um quadro que contenha o elenco de todos os tipos de juízos proferíveis.

Tal quadro pode ser encontrado na Lógica. Com a posse desse quadro, pode-se investigar os seus momentos lógicos condicionantes e, com isso, determinar as condições de possibilidade dos juízos de experiência, além da consciência em geral. A determinação desses momentos lógicos como condicionantes dos juízos é, sem dúvida a descoberta das categorias do entendimento. A obtenção da tábua das categorias é feita, buscando as funções lógicas de síntese existentes nos vários tipos de juízos.

Assim, os juízos segundo a quantidade, descritos por Kant como sendo os de tipo universal, particular e singular, teriam como condições de sua possibilidade as categorias de unidade, pluralidade e totalidade; os juízos segundo a qualidade, de tipo afirmativo, negativo e infinitos teriam nas categorias de realidade, negação e limitação o fundamento de sua possibilidade. Os juízos segundo a relação (categóricos, hipotéticos e disjuntivos) seriam condicionados pelas categorias de substância, causa e comunidade e, finalmente, os juízos problemáticos, assertóricos e apodíticos, classificados como pertencentes à característica da modalidade, teriam as suas condições fundadas nas categorias de possibilidade, existência e necessidade²³.

Todas essas categorias, também chamadas de conceitos puros do entendimento, exatamente paralelos aos juízos descritos no quadro lógico, nada mais fazem do que “determinar em geral para uma intuição a maneira como ela pode servir aos juízos”. Para que um juízo de percepção se torne um juízo de experiência é necessário que a percepção seja subsumida num conceito do entendimento. Esses conceitos são, pois, universais, puros e *a priori*.

Eles são a forma pura e *a priori* dos conceitos, o que nos leva a concluir o seguinte: para que os objetos sejam pensados, requer-se a sensificação das intuições puras de espaço e tempo, ou seja, os conceitos puros precisam de um conteúdo empírico para tornar os objetos inteligíveis. Sem isso não existe conhecimento. Em suma, diz Kant, “o afazer dos sentidos é a intuição; o do entendimento é pensar. Mas pensar é unir representações numa consciência. (...) Os momentos lógicos de todos os juízos são outros tantos modos possíveis de unir

²³ **Prolegômenos**, § 21, A 86-87, p. 76-77.

representações numa consciência”²⁴. Entretanto, sem as intuições empíricas, subsumidas nas formas puras espaço-temporais, não haveria juízos válidos, pois não existiriam conteúdos a serem ligados pelas funções lógicas do entendimento.

Para Kant, não haveria nada acima dos conceitos do entendimento que pudesse ser apontado como alternativa a condições do entendimento. Com efeito, “acima das condições formais de todos os juízos em geral, por conseguinte, de todas as regras em geral, apresentadas pela lógica, mais nenhuma são possíveis, e elas constituem um sistema lógico”²⁵. Isso é dito pelo fato de Kant acreditar na completude do quadro lógico dos juízos no que se refere às diversas formas de julgar²⁶. A partir dessa constatação, ele irá propor a articulação dos princípios fisiológicos do entendimento.

Por isso poderíamos perguntar: após a apresentação das categorias como elementos fundantes dos juízos em geral, deveríamos esperar que Kant apresentasse exhaustivamente o motivo pelo qual elas deveriam necessariamente aplicar-se às intuições, já que são de uma natureza distinta dessas últimas? Pensamos que sim. Entretanto, isso não é feito nos Prolegômenos. Kant se limitou a apresentar as categorias e como as alcançou, mas o fez sem a devida fundamentação.

Acreditamos que esses questionamentos são legítimos, pois, logo que apresentou as intuições puras de espaço e tempo como elementos condicionantes da sensibilidade, Kant elencou vários argumentos que demonstraram que aqueles elementos seriam universais, *a priori*, ideais e condicionariam necessariamente a percepção dos objetos.

Essa atitude nos levou a concluir que o procedimento de demonstração da legitimidade do que se alcançou na análise seria parte integrante do método analítico, muito embora não fosse descrito de maneira explícita. Certamente não bastaria expor as condições

²⁴ Prolegômenos, § 22, A 88, p. 78.

²⁵ *Ibidem*, § 23, A 90, p. 80.

²⁶ É conveniente lembrar aqui, segundo Beckenkamp, que “no contexto das discussões filosóficas do século XVIII, podemos ver esta distinção originária [entre intuições e categorias] mais como um avanço da análise do que propriamente uma petição de princípio. Antes de Kant encontramos, por um lado, empiristas tentando reduzir nosso conhecimento às percepções (ou à sensibilidade, nos termos de Kant) e, por outro, racionalistas tentando reduzir o conhecimento humano às idéias (ou ao entendimento, nos termos de Kant). Ambas as orientações partem dogmaticamente da assunção da possibilidade de uma tal redução. Kant, (...) constata que nem empiristas nem racionalistas conseguem dar conta deste conhecimento, em termos epistemológicos, por ser ele constituído de dois momentos essenciais (e não apenas um)”. Cf. BECKENKAMP, Joãozinho. **A Unidade Transcendental da Consciência**. Porto Alegre: UFRGS, 1987. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987. p. 24.

de possibilidade sem apresentar justificativas quanto a sua necessária aplicação. Somente apresentando tais justificativas se poderia aceitar a legitimidade das categorias²⁷.

Ora, se os Prolegômenos seguem o método analítico, é de se esperar que Kant o aplique rigorosamente em todos os momentos da argumentação. Por que não o fez numa circunstância fundamental como a da exposição das condições de possibilidade do entendimento? É certo que ele supõe um conhecimento da CRP, mas se nela o método utilizado é outro, e em sentido complementar, seríamos obrigados, nesse momento do trabalho a concluir que o filósofo não obedeceu rigorosamente aos passos de seu método. Voltaremos a isso mais adiante, a seguir, analisemos o próximo passo na exposição dos argumentos que darão conta da apresentação definitiva das condições de possibilidades dos juízos sintéticos *a priori*: a maneira como o filósofo constrói o quadro fisiológico dos princípios gerais da ciência da natureza, os princípios do entendimento. Sobre esse tema será necessário apresentar mais problemas como fruto de nossa interpretação acerca do método.

A partir do parágrafo 21 dos Prolegômenos, Kant afirma que se pode determinar com exatidão os princípios *a priori* da possibilidade de toda a experiência como conhecimento objetivamente válido como sendo derivados do quadro transcendental dos conceitos do entendimento em conformidade com as condições gerais da intuição. Na forma de proposições transcendentais, tais princípios cumpririam o papel de subsumir todas as percepções condicionadas pelas formas puras da intuição sob os conceitos puros do entendimento. Eles seriam leis gerais da natureza que poderiam ser conhecidas *a priori*. Por isso seriam classificados dentro de um sistema fisiológico, como um sistema transcendental da natureza que precederia todo o conhecimento empírico.

A classificação desse sistema é apresentada e os princípios são descritos de maneira a necessitarem do recurso à experiência para serem suficientemente compreendidos e justificados. Isso é feito levando em conta o que foi discutido ao longo da obra. Assim, os axiomas da intuição são apresentados como aqueles em que se subsumem os fenômenos como intuições no espaço e no tempo sob o conceito de grandeza.

Tal princípio revelaria a maneira como a matemática se aplicaria à experiência. O princípio seguinte, o das antecipações da percepção prescreve que todo o fenômeno será percebido como sujeito a diferentes graus. Existiria entre a representação da sensação e o

²⁷ Isso será feito na CRP na argumentação desenvolvida na dedução transcendental das categorias.

vazio total da intuição no tempo, uma diferença de grandeza, isto é, uma diferença de graus²⁸. Os dois primeiros princípios seriam uma articulação a partir do quadro das categorias segundo a quantidade e a qualidade levando em conta as intuições puras espaço-temporais, e, por isso, seriam classificados como princípios matemáticos.

O outro grupo composto pelos dois princípios seguintes, as analogias da experiência e os postulados do pensamento empírico em geral, correspondentes, no quadro transcendental dos conceitos puros, aos conceitos segundo a relação e a modalidade, respectivamente, seriam chamados de dinâmicos. As analogias da experiência, por seu turno, prescreveriam três tipos de relações no que se refere à realidade fenomênica, ou três analogias.

A primeira diz respeito ao fato segundo o qual os fenômenos sempre são subsumidos no conceito de substância, que é a base das determinações da existência como conceito das coisas. A segunda concerne à relação entre causa e efeito, ou seja, deve ser encontrada sempre nos fenômenos uma sucessão temporal, uma ocorrência no conceito de um efeito em relação à causa. E, finalmente, a terceira refere-se à simultaneidade: esta deve ser conhecida através de um juízo de experiência cuja regra é o conceito de comunidade, no sentido de influência recíproca entre os fenômenos.

O último grupo dos princípios fisiológicos do entendimento é classificado por Kant com o nome de postulados do pensamento empírico em geral. Tais princípios têm como sua base os conceitos puros da possibilidade, realidade e necessidade. A categoria de possibilidade é a regra para o princípio que determina a concordância e a conexão dos fenômenos entre si na relação a uma experiência em geral dentro de um âmbito da sensificação dos objetos enquanto isso seja possível. A categoria da realidade é a regra que condiciona a união num conceito ou o seu acordo com as condições formais em que o entendimento conhece. A categoria da necessidade pode ser identificada como a regra que condiciona o encadeamento do conceito com o elemento material dos sentidos dentro de uma noção do que deve ser.

Todas as categorias que subsumem as intuições sensíveis nos princípios do entendimento precisam ser entendidas como sujeitas a uma restrição, qual seja: a de que as coisas sejam submetidas necessariamente *a priori* como às condições supra-citadas, somente como objetos da experiência. Nas palavras do próprio Kant:

²⁸ **Prolegômenos**, § 24, A 91-92, p. 81.

Segue-se, pois, em segundo lugar uma prova específica e peculiar dos mesmos princípios: que eles não se referem diretamente aos fenômenos e à sua relação, mas à possibilidade da experiência, de que os fenômenos constituem somente a matéria, mas não a forma, isto é, a proposições sintéticas objetiva e universalmente válidas, onde justamente os juízos de experiência se distinguem de simples juízos de percepção²⁹.

Os princípios do entendimento referem-se necessariamente a uma experiência possível, isto é, à passagem de um juízo de percepção a um de experiência. Dito de outro modo, eles são conhecimentos *a priori* que, para alcançar o status de conhecimento efetivo, necessitam do recurso à experiência sensorial para que as formas puras de espaço e tempo recebam um conteúdo que possa ser subsumido nas categorias alcançando assim, a intelecção do fenômeno.

Assim, ficam determinadas as condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* e, ao mesmo tempo os limites do conhecimento humano. Só pode ser conhecido aquilo que puder ser sensificado, ou seja, o que puder ser conteúdo para a forma da intuição *a priori*. Na terceira parte dos Prolegômenos, Kant abordará o problema da possibilidade da Metafísica enquanto ciência aproveitando as construções feitas até então e concluirá pela sua impossibilidade dentro de um horizonte teórico.

O uso transcendente dos conceitos estaria levando à construção de idéias desprovidas de realidade por empregar noções sem qualquer relação com a experiência, desprovidas de qualquer contato sensorial. A única coisa que se poderia conhecer seriam os fenômenos. A constituição cognitiva da mente humana, não lhe permitiria conhecer as coisas tais como são em si mesmas, mas apenas a maneira como intuições puras e categorias elaborariam a matéria dos sentidos tornando-a inteligível.

A apresentação dos princípios fisiológicos da ciência da natureza foi feita por Kant de maneira rápida e superficial sempre pressupondo um leitor habituado aos argumentos da CRP. Contudo, após a identificação da maneira como os argumentos são apresentados é necessário que indaguemos: a formulação de tais princípios poderia ser o resultado de uma articulação de conhecimentos alcançados antes? Referimo-nos aqui àqueles conhecimentos concernentes às condições que tornam possível a sensibilidade e também daquelas que possibilitam o entendimento (intuições e categorias, respectivamente).

²⁹ Prolegômenos, § 26, A 95, p. 84.

É plausível aceitar essa idéia. Nesse sentido, os princípios do entendimento seriam alcançados como fruto de elaborações do método sintético. Se Kant afirma que os Prolegômenos foram redigidos de acordo com o método analítico, teríamos um problema metodológico, mesmo levando em conta o fato de que o próprio filósofo afirmou tê-los escrito para cumprir um papel de exercitar o leitor nos argumentos apresentados na CRP. Ora, isso não deveria impedir Kant de ser rigoroso na aplicação de seu método.

A partir do exposto é possível afirmar que o método analítico prescreve a demonstração da legitimidade das condições que foram alcançadas no processo regressivo. Muito embora isso não seja dito por Kant de forma explícita, é possível aceitar essa idéia levando em conta o que é feito no que se refere às formas da intuição, no processo em que Kant desafiava a eliminar da mente todo o elemento empírico, e também nos exemplos em que mostrava a possibilidade da geometria e da aritmética, além dos exemplos apresentados sobre a mão colocada em frente ao espelho. Entretanto, fica a dúvida em relação ao uso do recurso da técnica de redução ao absurdo, além da prova direta, conforme acenamos acima.

No que se refere à legitimidade das categorias como condições de possibilidade da ciência pura da natureza e do entendimento, a demonstração, embora não tão evidente, é feita seguindo alguns passos. No primeiro identificam-se os critérios de universalidade e necessidade nos juízos de experiência, como condições puras de inteligibilidade. No passo seguinte, a partir do quadro lógico dos juízos, como um fio condutor, identificam-se as categorias a eles correspondentes como regras, ou funções de síntese na conjunção de intuições sensíveis, para depois articular os elementos encontrados até então para determinar os princípios do entendimento. Poderíamos afirmar que a prova assentaria na aplicação necessária das categorias às intuições e dos princípios aos fenômenos. No que se refere ao entendimento Kant não emprega argumentos que procurem refutar uma constituição intuitiva das categorias, ou seja, ele não emprega a técnica de redução ao absurdo como recurso demonstrativo, analogamente ao que faz em relação à sensibilidade.

Poderíamos dizer a título de conclusão desse tópico, que Kant desenvolveu através do método analítico um movimento regressivo que resultaria numa progressão no sentido de acrescentar novos conhecimentos. A primeira progressão teria sido a identificação da existência dos juízos sintéticos *a priori*. A segunda, a determinação das condições de tais juízos na construção de um sistema transcendental cujo resultado culminaria na diferenciação entre o mundo fenomênico e o numênico.

3.2 O Método Sintético e a Crítica da Razão Pura

Se nos Prolegômenos pudemos constatar a utilização tanto de procedimentos analíticos como sintéticos (ao analisarmos especialmente a maneira como Kant apresenta os princípios fisiológicos), na CRP acontece algo similar. Nela é evidente o uso do método analítico no que se refere à determinação das intuições puras como condicionantes da sensibilidade e das categorias como elementos fundantes do entendimento nos juízos. É notória também a utilização do procedimento sintético na exposição dos aspectos teóricos concernentes ao esquematismo e na determinação do sistema dos princípios do entendimento como condições de possibilidade da experiência e do pensar em geral.

Uma análise da apresentação dos argumentos nessa obra nos leva a apontar mais dois elementos presentes no método analítico: a prova da legitimidade das condições e a refutação de possíveis alternativas ou complementos aos condicionantes. O primeiro procedimento, o de provar a legitimidade das condições é encontrado no capítulo da “Estética Transcendental”. Ele visa justificar a idealidade das formas puras da sensibilidade contra a noção de uma realidade de espaço e tempo, isto é, contra a idéia de que esses últimos se encontrariam fora da mente, ao invés de serem intuições *a priori*. Além disso, percebe-se a preocupação em afastar a idéia de que espaço e tempo sejam conceitos desenvolvidos através do contato sensorial com a realidade.

A refutação de outros candidatos a condições da sensibilidade é feita no mesmo capítulo no que se refere à intuição de tempo. Essa refutação se dirige às sensações, à simples matéria dos sentidos como possíveis candidatos alternativos a condicionantes da sensibilidade. No que diz respeito às categorias, no parágrafo 12 da CRP Kant refuta os conceitos de unidade, verdade e perfeição, formulados pelos antigos escolásticos como possíveis candidatos a uma complementação da tábua dos conceitos puros. Após isso, Kant se dedica a demonstrar a necessidade das categorias no que diz respeito à sua aplicação aos objetos. Tal demonstração é feita na seção designada como dedução transcendental, e depende do que é feito na dedução metafísica ao apresentar os conceitos puros como condições que tornam possível o entendimento a partir da análise da tábua dos juízos. A dedução metafísica depende da completude do quadro lógico dos juízos. Uma prova efetiva de tal completude, porém, segundo nossa compreensão, não é fornecida.

Por outro lado, a análise dos argumentos que procuram demonstrar a legitimidade das condições nos levaria, inicialmente, a concluir que Kant apresentaria dois tipos de prova: uma feita de forma direta e que poderia ser vislumbrada nas duas deduções, tanto a de espaço e tempo como a das categorias, e outra indireta, pela técnica de redução ao absurdo, observada na determinação da legitimidade de espaço e tempo como intuições puras. Tal conclusão, entretanto, precisa ser analisada à luz do que Kant argumenta na quarta seção da segunda parte da CRP, na “Doutrina Transcendental do Método”, já que naquele momento, o filósofo desaconselha a utilização de procedimentos demonstrativos apagógicos. Faremos uma discussão sobre esses argumentos tendo em vista que, segundo o que pudemos interpretar, Kant estaria usando os dois procedimentos e não apenas um como recomenda no final da CRP.

Para fundamentar o que dissemos sobre o método na CRP, julgamos necessário apresentar o itinerário seguido por Kant na apresentação de seus argumentos na estética e na analítica transcendentais. Evidentemente correremos o risco de cometer erros de interpretação, muito embora não seja absolutamente o nosso objetivo discutir ou comprovar a exatidão dos argumentos em si. O que queremos aqui, outrossim, é apenas apresentar a sua forma. Apesar disso será preciso falar do conteúdo procurando, dentro do possível, evitar uma digressão no que se refere ao assunto tratado³⁰.

Ao enfrentar o problema da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* na CRP, Kant, ao final da introdução da edição B afirma existir dois troncos do conhecimento humano, oriundos de uma raiz comum e desconhecida: a sensibilidade e o entendimento. Pela sensibilidade os objetos são dados e pelo entendimento, são pensados. O conhecimento humano começa pela experiência, mas não deriva totalmente dela. É necessária uma faculdade intelectual como uma capacidade de conhecer, que compara, liga ou separa a matéria das impressões sensíveis transformando-as em conhecimento.

Assim, “a teoria transcendental da sensibilidade deve formar a primeira parte da ciência dos elementos, porquanto as condições, pelas quais unicamente nos são dados os

³⁰ Como já foi dito mais acima, Kant afirmou que redigiu a CRP através do método sintético. Isso certamente contrasta com o que o filósofo afirma nos Prolegômenos a respeito do método que utilizou na CRP. Com efeito, se Kant afirma ter usado um método exclusivamente sintético, e o que se observa é uma utilização combinada deste com o analítico, somos levados a concluir que a afirmação nos Prolegômenos não deve ser levada a sério, e devemos interpretar o seu método de acordo com o que podemos observar no exame da maneira como ele apresenta os seus argumentos com o apoio de interpretações que adicionam novos elementos a partir de pistas encontradas nesse exame. Isso será apresentado a partir do quarto capítulo do trabalho.

objetos do conhecimento humano, precedem as condições segundo as quais esses mesmos objetos são pensados”³¹. As condições da sensibilidade são investigadas na “Estética Transcendental” e as do entendimento na “Analítica Transcendental”.

3.2.1 O método Analítico na Estética Transcendental

Na estética transcendental Kant inicia afirmando que a intuição é o fim para o qual tende como meio todo o pensamento, na medida em que os objetos enquanto aparecimentos devem se referir a ela imediatamente. Para isso, tais objetos, compatíveis com os limites dessa mesma intuição devem ser dados afetando o espírito. Kant não define de imediato a intuição, ele já a apresenta como sendo a condição que torna possível a sensibilidade, sem apresentar os motivos que o levaram para tal afirmação. Em seguida, ele passa a definir uma série de conceitos com os quais fará as teorizações seguintes: sensibilidade, sensação, intuição empírica, fenômeno, matéria da sensação, forma do fenômeno e intuições puras.

A sensibilidade é definida como a capacidade de receber representações, e a faculdade pela qual as intuições são fornecidas. A sensação é apresentada como o efeito de um objeto que se adequa à capacidade representativa, a sensibilidade. Mais adiante, Kant define intuição empírica como aquela que se relaciona com o objeto por meio de uma sensação. O fenômeno é designado como o objeto indeterminado de uma intuição empírica, e a matéria da sensação, como aquilo que corresponde à sensação no fenômeno³². A forma deste último, por sua vez, é aquilo que possibilita ao diverso a ordenação segundo relações e, finalmente, o filósofo define intuições puras como sendo as representações em que nada que pertença à sensação é encontrado.

Com esses conceitos definidos Kant propõe investigar as condições que tornam possível a sensibilidade, através de um procedimento claramente analítico:

³¹ CRP, Introdução, A 16 / B 30, p. 56.

³² Livre interpretação da CRP B § 1, p. 61-63. Poderíamos perguntar: Kant utiliza o método proposto em IEPTM para definir todos esses conceitos?

Na estética transcendental, por conseguinte, isolaremos primeiramente a sensibilidade, abstraindo de tudo o que o entendimento pensa com os seus conceitos, para que apenas reste a intuição empírica. Em segundo lugar, apartaremos ainda desta intuição tudo o que pertence à sensação para restar somente a intuição pura e simples, forma dos fenômenos, que é a única que a sensibilidade *a priori* pode fornecer. Nesta investigação se apurará que há duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento *a priori*, a saber, o espaço e o tempo (...) ³³.

Ao mencionar um processo de abstração de tudo o que é pensamento e de tudo o que é sensação, Kant assume a adoção de um procedimento regressivo na busca pelas condições da sensibilidade. Assim, o procedimento da estética transcendental é analítico e não sintético. A apresentação do espaço como uma das condições que tornam possível a sensibilidade é feita em quatro passos: inicialmente Kant passa a apresentar aquilo que pertence ao conceito de espaço, enquanto dado *a priori*, ou seja, ele faz uma exposição metafísica daquela intuição ³⁴, sempre apresentando argumentos que justificam tais características, depois, na exposição transcendental, argumenta que graças ao espaço como intuição, é possível explicar a possibilidade da geometria enquanto conhecimento *a priori*. Em seguida, refuta possíveis candidatos alternativos a representação subjetiva referida a algo exterior ao sujeito e, finalmente, refuta críticas à noção de idealidade do espaço.

O espaço é, antes disso tudo apresentado como a forma do sentido externo, através da qual os objetos são representados como exteriores ao sujeito e situados no espaço. A apresentação do que pertence ao conceito de espaço enquanto *a priori* e as provas que dão conta disso são apresentadas em 4 pontos.

No primeiro afirma-se que o espaço não pode ser extraído da experiência externa, pois para se poder representar coisas exteriores ao sujeito e distintas umas das outras e em lugares diferentes tanto delas entre si como em relação ao sujeito, é necessário que exista uma noção de espaço como fundamento *a priori*.

No segundo ponto afirma-se que o espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta as intuições empíricas. Isso é justificado através do argumento segundo o qual é impossível formar uma representação que prescindia absolutamente do espaço, embora

³³ *Ibidem*, A22-23/B 36, p. 63.

³⁴ Procedimento que lembra o método exposto em **IEPTM**, no período pré-crítico em que se propunha alcançar as notas características primeiras, evidentes e fundantes dos conceitos, ao invés de sua definição. Tais notas, conforme já citamos, seriam entendidas como indemonstráveis, imediatamente certas. Não o processo que legitima a sua identificação, mas o que concerne às suas origens e constituição. No quinto capítulo abordaremos os elementos concernentes à possibilidade dessa interpretação.

seja possível pensar um espaço sem objetos. Por isso, o espaço não depende dos fenômenos, é antes a sua condição de possibilidade na mente.

O terceiro ponto apresenta uma justificação para a característica intuitiva, não-discursiva e unitária do espaço: quando fala-se em vários espaços, refere-se a partes de um só, e estas, por sua vez, não podem anteceder esse espaço único, pelo contrário, só podem ser pensadas nele. Os diversos espaços seriam limitações de apenas um, como uma intuição. Nesse sentido, não é possível derivar de conceitos gerais de linha e triângulo, proposições geométricas como “num triângulo a soma de dois lados é maior do que o terceiro”, pois, tais conhecimentos só podem ser alcançados admitindo que sejam condicionados pela intuição *a priori* do espaço.

O quarto ponto apresenta o espaço como sendo uma grandeza infinita dada. Ora, os conceitos são sempre pensados como representações contidas numa multidão infinita de outras representações distintas. Isso só é possível admitindo o espaço como a intuição que subsume tais representações. Nenhum conceito poderia ser pensado como contendo em si uma infinidade de representações.

A exposição transcendental do conceito de espaço é feita de modo a considerar essa intuição pura “como um princípio a partir do qual se pode entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*”³⁵. A geometria é um exemplo de conhecimento que se tornou possível graças ao espaço como intuição. As proposições da geometria são todas apodíticas, necessárias e universais: a tridimensionalidade do espaço não pode ser derivada de simples conceitos, ela requer o fundamento da intuição de espaço na mente para poder ser compreendida.

Todas essas teorizações teriam como conseqüências o fato de que a intuição do espaço seria a forma dos fenômenos do sentido externo e não representaria propriedades das coisas em si. Por outro lado, a matéria das sensações, como sabor, cor, calor etc., não poderiam ser representações *a priori*, ou seja, elas não seriam condições necessárias pelas quais as coisas poderiam ser objetos dos sentidos para nós. Essas sensações jamais permitiriam o conhecimento *a priori* de nenhum objeto, isto é, com elas, seria impossível a

³⁵ CRP, B § 3, p. 66.

derivação de proposições sintéticas *a priori*. Ademais, elas podem apresentar variações entre os sujeitos³⁶.

Com esses argumentos Kant refuta a matéria das sensações como uma alternativa à intuição do espaço como sentido externo. A exposição do tempo, o outro elemento condicionante da sensibilidade, é feita seguindo um procedimento semelhante ao que apresentou a intuição de espaço. Ela começa, pois, com a exposição metafísica do conceito ligada a argumentos que legitimam tal exposição. São expostas 5 teses e provas a elas referidas³⁷. Nas duas primeiras o tempo é apresentado como uma intuição pura que condiciona a simultaneidade e a sucessão. Ele não poderia ser um conceito derivado da experiência empírica. Além disso, essa intuição seria uma representação necessária que fundamentaria todas as intuições, já que não se poderia suprimi-la em relação aos fenômenos em geral, muito embora fosse possível pensá-la sem os fenômenos.

Na terceira exposição, Kant defende a unidimensionalidade do tempo: tempos diferentes jamais seriam simultâneos, mas sucessivos. Tal proposição não poderia ser derivada da experiência, pois esta jamais ensinaria universalidade e necessidade rigorosa, característica de qualquer conhecimento *a priori*. A quarta característica do tempo é definida como sendo a forma da intuição sensível e por isso, unitário, por oposição a um conceito discursivo. O tempo não poderia ser um conceito discursivo, pois não haveria como derivar de um conceito universal a proposição de que tempos diferentes são sucessivos e não simultâneos na mente. E, além disso, tempos diferentes só poderiam ser pensados como partes de um único tempo, o que apenas comprovaria a sua unicidade enquanto intuição *a priori*.

A defesa da idéia da infinitude do tempo é o tema da quinta exposição metafísica do conceito de tempo. Ela é feita afirmando que somente limitações de um tempo único suposto como ilimitado possibilitam a determinação de qualquer grandeza de tempo. No parágrafo 5 da CRP Kant apresenta uma breve exposição transcendental do conceito de tempo. Ele a faz destacando a necessidade de um fundamento *a priori* do tempo para compreender a possibilidade do conceito de mudança e movimento no sentido de mudança de lugar.

Seria impossível entender a possibilidade de uma mudança como ligação de predicados num só e mesmo objeto, isto é, não haveria como entender a existência de algo num lugar e a sua não existência no mesmo lugar, sem termos como base a intuição do tempo

³⁶ *Idem, ibidem.*

³⁷ Descrição feita conforme CRP, § 4, p. 70-71.

a priori. Assim, dessas duas exposições (metafísica e transcendental) seria possível extrair três conseqüências: o tempo não é algo que existe em si, e nem está inerente aos objetos, pelo contrário, ele os condiciona, além disso, é a forma do sentido interno como sentido do próprio sujeito e de seu estado interior e é a condição formal de todos os fenômenos em geral.

No parágrafo 7 da CRP, Kant procura refutar posições que iriam contra o que ele diz na estética sobre a idealidade do espaço e do tempo. Kant propõe assumir que espaço e tempo sejam reais, exteriores ao sujeito e, assumindo as conseqüências desse fato demonstrar a necessidade de aceitação de que eles são ideais, comprovando sua tese. O exemplo que ilustra esse procedimento é apresentado no parágrafo 7 da CRP. A refutação se dirige àqueles que afirmam a realidade absoluta do espaço e do tempo, concebendo-os em dois sentidos: como substâncias ou como acidentes. As duas posições levariam a uma contradição caso fossem confrontadas com a experiência. Segundo Kant,

Se optam pelo primeiro partido (que geralmente tomam os físicos matemáticos) têm de aceitar dois não-seres eternos e infinitos, existindo por si mesmo (o espaço e o tempo), que existem (sem serem contudo algo de real), somente para abranger em si tudo o que é real. Se tomam o segundo partido (a que pertencem alguns físicos matemáticos) e consideram o espaço e o tempo como relações dos fenômenos (relações de justaposição e sucessão) abstraídas da experiência (embora confusamente representadas nessa abstração) têm de contestar a validade das teorias matemáticas *a priori*, relativamente às coisas reais (por exemplo, no espaço), ou, pelo menos, a sua certeza apodítica, pois uma tal certeza apenas se verifica a posteriori; os conceitos *a priori* de espaço e tempo, segundo esta opinião, seriam apenas produto da imaginação e a sua fonte deveria realmente procurar-se na experiência³⁸.

A compreensão do espaço e do tempo como sendo substâncias com uma realidade exterior ao sujeito levaria a uma aporia: a aceitação de dois não-seres eternos e infinitos que conteriam tudo o que existe, sem serem, entretanto, reais. Por outro lado, caso fossem entendidos como acidentes, no sentido de serem meras relações dos fenômenos, e deles abstraídos através da experiência empírica, seria impossível fazer matemática, pois tudo o que se fizesse nesse campo, tanto na geometria como na aritmética deveria ter sempre como fundamento a experiência.

Nesse sentido, seria impossível um conhecimento universal, necessário, e *a priori*, já que a experiência concede apenas contingência e universalidade por indução, e por isso, apenas provável. Assim, espaço e tempo devem, segundo Kant, ser entendidos como formas

³⁸ CRP, §7 A 40-41/B 57-58, p. 77.

da intuição *a priori*, e, por isso, ideais, não como meros frutos da imaginação ou abstraídos da experiência.

Tudo o que foi dito na estética sobre as condições da sensibilidade deve ser aceito como algo indiscutível. Não se trata de mera hipótese verossímil, já que foram apresentados vários argumentos em apoio de tudo o que se disse. Entretanto, assim como fizemos no exame da forma como Kant argumentou nos Prolegômenos, levantamos novamente o questionamento a respeito da legitimidade da interpretação segundo a qual o filósofo utilizaria também como recurso probatório a técnica de redução ao absurdo. Isso pode ser levantado, acreditamos, dentro de uma interpretação que aponte o método indireto como complementar e não principal, levando em conta o procedimento feito por Kant na dedução dos conceitos de espaço e tempo (como exposição transcendental).

Ele propõe assumir que espaço e tempo sejam conceitos e prova que não podem sê-lo, por condicionarem a percepção fenomênica. Caso fossem admitidos como conceitos oriundos da experiência, seria impossível justificar a universalidade e necessidade. Além disso, seria impossível entender simultaneidade e sucessão como uma derivação de simples conceitos. Assim, a idealidade de espaço e tempo é provada por oposição a uma possível origem empírica. Contudo, a prova principal e direta seria a da exposição transcendental.

3.2.2 A Analítica dos Conceitos

O procedimento que visa apresentar as categorias como o segundo elemento condicionante dos juízos sintéticos *a priori* é feito de maneira semelhante ao que identificamos nos Prolegômenos. Na CRP há um detalhamento maior do processo e também a inclusão de procedimentos fundamentais que visam avaliar as categorias encontradas quanto ao seu valor objetivo, ou seja, no sentido de justificar a aplicação necessária às intuições sensíveis. Este procedimento é exposto na dedução transcendental das categorias.

Além disso, na analítica dos conceitos existe uma preocupação em apresentar a exclusividade das categorias sem a admissão de outros candidatos complementares. Com essas constatações pode-se concluir de maneira definitiva que com o método analítico, além

de buscar os condicionantes de algo que é dado, deve-se provar a legitimidade do que foi encontrado. A seguir apresentemos os argumentos que justificam tal posição.

Através de um movimento regressivo, ou seja, aplicando o método analítico, observa-se inicialmente que as intuições empíricas sozinhas não poderiam nos fornecer conhecimento algum. Isso, diz Kant, por que o conhecimento proviria de

duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é-nos dado um objeto; pela segunda é pensado em relação com aquela representação (como simples determinação do espírito)³⁹.

Para que algo seja conhecido é necessário, pois, além das representações dadas na intuição, a ação do entendimento. O conhecimento dos objetos, entretanto, não é um conhecimento intuitivo, mas discursivo, por conceitos. E, sendo assim, o conhecimento é sempre dado em juízos. As intuições enquanto sensíveis, assentariam em afecções, e os conceitos, por sua vez em funções. Por função entende-se a “unidade da ação que consiste em ordenar diversas representações sob uma representação comum”⁴⁰. Através dessas funções, entendidas como uma espontaneidade do pensar, o entendimento formula juízos como representações de uma representação de objetos.

Numa palavra: nos juízos existiriam conceitos válidos para vários conceitos referidos. No juízo “todos os corpos são divisíveis”, o conceito de divisível refere-se a diversos outros conceitos, em especial ao de corpo, e este a fenômenos a nós apresentados. A mediação para a apresentação desses objetos é feita pelo conceito de divisibilidade⁴¹. Nesse sentido, os conceitos seriam funções da unidade entre as representações nos juízos. E o entendimento em geral, por consequência, seria uma faculdade de julgar. Através dos juízos ele estabeleceria relações entre as representações reduzindo-as à unidade.

É possível, então, encontrar todas as funções da unidade nos juízos ao abstrairmos as suas formas gerais. Como um caminho para tal basta investigar as funções da unidade nos juízos no quadro fornecido pela lógica em que são apresentadas as diferentes formas gerais dos juízos. Inspirando-se nessa classificação e tornando-a mais sistemática segundo sua

³⁹ CRP, A 51 /B 75, p. 88.

⁴⁰ CRP, A 68/B 93, p. 102.

⁴¹ CRP, A 69/B 94, p. 103.

concepção⁴², Kant propõe identificar as diferentes funções responsáveis pela redução à unidade nas diversas representações dadas.

Aquilo que fundamenta as formas lógicas dos juízos em geral são os conceitos do entendimento. Estes, pois, em número de doze e classificados de acordo com a qualidade, quantidade, relação e modalidade, em perfeito paralelo com a tábua dos juízos, devem ser entendidos como formas *a priori*, como conceitos puros desprovidos de conteúdo empírico. Eles seriam responsáveis pela imposição de unidade às intuições empíricas que são reencontradas nos juízos.

Esse processo regressivo em que são identificadas as condições de possibilidade do entendimento em sua completude é identificado como a dedução metafísica das categorias. Kant certamente as entendia como completas por ter identificado todas as formas lógicas nos juízos como formas constituintes de todo o pensar em geral, já que pensar e julgar se confundiriam⁴³. Entretanto, é necessário aduzir mais um aspecto nesse processo que levou à identificação dos condicionantes do entendimento que, ao mesmo tempo, é de suma importância para a instauração dos argumentos que procurarão demonstrar a necessária aplicação das categorias às intuições empíricas: o processo argumentativo desenvolvido na dedução transcendental.

Conforme mostramos acima o conhecimento enquanto constituído por juízos revela uma unidade: a unidade judicativa. Tal unidade é percebida pelo desmembramento dos conceitos presentes no juízo, mas só é possível por ocasião da matéria dos sentidos que foram subsumidas nas intuições puras espaço-temporais. Ora, o entendimento precisa que o múltiplo das sensações “seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento”⁴⁴. Ou seja, na sensibilidade apreendem-se os elementos múltiplos de uma intuição empírica como ligados entre si. À ligação dessa multiplicidade segue-se a produção de ligações das representações entre si e a reprodução das mesmas na operação de cognição

⁴² Nos Prolegômenos Kant apresenta a tábua dos juízos sem justificar as alterações em relação ao que os lógicos apresentam. Na CRP, essas alterações são apresentadas e justificadas. Essa justificação se refere especialmente aos juízos singulares, infinitos, disjuntivos e apodícticos. Não apresentaremos os argumentos aqui para não digredirmos excessivamente em relação ao nosso propósito de identificar o método no itinerário da argumentação. As alterações são apresentadas em CRP A/B § 9, p. 103-108.

⁴³ *Idem, ibidem*. Entretanto, deve-se entender que no pensar a razão pode se perder em devaneios quando não obedece o limite imposto pela experiência.

⁴⁴ CRP, § 10 A 77/ B 102-103, p. 108.

dos objetos⁴⁵. Esses processos são desenvolvidos por uma figura teórica chamada por Kant de imaginação transcendental.

A imaginação, porém, por si só, não possibilita o conhecimento, ela apenas opera como uma função que produz e reproduz sínteses de múltiplos dados apreendidos na sensibilidade. Para que esses múltiplos sejam cognoscíveis requer-se que sejam conduzidos a uma unidade. Essa unidade sintética é alcançada pelo entendimento através das categorias. Assim, “a mesma função que confere unidade às diversas representações num juízo, dá também unidade à mera síntese de representações diversas numa intuição”⁴⁶.

Entretanto, a ligação das representações não pode conduzir à unidade absoluta na síntese. Mesmo com o alcance da unidade pelas categorias é necessária uma unidade mais elevada nas sínteses. Essa unidade mais elevada seria a da apercepção. A ação do entendimento que garante uma unidade sintética das percepções em todos os momentos é, pois, aquela que reporta o múltiplo das representações à unidade do sujeito cognoscente, do sujeito que representa.

Se a unidade sintética se originasse da ligação ou do entendimento, poderíamos ter várias unidades distintas, ou seja, uma multiplicidade sem unidade. Assim, diz Kant,

O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se intuição. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao eu penso, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra. Esta representação, porém, é um ato da espontaneidade, isto é, não pode considerar-se pertencente à sensibilidade⁴⁷.

Ora, é necessário que exista uma consciência unitária que acompanhe todas as representações. E todas essas representações devem ser, com efeito, minhas representações. A consciência que acompanha cada representação deve ser idêntica em todos os momentos em que o sujeito é afetado pelas impressões sensoriais. Caso contrário, o eu seria distinto em cada

⁴⁵ Não é nosso propósito analisar em detalhes todo o procedimento argumentativo exposto na dedução transcendental no que se refere à validade da prova ou a maneira exata pela qual Kant construiu o argumento. Existem várias posições a esse respeito na literatura, como a de Allison e a de Henrich. Muito embora não seja possível isentarmos absolutamente de uma posição, o que pretendemos é apenas apresentar o argumento tendo como referência básica a noção da unidade da apercepção como elemento-chave da prova em sentido analítico.

⁴⁶ CRP, § 10 A 77/ B 102-103, p. 110.

⁴⁷ CRP, B § 16, 132-133, p. 131-132.

instante em que intuísse empiricamente. E, nesse sentido, não existiria uma identidade una e indivisível, mas um eu multifacetado, sem unidade.

A unidade da consciência ou apercepção é, pois, responsável pela atribuição de unidade a tudo o que é sintetizado na apreensão, na imaginação e nas categorias. Mais: o que quer que seja pensado, é o sujeito quem o pensa, e ele não pode se reencontrar como sendo idêntico em todas as representações senão pelo fato de operar uma síntese que reduz à unidade a multiplicidade das representações. Nesse sentido, a unidade da consciência é sintética. Ela, entretanto, é uma espontaneidade do entendimento.

Contudo, existe uma unidade empírica e uma unidade transcendental, *a priori*, como condição da primeira. Com efeito, a unidade empírica, é subjetiva: pela associação das minhas representações, há uma unidade, mas que não possui valor objetivo. Como diz Kant: “fulano liga a representação de uma palavra a uma coisa, e sicrano, a outra; a unidade da consciência no que é empírico, não tem, em relação ao que é dado, um valor necessário e universal”⁴⁸. Ao contrário, a unidade transcendental da apercepção reúne no conceito de um objeto todo o múltiplo dado em uma intuição e, assim, confere a ele um valor objetivo.

O ato que reduz as representações à unidade da apercepção é o juízo. Como pensar é julgar e, pode-se dizer que é o eu quem pensa, as categorias se aplicam, pois, necessariamente, aos objetos da intuição sensível. Assim, é possível afirmar que a dedução transcendental das categorias parte de um elemento analítico – o eu penso, que supõe o sintético.

A aplicação das categorias aos objetos sensíveis recebe, dessa forma uma justificação, uma sustentação legal, segundo determinava Kant. Na dedução transcendental, diferentemente de Descartes, Kant não usa o termo dedução no sentido de uma inferência necessária alcançada a partir de outras proposições conhecidas, mas com inspiração na prática dos juristas imperiais que, “quando falam de direito e usurpações, distinguem num litígio a questão de direito (*quid juris*) da questão de fato (*quid factis*) e, ao expor provas de ambas, dão o nome de dedução à primeira, que deverá demonstrar o direito ou a legitimidade da pretensão”⁴⁹. Ou seja, Kant propôs apresentar argumentos que justificassem a maneira pela qual os conceitos pudessem ser aplicados a objetos que não seriam extraídos de nenhuma experiência.

⁴⁸ *Idem*, B 140, p. 139.

⁴⁹ CRP, A 84, B 116, p.123

Assim, no que se refere ao método analítico é possível concluir que a busca pelos condicionantes deve ser complementada com uma justificação do que se encontrou e, como dissemos no início deste tópico, com uma refutação a possíveis candidatos complementares a condicionantes.

No que diz respeito a esse último aspecto, a refutação se dirige aos conceitos de unidade, verdade e perfeição como critérios da possibilidade de conceitos que eram defendidos pelos antigos escolásticos segundo Kant, “como conceitos *a priori* dos objetos” e, nesse sentido, deveriam fazer parte do conjunto das categorias⁵⁰. Tais conceitos eram supostos como predicados transcendentais das próprias coisas, mas deveriam ser entendidos, conforme defende o filósofo, como critérios de todo o conhecimento das coisas em geral e como exigências lógicas para a concordância do conhecimento consigo próprio.

Com efeito, todo o conhecimento analisado sob o ponto de vista da possibilidade conceitual tem como critério a definição. Nesta, a unidade e a verdade de tudo o que pode ser derivado a partir do conceito de forma imediata e mesmo a integralidade de tudo o que se extraiu deste último eram entendidos pelos escolásticos como o que deveria ser satisfeito para que se pudesse elaborar um conceito. Da mesma forma, o critério de uma hipótese consistiria na

inteligibilidade do princípio de explicação admitido, ou na sua unidade (sem hipótese subsidiária), na verdade das conseqüências que dele derivam (concordância das conseqüências entre si e com a experiência) e, por fim, na integralidade do princípio explicativo em relação a estas conseqüências⁵¹.

A integralidade, citada acima diz respeito ao conceito de perfeição. Tais conceitos apenas apresentariam a idéia de que em todo conhecimento objetual existiria a unidade do conceito, a verdade no que se refere às suas conseqüências, e a perfeição, ou integralidade qualitativa da pluralidade das conseqüências. Através desta última seria possível reconduzir a pluralidade à unidade do conceito inicial. Ora, esses conceitos tais como foram analisados teriam como fundamento as categorias da quantidade: unidade, multiplicidade e totalidade. Os antigos, porém, além de considerarem esses conceitos como critérios lógicos da concordância conceitual e do conhecimento acabavam por convertê-los em propriedades das coisas em si mesmas.

⁵⁰ CRP, § 12, p. 116.

⁵¹ CRP, § 12, B 116, p. 117.

Kant não apresenta os fundamentos dessa última afirmação, entretanto, entendia que o conceito de unidade deveria ser interpretado na filosofia transcendental como unidade qualitativa, como unidade da síntese do diverso dos conhecimentos; o conceito de verdade seria interpretado como sendo uma pluralidade qualitativa condicionada pela categoria de multiplicidade e, finalmente, a perfeição, ou integralidade, seria interpretada como uma integralidade qualitativa cujo condicionante seria a categoria de totalidade.

Assim, tais conceitos não poderiam ser admitidos como possíveis complementos da tábua das categorias como se ela fosse deficiente. Isso se entenderia a partir da análise do fato de que as categorias condicionariam tais conceitos e eles deveriam ser entendidos como exigências lógicas para um conhecimento rigoroso.

3.2.3 O Método Sintético na Analítica dos Princípios

Se o método analítico é aquele que identifica regressivamente as condições que tornam possíveis os juízos sintéticos *a priori*, o sintético, por seu turno, é aquele através do qual se elabora o conhecimento alcançado na forma de princípios puros do entendimento, como uma ciência *a priori* da natureza. Nessa elaboração o procedimento sintético preconiza a ligação e a articulação entre os diversos elementos alcançados pelo método analítico. Nesse sentido, o método sintético é progressivo.

Isso pode ser afirmado como vimos na análise da citação do método nos Prolegômenos, em que Kant afirma ser o procedimento de exposição progressiva aquele pelo qual a ciência pode apresentar “todas as suas articulações como a estrutura de uma faculdade cognoscitiva muito peculiar, na sua ligação natural”⁵². A ciência à qual se refere Kant é a ciência transcendental da natureza, como um sistema de conhecimentos puros *a priori*, cujos princípios são construídos e expostos em um quadro chamado por ele de fisiológico.

Assim, é conveniente assumir que tudo o que é exposto no chamado esquematismo transcendental é constituinte do método sintético e se trata de um dos momentos de articulação entre categorias e intuições puras. O processo explica como as categorias se aplicam às intuições (diferente da dedução transcendental que justificava a necessidade de

⁵² **Prolegômenos**, Introdução, A 20-21, p. 21.

aplicação)⁵³. Esse processo, como sabemos, é desenvolvido através do recurso à intuição pura de tempo.

O tempo seria a condição universal e *a priori* homogênea tanto ao entendimento como à sensibilidade. Como todo conhecimento supõe intuições e conceitos, é necessário que haja uma ligação entre eles para que o sujeito produza juízos de experiência. O tempo seria, pois, o elemento mediador entre intuições sensíveis e categorias, já que ele é a forma do sentido interno em que a multiplicidade sensível nos é dada. A partir disso pode-se entender a aplicação das categorias sempre como uma determinação do tempo⁵⁴.

Tal determinação só pode ser compreendida através do recurso a um outro elemento transcendental: a imaginação produtora. Esse elemento intermediário entre entendimento e sensibilidade desempenharia a função de ligar as categorias às intuições sensíveis produzindo esquemas. A atividade produtora da imaginação determinaria *a priori* os quadros em que entrariam os fenômenos e indicaria a categoria sob a qual estes últimos seriam unificados. O esquema é a representação “de um procedimento geral da imaginação apto a fornecer a um conceito a sua imagem”⁵⁵. O esquema, entretanto, não é uma imagem no sentido de uma representação de objetos sensificados, mas uma regra para a produção destes últimos. Dessa forma, existiriam tantos esquemas quantas são as categorias.

Assim, o conteúdo do tempo pode ser entendido como o esquema da qualidade. O tempo preenchido pela sensação corresponderia à categoria da realidade, o tempo vazio, por sua vez, à da negação. Do ponto de vista da relação, o esquema da substância seria a permanência do real no tempo, o da causalidade, a sucessão constante, a simultaneidade regular corresponderia ao esquema da ação recíproca. E, finalmente, às categorias da modalidade correspondem: o esquema da existência virtual no tempo, no caso da possibilidade, o da existência atual no tempo, no que se refere à realidade, e o da existência perpétua no tempo, no que concerne à necessidade. Os esquemas seriam, então, determinações transcendentais do tempo segundo regras.

Muito embora não possamos demonstrar o seu fundamento, e mesmo em que assenta a espontaneidade da imaginação, é possível apresentar a possibilidade do conhecimento

⁵³ Para alguns autores como Otfried Höffe, aquilo que é exposto no esquematismo torna praticamente trivial o que Kant expõe na Dedução Transcendental. O autor citado trabalha esta idéia em sua obra *Immanuel Kant*. Detalhes em HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. New York: State Univ. of New York, 1994. p. 21-27.

⁵⁴ CRP, B 178-179, p. 182.

⁵⁵ *Idem*, p. 179-180, p. 182.

judicativo a partir desses esquemas sempre sintetizados e unificados na esfera mais elevada do entendimento: a unidade da consciência.

A teorização desenvolvida por Kant a respeito da temática concernente aos princípios do entendimento pode ser entendida, para nós, como o segundo momento de articulação entre os conhecimentos alcançados nos processos anteriores tanto no procedimento analítico, como no sintético descrito no esquematismo. Com efeito, é notório que, para apresentar os princípios que fundamentam a experiência possível de tal maneira que ela seja conforme àquilo que o entendimento coloca de si próprio, é necessário pressupor as intuições, as categorias, o esquematismo e a apercepção em todo o processo. Nesse sentido, a tábua das categorias pode ser entendida como o ponto de partida para o encaminhamento natural em direção à proposta do quadro dos princípios puros. Estes últimos seriam as regras para o uso objetivo das categorias.

Para Kant, os princípios como regras para as categorias aplicarem-se aos fenômenos exprimiriam uma exigência do entendimento em relação às intuições para que as categorias assegurassem a unidade do múltiplo condicionada pela consciência de si em sentido objetivo. Os axiomas da intuição, como princípio correspondente às categorias da quantidade podem ser entendidos como uma articulação entre intuições e categorias que condicionam as representações a elas correspondentes dentro do limite da experiência possível, isto é, da sensificação das intuições.

O princípio que determina a representação dos fenômenos na intuição sempre como grandezas extensivas é compreensível somente se entendermos a extensão como uma grandeza que é construída a partir de representações de partes que são adicionadas sucessivamente para o alcance de uma representação do todo. Tal sucessão só é possível na intuição do tempo com sínteses puras produzidas pela imaginação. Só podemos traçar uma linha em pensamento produzindo sucessivamente as suas partes. A produção dessa linha pressupõe a intuição do tempo e do espaço. A geometria como uma ciência que opera com cálculos e figuras só é possível nas sínteses sucessivas produzidas pela imaginação. É somente graças a essas sínteses que a construção de figuras é efetivada⁵⁶.

⁵⁶ *Idem*, B 204. Hintikka desenvolve um trabalho de interpretação segundo o qual é possível entendermos as intuições como representações de indivíduos. HINTIKKA, Jaako. **Logica, Juegos de Lenguaje e Informacion**: Temas Kantianos de Filosofía de La Logica. Madrid: Tecnos, 1976. p. 231-255.

Assim como os axiomas da intuição, o princípio que corresponde às categorias da qualidade também oferece elementos que definem o método sintético como sendo um procedimento que articula elementos desenvolvidos nos processos anteriores. Com efeito, no princípio das antecipações da percepção, a regra que preconiza para os fenômenos a sua representação sempre caracterizada como possuindo grandezas intensivas, pode ser compreendida com precisão se entendermos a grandeza intensiva no sentido de afetar o sujeito como graus de influência sobre os sentidos.

Essa gradação é possibilitada pela intuição de tempo em que se dá a intensidade com a qual o sujeito é afetado pela matéria da percepção. Só podemos perceber um fenômeno como algo cuja realidade nos afete mais ou menos. Entre a realidade e a sua negação, todos os graus são possíveis. A percepção de certa intensidade pressupõe a sua limitação, cuja unidade é dada pela categoria correspondente. Da mesma forma, as categorias da realidade e da negação condicionam a unidade do fenômeno percebido como intensidade como algo real, e a categoria de negação como o término dessa intensidade.

No que se refere às analogias da experiência, a constatação é do mesmo teor, isto é: Kant está articulando elementos encontrados nos momentos anteriores. Assim, as analogias seriam regras para a determinação das relações entre os fenômenos dentro de uma ligação necessária. Dessa maneira, as percepções poderiam ser reduzidas à unidade de uma consciência *a priori*. Sendo, pois, uma regra de aplicação das categorias de relação, poderíamos destacar que as relações entre os fenômenos sempre se dariam na forma característica dos três modos do tempo: como uma permanência, uma sucessão e uma simultaneidade, condicionadas pelas categorias a elas correspondentes.

E, finalmente, os postulados do pensamento empírico em geral como regras para a aplicação das categorias da modalidade (entendidos como princípios sintéticos somente em sentido subjetivo), são o resultado de articulações entre intuições e categorias no que diz respeito à relação entre as coisas e a maneira como o entendimento as põe. Com efeito, os princípios da modalidade preconizam a aplicação ao conceito de alguma coisa, a faculdade de conhecimento da qual essa mesma coisa se origina, ou seja, eles devem ser compreendidos no sentido de desempenharem o papel de proposições através das quais o entendimento dá a si mesmo o objeto produzindo o conceito a ele correspondente.

Esses princípios são chamados de postulados do pensamento empírico em geral, por se referirem à possibilidade, realidade ou necessidade dos fenômenos somente enquanto objetos de uma experiência possível (como sensificações das intuições). Algo pode ser entendido como possível somente quando estiver de acordo com as condições formais da experiência. Para que se faça a passagem de algo que é possível para a realidade, é necessário o recurso à experiência, e somente desta maneira. O simples conceito de um objeto não pode jamais autorizar a sua existência real. O real deve estar sempre ligado à matéria das sensações. E o necessário, por sua vez, é o real compreendido e situado dentro de um encadeamento de causas e efeitos. Assim, uma existência é dada sempre relativamente a outra que a antecedeu.

Kant acrescenta ao segundo postulado do pensamento empírico em geral, na segunda edição da CRP uma refutação ao idealismo dogmático de Berkeley e ao idealismo problemático de Descartes. Essas refutações são expostas procurando eliminar qualquer dúvida no que diz respeito a uma interpretação de natureza idealista já que nesse postulado é abordada a realidade fenomênica enquanto condizente com as condições materiais da experiência (a sensação), dentro de uma esfera ligada à experiência possível. A refutação do idealismo de Berkeley assenta no argumento segundo o qual o espaço não deve ser tomado como propriedade das coisas em si, mas *a priori*. Kant, nesse ínterim, retoma aspectos já apresentados na estética transcendental.

Para refutar a tese cartesiana de que a existência dos objetos no espaço é indemonstrável, salvando-se apenas a certeza da existência do eu, o filósofo de Königsberg, desenvolve uma argumentação que se apóia na demonstração da necessidade da experiência exterior como condição para se experienciar o interior, isto é, de que a consciência empírica da existência do eu provaria a existência dos objetos exteriores no espaço fora do sujeito cognoscente. Nesse sentido, somente sob a condição de perceber os objetos é que nos percebemos como sujeitos⁵⁷.

⁵⁷ Não é nosso objetivo aqui detalhar e discutir o argumento em seus detalhes. Entretanto, é importante destacar que essa noção se fundamenta no esquema da permanência no tempo e da impossibilidade de se perceber o tempo como sentido interno em si mesmo. Somente é possível a percepção de coisas reais em relação às quais ele é percebido. Na dedução transcendental Kant já havia desenvolvido essa elaboração que determinava ser a experiência exterior a condição de possibilidade e mediadora da experiência interior. Em **CRP B** 133-134, p. 132-133 ele diz: “Só por que posso ligar numa consciência um diverso de representações dadas, posso obter por mim próprio a representação da identidade da consciência nestas representações”.

Resta ainda abordarmos dois aspectos concernentes ao método na CRP antes de concluirmos a apresentação dos problemas concernentes a ele e apontarmos uma hipótese de solução. O primeiro diz respeito às provas dos princípios do entendimento e o segundo refere-se a um problema de interpretação já apontado por nós ao analisarmos os argumentos expostos nos Prolegômenos: o recurso à técnica da redução ao absurdo como apoio para a demonstração da legitimidade das condições encontradas pelo método analítico, especialmente no que se refere à sensibilidade.

Assim como fez em relação às intuições e às categorias, Kant apresenta argumentos que procuram determinar a legitimidade dos princípios do entendimento como conhecimentos *a priori* da natureza. Tais argumentos são propostos como o resultado de ligações entre categorias e intuições e constituem os elementos a partir dos quais é possível compreender a possibilidade da experiência. Eles seriam, pois, princípios primeiros que condicionariam a experiência.

O que Kant descreve na terceira seção do segundo capítulo da Analítica dos Princípios como sendo provas deveria ser entendido de outro modo, a saber, como a aplicação desses princípios à experiência. Como princípios a partir dos quais ela pode ser compreendida. Aquilo que foi alcançado nos processos metodológicos anteriores seria uma garantia quanto à exatidão do que se diz dos princípios. Nesse ínterim não são apresentados argumentos à maneira da redução ao absurdo, mas de uma forma direta, isto é, os princípios são apresentados como a única forma de compreensão acerca das condições de possibilidade da experiência fenomênica da natureza⁵⁸.

No que se refere à possibilidade do uso de argumentos na forma da técnica da redução ao absurdo, tal como observados na Estética Transcendental, podemos dizer que o

⁵⁸ Existe uma menção à característica indemonstrável dos postulados do pensamento empírico em geral em B 287 / A 234, 251: “Ora, na matemática, um postulado é uma proposição prática, que apenas contém a síntese pela qual damos a nós próprios um objeto e produzimos o seu conceito; assim, por exemplo, com uma linha dada, a partir de um ponto dado, descrevemos um círculo sobre uma superfície. E semelhante proposição não pode ser demonstrada, por que o processo que ela exige é, precisamente, aquele pelo qual produzimos, antes de mais o conceito de tal figura. Sendo assim, temos o mesmo direito de postular os princípios da modalidade, por que não alargam o conceito de coisas em geral, somente indicam a maneira como o conceito está ligado em geral à faculdade de conhecer.” Nessa linha de raciocínio levantamos novamente uma questão apresentada ao longo deste trabalho: a exemplo dos princípios da modalidade, os outros princípios do entendimento podem ser entendidos como indemonstráveis? Assim como o filósofo argumenta em IEPTM, poderíamos interpretar que o processo através do qual os princípios cumprem a função de regras como exigências do entendimento para uma experiência possível, e, por isso, a partir do qual se pode elaborar juízos de experiência, seria em sua constituição a característica de indemonstrabilidade? Tal interpretação poderia ser sustentada? Na CRP e nos Prolegômenos, Kant não faz nenhuma menção a tais elementos.

filósofo apresenta algumas considerações a respeito das características próprias das demonstrações em filosofia transcendental na segunda parte da CRP, a “Doutrina Transcendental do Método”. Tais considerações, por seu turno podem ser direcionadas também à análise da maneira como Kant elaborou seus argumentos ao defender a idealidade de espaço e tempo como condições exclusivas da sensibilidade e também a exclusividade da tábua de categorias em relação às condições de possibilidade do entendimento na solução do problema de determinar as condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*.

Entretanto, para nós, tais considerações nos obrigariam a optar por uma das seguintes interpretações: a) não se deve usar nunca o método de redução ao absurdo em filosofia e Kant se contradiz, ou, b) pode-se usar tal método como apoio para provas diretas. Vejamos como o filósofo apresenta tais argumentos no capítulo supra-citado. Logo após essa caracterização apresentaremos o que ele pensa a respeito da imitação de procedimentos matemáticos pela filosofia a título de paralelo com o que ele fez em IEPTM no período pré-crítico, destacando especialmente a exposição feita a respeito das características das demonstrações.

3.2.4 As Demonstrações na “Doutrina Transcendental do Método”

Na Doutrina Transcendental do método, desenvolvida na segunda parte da CRP, Kant apresenta o que acredita serem as características necessárias das demonstrações em filosofia transcendental. Aquilo que diz respeito à nossa temática de investigação está exposto na quarta seção da “Disciplina da Razão” intitulada “A Disciplina da Razão Pura em Relação às suas Demonstrações”. Apesar de se referir especialmente à disciplina da razão, o que é exposto pode ser aplicado à filosofia como um todo e, assim, é possível concluir que os argumentos desenvolvidos naquele íterim podem ser referidos também à solução do problema fundamental da filosofia transcendental: o das condições de possibilidade de juízos sintéticos *a priori*, isto é, a de que intuições puras e categorias são as condições que tornam possível a sensibilidade e o entendimento, de forma impreterível e exclusiva.

A consideração mais importante, para nós, exposta na terceira regra daquela seção defende o uso de demonstrações ostensivas ao invés de apagógicas em filosofia. Uma

demonstração ostensiva seria um procedimento de prova direta: aquela que uniria à convicção da verdade a visão das fontes dessa verdade⁵⁹. Nesse caso poderíamos entender que a prova ostensiva seria o único procedimento demonstrativo aceitável na determinação da legitimidade das intuições puras de espaço e tempo, das categorias e dos princípios do entendimento como condições exclusivas e universais da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*.

Tal procedimento seria, então o das deduções. Nesse procedimento, se demonstraria, no caso da sensibilidade, a partir das intuições, a possibilidade da geometria, da matemática e da experiência. No caso do entendimento, através das categorias, a possibilidade do conhecimento judicativo. No que concerne aos conhecimentos transcendentais relativos à natureza, o ponto de partida seriam os princípios do entendimento como a condição sem os quais seria impossível uma ciência da natureza, e mesmo o pensar habitual dos seres humanos.

Por outro lado, o filósofo condena a utilização de procedimentos demonstrativos indiretos ou apagógicos. Tais procedimentos obedeceriam ao seguinte itinerário: propor um princípio contrário ao obtido e, caso se encontre apenas uma consequência falsa, o contrário proposto será falso e, assim, obter-se-ia a prova da verdade acerca do princípio inicial. Ou seja, procura-se demonstrar uma afirmação refutando-se a sua contrária.

A condenação de Kant a esse procedimento é justificada pelo seguinte argumento: a demonstração indireta não alcança a compreensão da verdade considerada em sua relação com os princípios de sua possibilidade, apesar de produzir certeza⁶⁰. A vantagem que ela teria sobre as provas diretas seria a de que “a contradição traz sempre consigo mais clareza na representação do que a melhor síntese e assim se aproxima mais do caráter intuitivo de uma demonstração”⁶¹. A demonstração ostensiva, por sua vez, deveria ser a única aceita em filosofia por provar algo partindo de fontes das quais procede através de procedimentos dedutivos.

Essas considerações nos levariam a concluir que Kant utilizou na CRP e mesmo nos Prolegômenos demonstrações ostensivas. Entretanto poderíamos perguntar: na estética

⁵⁹ CRP, A 789/B 817, p. 628.

⁶⁰ CRP, A 790/B 818, p. 628.

⁶¹ *Idem, ibidem*. Kant usa o termo “contradição” e “contrário” sem distinguir o seu sentido ao expor sua posição a respeito do método apagógico. Os termos são apresentados como sinônimos.

transcendental o uso de argumentos que visam provar a idealidade de espaço e tempo e mesmo a constituição desses últimos como intuições, a partir da prova de que eles não podem existir fora da mente do sujeito e de que não podem ser conceitos, é um procedimento apagógico que apóia a dedução transcendental (de espaço e tempo)? Poderíamos afirmar que a demonstração apagógica nesses casos foi utilizada como um reforço da demonstração ostensiva?

É difícil afirmar algo de maneira categórica. De acordo com o que pudemos abordar na análise do método nas duas obras, podemos afirmar que a demonstração ostensiva recebe um apoio da apagógica. A demonstração direta seria a fundamental. Se Kant utiliza argumentos que podem ser comparados ao recurso da redução ao absurdo, é por que esperava apenas dirimir quaisquer dúvidas em relação à exclusividade, universalidade e necessidade das intuições e categorias. O mesmo pode ser dito em relação aos princípios do entendimento construídos como uma articulação entre as duas condições citadas.

Antes de finalizar esse capítulo e apresentar os problemas que encontramos na análise do método proposto e aplicado por Kant nos Prolegômenos e na CRP apontando sua solução para o capítulo seguinte, apresentamos uma breve discussão feita pelo filósofo a respeito da impropriedade de uma imitação de procedimentos da matemática feita pela filosofia, a exemplo do que ele fizera no período crítico. Com essa exposição é possível afirmar que é alcançada uma definição acerca da maneira como o filósofo via a construção teórica que desenvolvera até então: um sistema em constante aprimoramento.

Na primeira seção do primeiro capítulo da “Doutrina Transcendental do Método”, intitulada “A Disciplina da Razão no uso Dogmático”, o filósofo mantém o que disse em IEPTM em relação à idéia de se imitar procedimentos matemáticos que iniciariam pelas definições⁶². Contudo, julgamos dignas de nota as menções sobre a impropriedade de uma axiomatização em filosofia e os aspectos concernentes às características próprias das demonstrações filosóficas em contraste com aquelas empregadas na matemática.

Para Kant os axiomas seriam “princípios sintéticos *a priori* enquanto são imediatamente certos”⁶³. Entretanto, seria impossível ligar os conceitos de maneira sintética e imediata sem o recurso à experiência. E, sendo a filosofia um conhecimento por conceitos, ela não poderia ter nada como princípios que pudessem ser designados como axiomas.

⁶² Conforme CRP, A 728-731/ B 756-759, p. 588.

⁶³ CRP, A 732/B 760, p. 592.

A matemática, por outro lado, seria uma ciência em que os axiomas teriam a sua legitimidade assegurada. Através da construção de conceitos na intuição seria possível a ela ligar *a priori* e imediatamente os predicados de objetos, assim como no exemplo segundo o qual três pontos se encontram sempre num plano. Em princípios sintéticos fundados simplesmente em conceitos a certeza seria impossível, necessitando sempre do recurso à experiência. Dessa forma, a filosofia como uma ciência discursiva que opera com princípios discursivos não poderia operar de maneira a utilizar-se de axiomas. Estes seriam constituídos apoiando-se na intuição.

Os princípios discursivos exigem sempre uma dedução e os axiomas prescindiriam completamente desse recurso. Por isso, os axiomas seriam sempre evidentes, coisa de que a filosofia jamais poderia se gabar. O filósofo recorda ter utilizado o termo “axioma” ao abordar um dos princípios do entendimento na Analítica. Naquele momento de sua teorização, Kant mencionou os axiomas da intuição. Porém, tais axiomas deveriam ser entendidos como princípios cuja constituição não seria axiomática, mas, outrossim, como princípios caracterizados por servir “unicamente para fornecer o fundamento da possibilidade dos axiomas em geral”⁶⁴.

Nesse sentido, eles seriam princípios extraídos de conceitos. Através da análise dos mesmos seria possível demonstrar a possibilidade da matemática. Assim, para Kant, a “filosofia não tem, portanto, axiomas e nunca lhe é permitido impor os seus princípios *a priori* tão absolutamente, mas deve aplicar-se a justificar a autoridade desses princípios relativamente aos axiomas, graças a uma dedução sólida”⁶⁵. A axiomatização da filosofia seria, então, inadequada e tal procedimento jamais deveria ser imitado da matemática.

No que se refere às demonstrações, o grau de confiabilidade da matemática contrastaria com o da filosofia a ponto desta última não estar autorizada a utilizar tal denominação para as suas provas. Com efeito, diz o filósofo, somente

uma prova apodíctica na medida em que é intuitiva, pode chamar-se demonstração. (...). De conceitos *a priori* (no conhecimento discursivo) nunca pode resultar certeza intuitiva, isto é, evidência, por mais que o juízo possa ser apodicticamente certo. Só

⁶⁴ CRP, A 734/B 762, p. 593.

⁶⁵ *Idem, ibidem*. Contudo seria pertinente perguntar: na obra “Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza”, Kant não estaria apresentando tais princípios à maneira de axiomas? Sobre essa questão, o professor Loparic apresenta uma resposta. No capítulo 4 abordaremos essa temática.

a matemática, portanto, contém demonstrações, por que não deriva de conceitos o seu conhecimento, mas da construção de conceitos⁶⁶.

Nesse sentido, a filosofia jamais poderia alcançar status de conhecimento demonstrado rigorosamente como o da matemática. Por isso, as provas filosóficas deveriam chamar-se acroamáticas, por realizarem-se somente através de simples palavras, pelo objeto em pensamento, ao passo que as provas matemáticas, graças ao fato de construírem seus objetos nas intuições puras espaço-temporais, alcançariam evidência denominando-se então, acertadamente, de demonstrações.

Essas considerações, todavia, não devem nos levar a concluir que o conhecimento filosófico é indemonstrável. O que se pode concluir com certeza é apenas que o rigor de suas provas não é tão forte como na matemática. Por consequência, a filosofia nunca poderá se dispensar de uma análise de posições já alcançadas sob pena de perder de vista possíveis erros. Nas palavras de Kant, a razão

nas suas investigações transcendentais, não poderá olhar à sua frente tão confiadamente, como se o caminho que percorreu venha a conduzir diretamente ao fim, nem contar com as premissas que tomou, com tanta audácia, por fundamento, que não sinta a necessidade de se voltar muitas vezes para trás e ver se por acaso não se descobrem, na marcha dos raciocínios, erros que lhe teriam escapado nos princípios e tornassem necessário ou determinar melhor esses princípios, ou mudá-los completamente⁶⁷.

Nesse sentido, Kant admite a necessidade de se aceitar os limites das demonstrações filosóficas e atesta a necessidade de um constante aprimoramento de suas bases. Com essas considerações damos por encerrada nossa interpretação sobre o método e sua aplicação tanto nos Prolegômenos como na CRP. Contudo é necessário retomar esses problemas para podermos encaminhar a análise de uma hipótese de maneira correta.

3.2.5 O Método e seus Problemas

⁶⁶ CRP, A 735/B 763, p. 593.

⁶⁷ CRP, A 735/B 763, p. 593.

Ao longo da exposição que se iniciou com a discussão em torno do método em IEPTM procuramos sempre a fidelidade ao texto kantiano. Durante a exposição, sempre que necessário, levantamos problemas de interpretação devido à escassez de dados fornecidos pelo filósofo. A solução dos problemas, segundo a nossa concepção, pode fornecer elementos importantes para a compreensão adequada da filosofia teórica do filósofo de Königsberg. Para fazer isso é necessário que apontemos antes o que pode ser concluído a partir dessa análise feita até aqui a respeito das características do método kantiano de argumentação. O método de Kant operaria de maneira combinada contando com as seguintes características:

- 1) apesar de Kant não especificar, o método analítico e o sintético operariam de maneira complementar preservando aspectos propostos no período pré-crítico ao compará-lo com o procedimento newtoniano (muito embora naquele momento somente a fase analítica era aplicada, como o próprio filósofo destacara)⁶⁸.
- 2) Esse método é utilizado parcialmente nos Prolegômenos com destaque para o analítico (faltando o detalhamento do método sintético ao tratar do tema dos princípios do entendimento) e de maneira completa na CRP.
- 3) O método analítico busca as condições de possibilidade tanto da sensibilidade como do entendimento e procura apresentar provas de sua legitimidade enquanto condições a partir das quais se pode compreender a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. As provas podem ser desenvolvidas a partir da apresentação de argumentos que fundamentem a aplicação das condições àquilo sobre o qual elas se aplicam (no caso da dedução transcendental das categorias e do espaço e tempo e também nos princípios do entendimento). A demonstração empregada é a ostensiva.
- 4) Além disso, procura-se a refutação a possíveis candidatos complementares ou alternativos a condicionantes como vimos no caso dos conceitos de unidade, verdade e perfeição em relação às categorias e no caso das sensações em relação às intuições puras, respectivamente.
- 5) O método sintético articula e organiza o que foi encontrado na análise de maneira a apresentar as condições como conhecimentos *a priori* a partir das quais se pode explicar a possibilidade da experiência.

⁶⁸ Conforme o capítulo primeiro deste trabalho, página 21.

Essas conclusões levam aos seguintes problemas: o método empregado nos Prolegômenos não é exclusivamente analítico e o que foi aplicado na CRP não é puramente sintético. Assim, seríamos levados a desconsiderar a afirmação de Kant a respeito do uso exclusivo em cada uma das obras? O que interpretamos até aqui deve ser desconsiderado? Mais: o que dizer a respeito da afirmação do filósofo a respeito do método nos Prolegômenos em que ele definia o método analítico como um procedimento de ensino empregado na análise matemática? Há um paralelo entre essa análise e a analogia que Kant recomendava com a geometria no método descrito em IEPTM? Nas obras cuja análise apresentamos, não são definidas as características dessa análise matemática e nem o que Kant entendia por método de ensino.

Além disso, apesar de utilizar demonstrações ostensivas ao provar a legitimidade das condições, permanece, para nós a dúvida acerca do uso de demonstrações indiretas, como o recurso à técnica da redução ao absurdo tal como mencionamos ao longo do trabalho. E, se levarmos em consideração a proposta metodológica de Kant desenvolvida em IEPTM poderíamos ainda aduzir novas questões: apesar de não ser mencionado, é possível afirmar que o ideal metodológico acerca da busca por características primeiras, simples e imediatamente certas como elementos indemonstráveis nos conceitos a partir dos quais se poderia derivar o restante é mantido no período crítico? Isso poderia ser interpretado no sentido de propor que as condições dos juízos sintéticos *a priori* como uma conquista filosófica, teriam um caráter indemonstrável como elementos a partir dos quais se apresentaria a possibilidade do conhecimento dos objetos enquanto fenômenos?

As respostas a essas questões podem ser vislumbradas na hipótese de interpretação do método proposta pelo professor Loparic. Essa hipótese foi escolhida por nós levando em conta a maneira pela qual foi construída: a partir de pistas fornecidas pelo próprio Kant ao longo de seus textos. A seguir, faremos uma exposição dessa hipótese procurando identificar os seus méritos já que ela, a nosso ver, apresenta vários elementos comuns com o que pudemos apresentar e justificar até aqui e aduz elementos muito importantes que clarificam a influência da matemática no pensamento de Kant.

4 UMA HIPÓTESE: A INFLUÊNCIA DA GEOMETRIA GREGA

Segundo o professor Loparic o método aplicado por Kant na solução do problema da filosofia transcendental tem uma origem grega, isto é, ele teria imitado o antigo método combinado de análise e síntese dos geômetras gregos. Esse método está explicado brevemente em uma interpolação ao Livro XIII, Proposição 1, dos Elementos de Euclides. Entretanto, a única descrição completa desse método foi dada por Pappus de Alexandria, aliás, a única de que se tem notícia. É sabido que muitos tratados de geometria são expostos de acordo com o método da síntese, omitindo o procedimento analítico. A omissão da parte analítica era prática comum entre os matemáticos e as razões exatas desse procedimento não são claras.

No que se refere à recepção desse método e sua aplicação por parte de Kant, é possível afirmar que o próprio filósofo ao longo de suas obras forneceu pistas. As principais a nosso ver se encontram na definição do método feita nos Prolegômenos. Naquela definição, a primeira pista pode ser identificada como sendo a referência da identificação do momento analítico com um método de ensino e a outra, como a menção segundo a qual a análise matemática seria um exemplo do método analítico tal como o filósofo o aplica¹.

Para Loparic o método de ensino ao qual Kant se refere é o método zetético. Através desse procedimento seria possível alcançar progressos no conhecimento humano. Conforme o próprio Kant afirma:

o método próprio para se ensinar filosofia é zetético, como era chamado por alguns pensadores da Antigüidade (de *zetein*), isto é, um método que ensina pesquisando, e que se torna dogmático, isto é, decidido, somente quando a razão já está bem exercitada².

Essa citação demonstraria, segundo Loparic, que Kant tinha conhecimento do método analítico da Antigüidade grega. E, se analisarmos o que ele afirma acerca da análise matemática como um exemplo de seu método analítico, estaríamos amparados para estudar o

¹ Entretanto, podemos apontar também as pistas observadas no período pré-crítico: a referência à analogia mencionada na apresentação do método em IEPTM em relação à geometria, e também a menção à busca pelas notas características elementares nos conceitos como elementos indemonstráveis. Este último aspecto por revelar uma semelhança com a matemática.

² KANT, Immanuel. **Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjare von 1765-1766, (1765)**. Conforme a tradução de Loparic, na obra: **A Semântica Transcendental de Kant**. p.35.

antigo método combinado de análise e síntese e a relação deste com o empregado efetivamente por Kant. Com efeito, aquilo que foi mostrado nas páginas anteriores atesta a utilização de um procedimento combinado. Vejamos como Pappus descreve esse método chamado de “O tesouro da Análise”:

Ora, a análise é o caminho a partir do que é buscado – tomado como se estivesse admitido – passando ordenadamente por suas conseqüências até algo admitido na síntese. Pois na análise nós tomamos como já feito aquilo que se está buscando, e indagamos de que ele resulta; e, de novo, qual é o antecedente deste último, até que, em nosso caminho para trás, deparemo-nos com algo já conhecido e que é o primeiro da ordem. E denominamos esse método análise, por ser uma solução para trás. Na síntese, por outro lado, tomamos como já feito aquilo que foi alcançado por último na análise, e, arranjando em sua ordem natural como conseqüentes aqueles que antes eram os antecedentes e ligando-os uns aos outros, chegamos por fim à construção da coisa buscada. E isso é a síntese. Ora, a análise é de duas espécies. A primeira busca a verdade, sendo denominada teórica. A outra serve para realizar o que se desejava fazer, e é denominada problemática. Na espécie teórica, tomamos a coisa buscada como existindo e como sendo verdadeira, e passamos ordenadamente através de suas conseqüências, como se essas fossem verdadeiras e existentes por hipótese, até algo admitido; então, se aquilo que é admitido for verdadeiro, a coisa buscada é verdadeira, também, e a prova será o reverso da análise. Mas se chegamos a algo que é falso admitir, a coisa buscada será falsa também. Na espécie problemática, tomamos a coisa desejada como conhecida, e passamos então ordenadamente através de suas conseqüências, como se essas fossem verdadeiras, até algo admitido. Se a coisa admitida é possível ou pode ser feita, isto é, se ela for o que os matemáticos chamam dado, a coisa desejada será também possível. A prova será, de novo, o reverso da análise. Mas se chegamos a algo que é impossível admitir, o problema também será impossível³.

A descrição desse método de descoberta e prova permite identificar de imediato a existência de uma combinação entre um momento regressivo e um progressivo. Nesse sentido, o método combinado de análise e síntese é análogo àquele descrito por Kant nos *Prolegômenos* e também ao de Newton na “Óptica”⁴. Entretanto, é necessário que analisemos essa citação como primeiro passo para identificar a maneira pela qual Kant teria adaptado as fases desse método geométrico na filosofia transcendental.

Para Loparic o referido método era utilizado para encontrar e provar soluções de dois tipos diferentes de problemas: o de determinação de objetos e o de provar proposições. No caso de problemas de determinação a incógnita seria um objeto ou uma construção legítima, e no que se refere aos problemas de prova, a incógnita seria o valor de verdade ou de prova de

³ Conforme a tradução de HINTIKKA, Jaako; REMES, Unto. **The Method of Analysis**. Dordrecht: Reidel, 1974. p. 8-10; Heath também apresenta uma tradução nos mesmos moldes de Hintikka. Ver: HEATH, Thomas. **History of Greek Mathematics**. New York: Dover, 1981. v. 2. p. 399-401.

⁴ Conforme o descrevemos no primeiro capítulo deste trabalho

um teorema conjecturado⁵. É possível interpretar a descrição de Pappus do método para solucionar problemas de prova da maneira como segue.

Os geômetras desenvolviam o movimento inicial em dois passos. Inicialmente a proposição conjecturada seria dada como verdadeira e, além disso, seria dado como existente aquilo sobre o qual ela se dirigiria. Isto significa que se deveria exemplificar a proposição construindo ou indicando um caso em que ela fosse aplicada.⁶ Em seguida, o método prescreveria a obediência a dois passos do momento inicial chamado de análise: a transformação e a resolução.

A transformação era entendida como o procedimento segundo o qual o geômetra buscava através de um movimento ascendente os elementos a partir dos quais a proposição conjecturada poderia resultar. Buscar-se-iam dois tipos de antecedentes: as premissas ou proposições pelas quais a proposição examinada fosse deduzida e construções e dados legítimos com os quais aquilo que foi exemplificado a partir da proposição inicial pudesse ser construído de forma efetiva. O segundo passo do método analítico chamado de resolução, preconizava provar a verdade das premissas e a legitimidade do que foi construído na transformação.

O segundo momento do método combinado, a síntese, também obedecia dois procedimentos. No primeiro, denominado de construção, a figura geométrica que exemplifica a proposição conjecturada é construída a partir do que foi determinado como legítimo no momento anterior (o da resolução na análise). Em seguida, deve-se provar a proposição inicial que fora assumida como verdadeira a partir das premissas obtidas na fase final da análise (resolução), sempre assumindo o que foi construído no primeiro momento da síntese, a construção⁷.

A compreensão adequada desse método e sua recepção, por parte de Kant depende de algumas observações. Para Loparic é essencial destacar que no momento analítico a fase da transformação deve ser entendida como um procedimento que busca premissas legítimas que

⁵ LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 36. (Coleção CLE).

⁶ *Ibidem*, p. 37.

⁷ Essa interpretação é concorde com a que é dada por Heath em seu livro “History of Greek Mathematics” e na Introdução à sua edição dos “Elementos” de Euclides, e também com a que é desenvolvida por Hintikka e Remes no livro “The Method of Analysis” citadas acima.

não devem ser necessariamente os primeiros princípios absolutamente evidentes⁸. Esse movimento pode ser feito de várias maneiras. É possível deduzir premissas buscadas a partir da proposição inicial e construir dados a partir da construção inicial. Assim, supõe-se a reversibilidade do processo de análise e síntese e existe a possibilidade de inserção do método de redução ao absurdo.

Por outro lado, é possível também ascender em busca dos elementos primeiros apontando hipóteses acerca das premissas e dados legítimos. Isso seria feito supondo a possibilidade de que as deduções e construções seguintes mostrar-se-iam possíveis em uma ordem inversa. Como o processo de transformação envolve tanto a dedução como a construção, pode-se falar na análise em dois sentidos: o proposicional e o construcional.

Em relação à síntese as observações são análogas ao que se disse acima sobre a análise. É necessário destacar nesse ínterim, que os processos de construção desenvolvidos na transformação e na síntese são conhecidos tradicionalmente por “construções auxiliares”⁹ responsáveis pela fecundidade desse método na geometria.

O método para os problemas de determinação obedece a mesma estrutura aplicada aos de prova. Inicia-se supondo o problema como solucionado, exemplificam-se os seus dados, as suas incógnitas e a condição que define a conexão de ambos. No processo da transformação procuram-se construções legítimas a partir das quais a solução pode ser obtida.

A síntese, por sua vez, a exemplo do método para problemas de prova, só começa após a resolução ter alcançado a legalidade¹⁰ da última construção alcançada na transformação na fase analítica. É no momento sintético que o objeto desejado é construído alcançando dessa maneira a prova da legitimidade da construção. Para os problemas de determinação Loparic também observa aspectos importantes.

No processo de transformação pode-se empregar a técnica de redução ao absurdo sempre que as construções desenvolvidas apresentarem-se como sendo efetivas, ao invés de meras hipóteses. E, assim, a reversibilidade do processo de construção tornaria a síntese uma trivialidade. Além disso, o método descrito por Pappus permite concluir que Kant foi influenciado pela geometria grega na determinação da idealidade do espaço e do tempo.

⁸ LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 38. (Coleção CLE).

⁹ Conforme os estudos de Hintikka e Remes na obra citada.

¹⁰ LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 38. (Coleção CLE).

Segundo Pappus o objetivo do método é a construção do que é procurado. Mas, para se resolver adequadamente um problema de determinação deve-se construir o objeto procurado, no caso, da incógnita. Entretanto, as construções não são empíricas e por isso, não dizem respeito aos objetos empíricos. Nesse caso somos forçados a perguntar: a que se referem efetivamente as construções geométricas? A resposta, fornecida por Proclus consistiu em apresentar o domínio das construções matemáticas como pertencentes à esfera da imaginação. Isto é, para Proclus “figuras, movimentos e propriedades do espaço de objetos imaginários devem ser mantidos separados de propriedades análogas de objetos das idéias”¹¹.

Ora, é perfeitamente plausível afirmar que essa consideração é o primeiro passo na direção da formulação de Kant a respeito da idealidade do espaço e do tempo. Nesse sentido, o método combinado de análise e síntese só poderia ser aplicado a objetos construídos pelo sujeito cognoscente e não a objetos pertencentes a uma realidade a ele exterior.

4.1 A Recepção do Método Combinado por Kant

É difícil afirmar que Kant não se orientou pelo método combinado. Isso pode ser dito se levarmos em conta a simples comparação entre o que diz Pappus, aquilo que é dito por Newton e, é claro, o que pode ser lido nos Prolegômenos e em IEPTM sobre o método progressivo e regressivo. O que dificulta a determinação da maneira como Kant adaptou o método combinado em relação aos seus procedimentos específicos é a ausência de explicações a respeito de que tipo de problemas o método aludido nos Prolegômenos se aplica, isto é, se ele dirige aos problemas de prova ou de determinação¹².

Contudo, o exame de algumas das concepções kantianas fundamentais além do simples paralelo com o método geométrico aponta com maior clareza para a certeza de uma influência desse método na filosofia teórica de Kant como um todo. Um exemplo desse fato é a diferença entre as noções de conhecimento puro a partir de conceitos e aquele como uma construção de conceitos. Ora, a construção de conceitos como a apresentação *a priori* da

¹¹ PROCLUS, D. 1873. In: *Primum Euclidis elementorum librum commentarii* (ed. By G. Friedlein). Leipzig: Teubner, p. 186-7. *Apud* LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 38. (Coleção CLE).

¹² LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 43. (Coleção CLE).

intuição a eles correspondentes pode ser comparada às operações de construção na geometria no sentido de determinar objetos a partir dos quais se pode deduzir uma proposição ou figura geométrica inicial aceita como verdadeira.

Para Loparic seria possível identificar os momentos do método combinado de análise e síntese na filosofia de Kant em geral, inclusive em aspectos ligados às formulações da dialética transcendental¹³ e mesmo na segunda e terceira críticas. Porém, não é nosso propósito identificar a aplicação do método combinado em toda a filosofia de Kant. Nosso objetivo é mais modesto: apresentar a maneira como Kant adaptou o método combinado de análise e síntese na solução do problema acerca das condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. Isto é, do problema geral da filosofia transcendental.

Antes de fazer isso, porém, é necessário que façamos uma observação fundamental: apesar de Kant afirmar ter utilizado o método analítico nos Prolegômenos e o sintético na CRP de forma exclusiva, o que ele de fato fez não confirma tal afirmação. Segundo Loparic, não devemos levar Kant ao pé da letra, pois os “Prolegômenos não descrevem sua pesquisa efetiva em todas as suas partes analiticamente importantes, e a primeira Crítica mistura procedimentos sintéticos e analíticos”¹⁴. O trabalho que desenvolvemos até aqui também apontou uma idéia similar¹⁵ que, por isso, alcançaria uma confirmação. Contudo o paralelo entre o método aplicado por Kant e aquele descrito por Pappus auxilia a dirimir dúvidas quanto a essa idéia.

4.2 O Problema e a Fase Analítica do Método Combinado

O ponto de partida para a aplicação efetiva do método combinado em um paralelo com o antigo método dos geômetras depende da clarificação acerca do problema. No capítulo 1 deste trabalho apresentamos a nossa interpretação sobre a maneira como Kant o coloca. Para Loparic, porém, o problema das condições de possibilidade não se limitaria aos juízos sintéticos *a priori*. Ele se estenderia também aos juízos *a posteriori*, especialmente de leis

¹³ LOPARIC, Zeljko. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: Unicamp, 2000. p.49. (Coleção CLE).

¹⁴ *Ibidem*, p. 52.

¹⁵ Para nós, porém, Kant teria empregado o método sintético também, muito embora de forma imperfeita nos Prolegômenos (conforme o que dissemos no capítulo 3).

causais empíricas. Nesse sentido, o ponto de partida do momento analítico seria o da existência de juízos sintéticos em geral como dados.

Essa concepção é justificada da maneira como segue. No texto “*Welches sind die wirklichen Fortschritte die die Metaphysik seit Leibnizens und Wolffs Zeiten in Deutschland gemacht hat?*” de 1804¹⁶, Kant inclui a questão da possibilidade da experiência como conhecimento *a posteriori*. Para Loparic a adoção dessa idéia auxiliaria a clarificar a idéia exposta na Analítica segundo a qual existiria a necessidade de se tornar os conceitos sensíveis, acrescentando a eles o objeto da intuição e tornar as intuições compreensíveis através dos conceitos. E, dessa forma, os pensamentos sem o conteúdo fornecido pelas intuições seriam vazios e as intuições, por seu turno, sem os conceitos, seriam cegas.

A razão de o filósofo não ter mencionado explicitamente a inclusão do problema da possibilidade dos juízos sintéticos *a posteriori* no ponto de partida da análise se deveria ao fato de que ele “queria maximizar a certeza do seu ponto de partida sem perder nada na generalidade da solução”¹⁷. Por outro lado, esse ponto de partida, é assumido como sendo dado, ou seja a existência de proposições sintéticas *a priori* e *a posteriori* é entendida como efetivamente dada, e não como se fosse dada segundo preconizava o método combinado na geometria antiga. Kant, nesse ponto, estaria aplicando o método de uma forma distinta dos geométricos tal como descrito por Pappus. Ora, não haveria motivos que exprimissem a necessidade de uma aplicação literal daquele antigo método.

O método combinado de análise e síntese preconizava, como vimos no tópico anterior, a exemplificação dos dados do problema dado como solucionado¹⁸. Kant faz algo similar ao apresentar vários exemplos de juízos sintéticos *a priori* na física e na matemática. Esses aspectos foram apresentados por nós no segundo capítulo desse trabalho. No que se refere aos juízos sintéticos *a posteriori* não existiria a necessidade de exemplos, já que a experiência empírica em geral poderia ilustrar a sua existência facilmente. Mas, se o problema a ser solucionado está posto e exemplificado, como é dada a solução? Como o paralelo com o método combinado de análise e síntese pode ser identificado?

¹⁶ Entre as páginas 49 a 54. Outra prova acerca dessa idéia será dada mais adiante ao analisarmos o momento sintético do método nos princípios do entendimento.

¹⁷ LOPARIC, Zeljko. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: Unicamp, 2000. p. 57. (Coleção CLE).

¹⁸ Isso é possível de identificar analisando o método tal como exposto nos Prolegômenos e que interpretamos no capítulo 3.

A solução, como sabemos, consiste na apresentação e prova da existência de condições de possibilidade da sensibilidade e do entendimento como representações intuitivas e discursivas, respectivamente. Tais condições aplicáveis a todos as percepções de objetos empíricos através de operações *a priori* seriam suficientes para determinar a compreensão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo, tanto puro como empírico¹⁹. As representações intuitivas são as intuições de espaço e tempo e as discursivas, as formas lógicas das proposições, inclusive as de experiência. As intuições aplicam-se aos objetos percebidos graças à sua constituição, e as formas discursivas ou categorias, através da mediação de uma das intuições: o tempo.

A unidade entre intuições e categorias é garantida pela apercepção transcendental e, graças a ela, é possível que o recurso à experiência sensível, ao sensificar as intuições, torne verdadeiros ou falsos os juízos de experiência. Assim, é possível alcançar um caráter de decidibilidade, ou seja, um caráter segundo o qual seja possível e seguro determinar a veracidade ou falsidade daqueles juízos. Tudo isso, é claro, dentro de uma esfera ligada à experiência possível.

No que se refere ao procedimento metodológico que permitiu o alcance dessa solução, é possível identificar claramente um paralelo com o método combinado dos antigos. O problema sobre o qual o referido método se aplica é, pois, um problema de determinação²⁰. No momento analítico do método percebe-se a fase da transformação e da resolução, e no sintético, a das construções e provas. Começemos examinando o momento analítico.

Para Loparic, o primeiro movimento em direção ao alcance das condições de possibilidade dos juízos sintéticos em geral, o de transformação, consistiu na procura por candidatos para condições de possibilidade do problema inicial suposto como dado. Kant procurou inicialmente, partindo de construções intuitivas exemplificadas na matemática as condições da sensibilidade explicitadas pelas intuições puras de espaço e tempo sempre seguindo um procedimento regressivo. E, em seguida, através de um movimento de mesmo tipo, procurou candidatos para as condições de possibilidade do entendimento como sendo as categorias, partindo de proposições da lógica. A conexão entre ambas como uma operação do aparelho cognitivo na formação de juízos, a imaginação transcendental, é também característica dessa primeira fase.

¹⁹ LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 50. (Coleção CLE).

²⁰ *Ibidem*, p. 52.

As intuições puras e as categorias do entendimento seriam representações adquiridas e não inatas. Elas podem ser entendidas como operações inatas espontâneas. Não existiriam representações como algo divinamente implantado, ou inato. Nesse sentido, tanto a forma dos objetos no espaço e no tempo, como a unificação sintética do múltiplo conceitual seriam introduzidas *a priori* pelo sistema cognitivo humano, já que a apercepção condicionaria a unidade de todo o processo cognitivo²¹. A questão acerca da natureza e da origem dessas operações de aquisição da forma das intuições e das categorias não é sequer esboçada por Kant²².

O segundo momento do método analítico, o de resolução, preconiza a prova da legitimidade das condições *a priori* identificadas na fase da transformação. Nesse momento, Kant procurou resolver os seguintes problemas: “provar a existência, a completude e a unicidade das operações, regras e representações *a priori* e, em segundo lugar, provar a necessidade das mesmas”²³.

O procedimento que visa provar que a existência das condições que tornam possível a sensibilidade e do entendimento, bem como a sua completude e unicidade é exposto por Kant nas passagens correspondentes à exposição metafísica dos conceitos de espaço e tempo no caso da sensibilidade e na dedução metafísica no que concerne às categorias do entendimento. Por outro lado, a avaliação correta dos resultados até então alcançados é feita na dedução transcendental tanto de categorias como de intuições.

O processo de dedução metafísica das categorias apresenta a origem transcendental destas através de seu acordo com as funções lógicas do pensamento. Funções estas, descobertas através do auxílio do fio condutor encontrado no quadro lógico dos juízos. Assim,

²¹ *Ibidem*, p. 59. Loparic sustenta essa idéia a partir de sua interpretação do que Kant afirma na página 68 e 71 da obra: **Über eine Entdeckung nach der alle neue Kritik der reinen Vernunft durch eine ältere enthehrlich gemacht werden soll**. A citação é a que segue: “deve haver um fundamento no sujeito que torna possível que essas representações se originem dessa maneira e não de outra, e isso as capacita a se relacionarem com objetos que ainda não estão dados. Esse fundamento, pelo menos ele, é inato”. (p. 68). Sobre as categorias, a citação sobre a qual Loparic se apóia é assim apresentada: “estas são do mesmo modo adquiridas, e não inatas, mas sua aquisição, como a do espaço, é originária e não pressupõe nada inato, exceto as condições subjetivas da espontaneidade do pensamento (em concordância com a unidade da apercepção).” (p. 71). Isso é apresentado em: LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 68-71. (Coleção CLE).

²² *Ibidem*, p. 60. Para nós, conforme já apresentamos, existiria a hipótese de elas serem interpretadas como indemonstráveis, no sentido de que seriam imediatamente certas, e o fundamento a partir do qual se compreenderia a possibilidade da experiência.

²³ *Ibidem*, p. 53

as proposições da lógica são os pontos de partida para a dedução metafísica das categorias são. Aqui percebe-se o sentido proposicional preconizado pelo método dos geômetras.

De maneira análoga, o procedimento de exposição metafísica dos conceitos de espaço e tempo através da tarefa de representar com clareza aquilo que pertence *a priori* a esses conceitos prova a completude e unicidade dos mesmos, além, é claro da sua existência. O ponto de partida para a dedução seriam exemplos de construções intuitivas (matemática e geometria).

Com essas teorizações, poderíamos concluir que os produtos mais elementares da nossa constituição cognitiva seriam as representações de espaço e tempo e as categorias do entendimento. Essas representações, por seu turno, devem ser entendidas como uma noção do todo do conhecimento *a priori*, como um sistema em que nada pode ser acrescentado vindo de fora.

A necessidade objetiva de intuições e categorias é a outra tarefa desenvolvida no momento da resolução, como já dissemos. Ou seja, deve-se provar que as categorias aplicam-se necessariamente às intuições sensíveis. Isso, porém, é precedido pela dedução transcendental das formas puras de espaço e tempo. Nesse processo, prova-se que elas têm validade objetiva, através da estratégia geral de argumentação segundo a qual os objetos só aparecem para o sujeito determinados pelas relações de espaço e tempo e somente através delas eles podem aparecer²⁴.

A dedução transcendental das categorias, entretanto, momento de fundamental importância da teorização kantiana dependia, para o seu sucesso, da prova acerca da completude e unicidade da lista das condições feitas na dedução metafísica²⁵.

4.3 O Momento Sintético

²⁴ Na nossa análise do método no capítulo 3 apresentamos os argumentos mais específicos.

²⁵ Os argumentos a respeito da dedução transcendental das categorias foram apresentados em sua generalidade também no capítulo 3. Não o faremos aqui novamente.

A fase sintética do método combinado de análise e síntese, cujo movimento é progressivo, pois articula o que foi alcançado e provado no momento anterior, também se apresenta como constituída por dois momentos: o da construção seguido pelo da prova. No primeiro momento deve-se efetivamente procurar a construção de condições necessárias para a verdade e a falsidade objetiva dos princípios do entendimento, enquanto pertencentes ao âmbito de uma experiência possível.

A construção é a fase relacionada ao momento em que Kant apresenta na CRP as teorizações correspondentes ao esquematismo. Nessa fase do método, o objetivo a ser alcançado é mostrar a maneira pela qual as categorias se aplicam às intuições. Dessa forma pode-se fundamentar a determinação dos princípios do entendimento como uma fisiologia da razão pura no âmbito da maneira como o sujeito elabora conhecimentos como juízos sobre a natureza em geral. Nesse nível da aplicação do método, o ponto de partida não pode se fundamentar em nada que não seja a própria razão, já que ocorre uma articulação do que foi alcançado na análise que versava sobre os elementos transcendentais do processo cognitivo.

Assim, podemos dizer, por exemplo, que o esquema da substância como a permanência do tempo entendido como o fundamento para a regra que determina um tipo de experiência possível ligada à relação entre os objetos na natureza, é uma construção. Algo análogo pode ser dito para os esquemas em geral. Esses são, com efeito, legítimas construções a partir da intuição pura de tempo como mediadora homogênea entre a sensibilidade como experiência interior e o entendimento em suas funções de síntese e unidade explicitadas nas categorias como funções dos juízos quantitativos, qualitativos, de relação e os da modalidade. Graças às construções é possível a Kant apresentar a sua conclusão segundo a qual os princípios do entendimento seriam verdadeiros tanto em relação às intuições puras como na experiência empírica. Para apresentar a possibilidade dos juízos sintéticos em geral faz-se necessário apresentar provas da legitimidade dos princípios.

Tal procedimento é desenvolvido no segundo passo do método sintético, designado justamente como prova. As provas dos princípios do entendimento dependem das construções. Essas provas são, conforme apresentamos no capítulo anterior, argumentos que legitimam a experiência no sentido de que esta se dá sempre de forma a perceber objetos como grandezas, em diferentes graus de intensidade na percepção, como relacionados entre si e na esfera de uma possibilidade, realidade ou necessidade no âmbito do sujeito que raciocina

sobre uma experiência possível. Nesse sentido, o processo demonstrativo pode ser identificado com o ostensivo, ou direto.

Essas provas, porém, somente podem ser entendidas se levarmos em conta a aplicação dos referidos princípios aos objetos da experiência em uma experiência possível. Entretanto, é necessário apresentar algumas considerações feitas por Loparic que auxiliariam a demonstrar a dificuldade que Kant encontrou em adaptar o método dos geômetras na filosofia transcendental e também a comprovar o ponto de partida como sendo o de juízos sintéticos em geral, ao invés de se identificar apenas com os sintéticos *a priori*²⁶.

A primeira consideração se refere a uma dificuldade encontrada nas provas dos princípios matemáticos do entendimento: os axiomas da intuição e as antecipações da percepção. Já mencionamos no tópico anterior que os axiomas só podem existir na matemática e, nesta disciplina, eles são apoditicamente certos pois se fundam na construção de conceitos nas intuições puras de espaço e tempo. Entretanto, em B 199 os princípios matemáticos são designados como “incondicionalmente necessários” e “apodícticos”. Segundo Loparic essa afirmação é problemática, pois somente as proposições intuitivamente evidentes poderiam ser assim chamadas e os princípios matemáticos não satisfariam tal condição, pois seriam derivados diretamente de conceitos²⁷.

Assim eles seriam princípios discursivos e não intuitivos. Não seria possível prová-los através da construção completa de seus conceitos. Com efeito, é particularmente problemático caracterizá-los como intuitivamente evidentes ao pensarmos a aplicação das categorias de quantidade e qualidade às intuições puras de espaço e tempo. Além disso, “os princípios matemáticos do entendimento não são usados como premissas para provar os axiomas matemáticos eles próprios”²⁸. Isso tudo refletiria, segundo Loparic, a dificuldade que Kant encontrou em adaptar o método dos geômetras aos problemas filosóficos²⁹. Certamente não poderíamos esperar uma adaptação literal de tal método, tendo em vista a diferença das abordagens entre as duas disciplinas.

²⁶ Embora tais considerações não alterem a caracterização do método tal como foi apresentado nesse trabalho e se dirijam mais a aspectos teóricos do que metodológicos, elas serão abordadas para auxiliarem a compreensão acerca do problema inicial do qual partiu Kant na visão de Loparic.

²⁷ Isso é afirmado por Kant em **CRP A 733/B 761**, p. 591.

²⁸ Nota 14 da Semântica p. 71. (LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000, p. 71). (Coleção CLE).

²⁹ Conforme nota 16 na página 72 da Semântica. (LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000, p. 22. (Coleção CLE).

No que concerne às provas dos princípios dinâmicos, Loparic assevera que é necessário pressupor mais coisas sobre os objetos da experiência possível. Em uma nota da edição B da CRP, na página 22³⁰, Kant reconhece a possibilidade acerca da existência de dúvidas quanto ao fato de as proposições sintéticas *a priori* da física newtoniana serem assumidas como dadas. Ou seja, elas poderiam ser supostas como se fossem dadas, já que o seu valor de verdade dependeria do recurso à experiência sem garantias de correspondência, ou seja, dentro de uma esfera contingente. Isso acaba se refletindo na determinação das provas dos princípios do entendimento como sendo sujeitas a graus de certeza. Somando-se a isso, as proposições sintéticas *a priori* da mecânica de Newton tomadas como exemplos usam conceitos como movimento e resistência, cujo fundamento não é dado *a priori*. Mais: eles não podem ser construídos nas intuições puras.

Entretanto, as provas dos princípios dinâmicos são provadas sempre em sua referência a algo contingente: a experiência possível. E, além disso, ao usarmos o conceito de um corpo em movimento ou que possui resistência, não existe uma evidência imediata de que tal corpo satisfaça a condição de causalidade. Essa última característica é afirmada por Kant como necessária nos princípios³¹. Entretanto, isso não é imediatamente evidente.

Dessa maneira Kant teria partido, no caso relativo à física newtoniana, de proposições sintéticas *a posteriori*, além daquela *a priori*, na solução do problema fundamental da filosofia transcendental, pois os princípios dinâmicos só se aplicariam à experiência possível entendida como algo não necessário, cuja veracidade se confirmaria na experiência. Essa colocação acaba justificando a afirmação inicial feita nesse tópico segundo a qual o ponto de partida da filosofia transcendental seria ligado à procura pelas condições de possibilidade de juízos sintéticos em geral³².

Muito embora Kant não tenha mencionado esse fato, o problema foi tratado em sua generalidade, como já dissemos. Nesse sentido, as condições transcendentais descobertas nos

³⁰ E na tradução que utilizamos encontra-se em KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. p. 50.

³¹ Na tradução de Loparic o filósofo afirma que o princípio de causalidade “deve sempre estar ele próprio pressuposto na mesma experiência que é seu próprio fundamento de prova”. Tradução de A 733/B 761 em: LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 74. (Coleção CLE).

³² Loparic reconhece que nos Prolegômenos, §5, p.40, Kant nega que sua questão se refira às proposições sintéticas *a posteriori*. Loparic, porém, assevera que, no contexto em que foi formulada, a expressão “proposições sintéticas *a posteriori*” referia-se às proposições de percepção e não de experiência, que requerem necessidade e validade universal para serem entendidas como sintéticas. Cfe.: LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 58. (Coleção CLE).

momentos anteriores explicariam a possibilidade da experiência pelo menos em grande parte. É possível perceber, assim, como no caso dos princípios matemáticos, que os princípios dinâmicos dependiam das construções, muito embora elas nem sempre poderiam responder a tudo.

Antes de concluir esse tópico, é necessário prevenir uma possível confusão. A influência que o método de Kant sofreu do método combinado de análise e síntese da antiga geometria grega não deve ser confundida com o método de definições na matemática criticado por ele em IEPTM e na CRP. O método combinado de análise e síntese era um procedimento utilizado para resolver problemas pertinentes à geometria, tendo, por isso, uma função heurística. A imitação do método de definições da matemática foi proibido por Kant, como mostramos nos capítulos anteriores. Entretanto, o que o filósofo faz na obra “Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza” de 1786 pode contribuir para gerar uma confusão ou, no mínimo, uma suspeita de contradição.

Com efeito, nessa obra Kant apresenta uma série de definições e teoremas em que aborda entre outros aspectos, o conceito de matéria e o problema das forças em estreita conexão com a física newtoniana³³, sempre levando em conta as teorizações da CRP sobre as condições de possibilidade da experiência. Para Loparic, um exame da CRP mostraria que a imitação seria imperfeita, sendo por isso, incorreto atribuir a Kant uma simples imitação do método axiomático da matemática³⁴.

Em apoio a essa idéia, o próprio Kant afirma no prefácio dos Princípios que imitou o método matemático, muito embora não o tenha feito com rigor³⁵. Tal procedimento, porém, não diminuiria a filosofia kantiana pois, tudo o que ali está descrito pressupõe, como já dissemos, as teorizações sobre o conhecimento transcendental que só foram possíveis a partir da obediência aos passos do método combinado de análise e síntese.

³³ Como por exemplo, a definição 1: “ A matéria é o que é móvel no espaço. O espaço, que é também móvel, chama-se o espaço material, ou ainda o espaço relativo; aquele em que, por fim, se deve pensar todo o movimento (por conseguinte, ele é em si absolutamente imóvel) chama-se o espaço puro ou também absoluto.” Há também um axioma: “Todo o movimento, enquanto objeto de uma experiência possível, pode a bel-prazer considerar-se como movimento de um corpo num espaço em repouso ou então, enquanto repouso do corpo, como o movimento do espaço em sentido oposto e com uma velocidade igual.” A definição e o axioma citados pertencem ao capítulo I intitulado “ Primeiros Princípios Metafísicos da Foronomia”. Cfe.: KANT, Immanuel. **Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 25, 33.

³⁴ LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 41. (Coleção CLE).

³⁵ KANT, Immanuel. **Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 23.

Dessa forma concluímos o que tínhamos a apresentar acerca da interpretação de Loparic a respeito do método combinado de análise e síntese adaptado por Kant para a solução do problema da filosofia transcendental. Resta-nos ainda apresentar uma análise acerca dessa interpretação no que se refere à solução dos problemas que levantamos ao longo da obra e que pontuamos no final do capítulo 3, cujas linhas principais foram delineadas durante a exposição feita acima.

5 A INTERPRETAÇÃO DE LOPARIC E OS PROBLEMAS DO MÉTODO

Na introdução a esse trabalho havíamos proposto apresentar problemas na interpretação acerca das características do método aplicado por Kant em sua filosofia teórica procurando apresentar razões que autorizariam a apontar uma hipótese plausível de solução. Isso seria feito levando em conta a importância de desenvolver um posicionamento a partir do vislumbre das vantagens interpretativas que uma clareza sobre o método proporcionaria.

Fizemos isso a partir da exposição de uma análise do método nos Prolegômenos e na CRP, começando pelo período pré-crítico, já que julgamos encontrar elementos importantes nesse ambiente teórico que apontassem para a escolha de nossa hipótese. Tendo apresentado os principais problemas, passamos a apresentar a interpretação de Loparic como uma hipótese plausível para a solução de tais questões. Resta-nos agora, a título de verificação da hipótese, apresentar a proposta de interpretação do professor Loparic como ferramenta de análise para a compreensão do método do pensador de Königsberg e como fio condutor que pode fornecer elementos valiosos no que diz respeito à solução de outros problemas por nós levantados. Essa hipótese confirma alguns aspectos metodológicos que levantamos até o terceiro capítulo, mas, bem entendido, dentro de uma roupagem delineada pela adaptação kantiana do método dos geômetras. A seguir, passamos a apresentar esses elementos.

Começamos pelo que a interpretação de Loparic confirmou do que expomos no capítulo 3 enriquecendo a compreensão do método. Conforme já dissemos ao apresentar a proposta de Loparic, seria muito difícil negar uma influência do método dos geômetras na construção do método proposto por Kant. A simples comparação entre as duas descrições metodológicas atestaria tal fato.

A complementariedade entre os dois momentos do método aparece com destaque. Aquilo que atestamos ser a preocupação de Kant em demonstrar a completude e a legitimidade das condições foi demonstrada no momento analítico como pertencendo à fase da transformação e exposto na CRP como sendo a exposição metafísica de espaço e tempo e a dedução metafísica das categorias.

Por seu turno, a fase da resolução do método combinado auxiliou na compreensão do momento em que Kant procurava apresentar a legalidade das categorias no sentido de que elas deveriam se aplicar necessariamente às intuições no ambiente argumentativo da dedução transcendental. E, no caso das intuições, auxiliou a demonstrar a necessária aplicação destas últimas à matéria dos sentidos espacializando-a e temporalizando-a, na exemplificação da geometria. Esse último procedimento foi exposto por Kant na exposição transcendental de espaço e tempo (que pode ser entendida também como dedução transcendental).

E, finalmente, as características de articulação observadas por nós no momento sintético ganharam uma clareza maior na exposição do conceito de construção no momento sintético do método combinado. Através desse conceito o papel dos esquemas no momento sintético tornou-se claro: eles são referentes a objetos na esfera de uma experiência possível.

Uma análise mais acurada a respeito desse termo no contexto da geometria antiga tal como é citada por Pappus, permite concluir que é possível aceitar a existência de uma influência da matemática na formação das idéias kantianas relacionadas às construções de conceitos através das intuições puras. E, na geometria antiga, como as construções eram sempre desenvolvidas em relação a objetos tomados como sendo imaginários e não em si mesmos, pudemos observar uma concepção muito parecida com a distinção kantiana entre fenômenos e númenos conforme a interpretação de Proclus, citada mais acima de acordo com Loparic.

Sobre a interpretação lopariciana podemos apenas inserir a preocupação de Kant em refutar possíveis candidatos alternativos e complementares às condições. Entretanto, a menção a esse recurso, não é de grande importância metodológica. Pudemos aduzir a isso o fato de que os Prolegômenos, apesar de não se caracterizarem como a principal obra de filosofia teórica de Kant foram construídos de acordo com uma aplicação imperfeita do método combinado. Além disso, o filósofo utilizou o método combinado de forma completa na CRP apesar de afirmar ter aplicado o sintético de forma exclusiva. No que se refere aos problemas que nortearam nossa escolha pela interpretação de Loparic, é possível afirmar o seguinte.

O procedimento demonstrativo aplicado na tentativa de apresentar os condicionantes da sensibilidade e do entendimento foi apresentado por nós como sendo ostensivo. Entretanto, julgamos pertinente identificar o uso de procedimentos indiretos como auxiliares das provas

ao longo do trabalho, muito embora isso contrastasse com o que Kant asseverou na doutrina transcendental do método. O método combinado de análise e síntese tal como interpreta Loparic, poderia fornecer um auxílio nessa questão.

Apesar de Loparic não colocar esta problemática, poderíamos interpretar o uso do recurso à redução ao absurdo como um momento possível de ser aplicado e previsto pelo método combinado dos geômetras na fase analítica de busca e legitimação das condições dos dados. E, nesse sentido, o uso de tal método seria aceitável apenas como um reforço da demonstração ostensiva na filosofia teórica de Kant. Entretanto, não estamos suficientemente embasados para afirmar isso de maneira categórica, já que não seria plausível esperar uma aplicação literal de todos os procedimentos metodológicos na geometria, mesmo adaptados, na filosofia.

Assim, essa questão fica, segundo a nossa concepção sem uma resposta definida, já que o próprio Kant não acena de forma explícita em relação a ela. Para nós, o fato de assumir que espaço e tempo sejam conceitos aprendidos da experiência e a partir disso, provar a impossibilidade da geometria enquanto conhecimento universal e necessário, ou a impossibilidade de se compreender a sucessão no tempo através de conceitos, ou mesmo a dificuldade de compreender a diferença entre uma mão e sua imagem no espelho, partindo de simples conceitos, provando, com a isso a veracidade da premissa inicial, ou seja, de que espaço e tempo são na verdade intuições, dificilmente pode deixar de receber uma caracterização diferente daquela correspondente à técnica da redução ao absurdo.

No que se refere ao objetivo proposto por Kant em IEPTM em relação à filosofia exposto como sendo o de se preocupar em alcançar as notas características simples, primeiras e evidentes como proposições indemonstráveis, podemos afirmar a título de conclusão o que segue. Não há qualquer menção de Kant a respeito desse assunto nos Prolegômenos e na CRP conforme ficou demonstrado. A interpretação do professor Loparic também não aborda essa perspectiva. Contudo, se pudéssemos levantar uma hipótese de interpretação, ela poderia ter as seguintes nuances: as condições dos juízos sintéticos *a priori* como uma conquista filosófica, teriam um caráter indemonstrável como elementos a partir dos quais se apresentaria a possibilidade do conhecimento dos objetos enquanto fenômenos.

As condições encontradas e demonstradas como legítimas de acordo com o método combinado de análise e síntese adaptado dos geômetras gregos, poderiam ser entendidas como

as notas características simples, primeiras e fundantes do aparelho cognitivo humano. Os princípios do entendimento, por sua vez seriam compreendidos como proposições indemonstráveis a partir das quais se poderia derivar a compreensão acerca das condições de possibilidade do conhecimento da natureza.

A apercepção transcendental também mereceria essa característica, já que a constituição unitária do eu não poderia ser demonstrada, muito embora devesse ser compreendida como uma exigência indispensável na demonstração da possibilidade do conhecimento sintético *a priori* em sua unidade. Entretanto, não podemos dar uma resposta definitiva a isso com os dados de que dispomos, pois precisaríamos fazer um estudo da filosofia de Kant como um todo, pois a concepção que colocamos em discussão diz respeito a um conceito de filosofia que precisaria ser examinado em toda a obra Kantiana. Julgamos pertinente colocar tal hipótese interpretativa, já que o próprio filósofo, como já dissemos, afirmou a possibilidade da instauração de aperfeiçoamentos, reparos, e esclarecimentos na filosofia transcendental.

Sobre o método combinado de análise e síntese dos geômetras gregos julgamos importante apresentar o seu caráter heurístico. Além da influência que ele exerceu sobre Kant, é possível afirmar também aspectos adaptados desse método na filosofia de Descartes. Nesse sentido, uma análise aprofundada do “Discurso do Método”, em específico, dos quatro preceitos metodológicos para a condução da racionalidade humana na busca por conhecimentos seguros, nos leva a perceber a importância histórica desse método na filosofia moderna.

Na página 44 do “Discurso do Método”¹, Descartes declara ter desenvolvido o seu método a partir da reunião das vantagens de três métodos que estudara em sua juventude: a Lógica, a Análise dos Geômetras e a Álgebra. Segundo o comentador E. Gilson, a menção à análise dos antigos se refere ao método empregado pelos geômetras para resolver problemas. Nesse método, partia-se de um problema considerado resolvido na descoberta por seus princípios². Se considerarmos o que é dito a partir da segunda consideração, o paralelo com o método descrito por Pappus, é facilmente identificável.

¹ Segundo a tradução de Elza Moreira Marcelina para a 2ª edição da obra pela UNB. (DESCARTES, Renée. **Discurso do Método**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998. p. 44).

² Conforme o que é exposto na nota 61 à obra mencionada. DESCARTES, Renée. **Discurso do Método**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998. p. 43-44.

Com efeito, a enumeração dos quatro preceitos básicos se parece muito com uma linguagem geométrica. Afirma Descartes em relação ao segundo desses preceitos: “dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas partes quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las”³. É possível identificar nesse preceito a proposta de uma trajetória metodológica em sentido regressivo, que vai do composto ao simples numa clara correspondência à fase analítica do método combinado.

Após realizada tal tarefa, o terceiro preceito ordena:

conduzir por ordem meus pensamentos, a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis de serem conhecidos, para galgar, pouco a pouco, como que por graus, até o conhecimento dos mais complexos e, inclusive, pressupondo uma ordem entre os que não precedem naturalmente uns aos outros⁴.

Essa ordem corresponderia à fase da síntese do método combinado em que se iniciaria dos elementos descobertos pela análise, para, então, dirigir-se aos compostos resultantes das partes encontradas⁵.

No que se refere a Kant, a força heurística do método foi demonstrada nas páginas desse trabalho no que concerne à influência que ele desempenhou ao ser adaptado para a filosofia na solução do problema da filosofia transcendental. A aceitação dessa influência apresenta as seguintes vantagens de interpretação: a de compreender a proposta kantiana como sendo articulada por um método definido em que se observam com clareza as fases da

³ Conforme o que é exposto na nota 61 à obra mencionada. DESCARTES, René. **Discurso do Método**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998. p. 43-44.

⁴ *Idem, ibidem*. Percebe-se em Descartes uma preocupação análoga à de Kant no período pré-crítico: a busca por elementos simples e evidentes no início das considerações filosóficas. É claro que devemos ter presente o contexto e os problemas pertinentes a cada filosofia.

⁵ Interpretação concorde com a de Frangiotti em FRANGIOTTI, Marco Antônio. “Conhecimento Científico Segue Modelo Geométrico”. Publicado na **Folha de São Paulo**, 11 ago. 1989. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/geometra.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2006. O professor Loparic também interpreta dessa forma em seu livro “Descartes Heurístico”. Na atualidade o aspecto heurístico desse método vem sendo alvo de estudos de matemáticos como os de Polya, que demonstra exemplos de sua aplicação a outras situações concretas da vida humana Um exemplo que ilustra essa aplicação a problemas não-matemáticos envolve o da solução para a dificuldade que um homem que precisa ir da margem de um rio para a outra, sendo que a travessia a pé não é possível em virtude da profundidade das águas. Diante dessa dificuldade, ele pode lembrar-se de já ter atravessado outro rio sobre uma árvore caída. Procurar uma árvore torna-se então a nova incógnita. Em seguida, surge um novo problema: identificar os meios através dos quais seja possível derrubar uma das árvores do local sobre o rio, já que não existe árvores caídas nos arredores. Essa seqüência de idéias seria o momento analítico do método. Concluindo esse momento, o homem poderá caminhar pela árvore sobre o rio e finalmente chegar à outra margem. Assim, ele alcançaria a solução de seu problema. Esta última etapa corresponderia ao momento sintético do método. Pela análise o homem conceberia um plano, e, através da síntese, o concretizaria. Livre interpretação a partir de POLYA. Georg. **Como Plantear y Resolver Problema**. México: Trillas, 1972. p. 136.

argumentação, o vislumbre da influência da matemática em aspectos como o da construção nas intuições e a possibilidade de se interpretar a filosofia prática de Kant. Esse último aspecto pode ser observado ao atentarmos para o que o filósofo afirma no final do prefácio da obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”:

(...) o método que adotei neste escrito é o que creio mais conveniente, uma vez que se queira percorrer o caminho analiticamente do conhecimento vulgar para a determinação do princípio supremo desse conhecimento, e em seguida e em sentido inverso, sinteticamente, do exame deste princípio e das suas fontes para o conhecimento vulgar onde se encontra a sua aplicação⁶.

A partir dessa afirmação Kant apresenta a maneira como vai desenvolver os seus argumentos ao longo dos capítulos através da aplicação do referido método. Novamente, aqui, salta aos olhos o paralelo com o método descrito por Pappus. Nesse sentido, poderíamos perguntar inclusive acerca da possibilidade de toda a filosofia kantiana ser construída a partir de uma adaptação do método dos geômetras, já que isso poderia ser observado na filosofia teórica e prática. Isso, entretanto, seria tema para um outro trabalho.

O último aspecto sobre o qual queremos ponderar diz respeito à interpretação de Loparic sobre o problema da filosofia transcendental consistir na determinação das condições de possibilidade dos juízos sintéticos em geral, ao invés de juízos sintéticos *a priori*, de forma exclusiva. Acreditamos que essa interpretação é pertinente, pois, se atentarmos para os limites da força explicativa das categorias e intuições em relação a conceitos como movimento e resistência, perceberemos que eles de fato dependem muito da relação a uma experiência possível.

Com efeito, como tais conceitos não dizem respeito apenas à física, mas a experiências cotidianas simples, o problema fundamental da filosofia transcendental pode ser ampliado sem prejuízo de compreensão, tendo presente que a solução dada através do método é abrangente. Ademais, o próprio filósofo mencionou a possibilidade de reformas e ampliações em sua filosofia.

Com essas considerações damos por encerrado nosso trabalho de problematização e identificação das características do método argumentativo aplicado por Kant em sua filosofia do conhecimento.

⁶ KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 19-20.

CONCLUSÃO

O trabalho que apresentamos ao longo dessas páginas foi desenvolvido com uma preocupação metodológica que esperamos ter tornado clara: compreender Kant procurando levar em conta apenas o que ele mesmo autorizava a dizer. O levantamento dos problemas e a escolha de nossa hipótese interpretativa tiveram essa preocupação por fundamento. Se fomos felizes na exposição dos argumentos que fundamentaram nossa interpretação, podemos dizer que o que pôde ser evidenciado ao longo do trabalho foi a estreita conexão entre método e conteúdo. Tal conexão revela-se, em Kant, de fundamental importância.

Com efeito, se observarmos a reflexão pré-crítica sobre o método, perceberemos de imediato a influência sofrida por Kant dos procedimentos geométricos que buscavam sempre elementos simples e evidentes como o ponto de partida para operações mais complexas. No período crítico, a influência do método geométrico tal como a apresentamos foi determinante: a busca pelos antecedentes como condições de possibilidade já estaria, de certa maneira, propondo o estabelecimento de limites para o que o ser humano poderia conhecer.

Se o que é conhecido depende de uma série de condições, ou antecedentes e estes podem ser encontrados, pode-se então, determinar a estrutura do conhecer como algo elucidado pelas características daquilo que condiciona o conhecimento. O método, entendido dessa forma, como um processo em busca de condições de possibilidade do conhecimento humano teria como pressuposto básico em sua concepção a crença na existência de condições fundantes e últimas e que elas poderiam ser descobertas. Esse pressuposto deveria ser demonstrado. Na tentativa de demonstrá-lo, além da matemática, a influência sobre Kant teve como fonte a ciência emergente.

Kant, como um homem da modernidade, respondia ao problema imposto pelos empiristas e racionalistas de uma maneira que, de certa forma, estava sendo vislumbrada em sua época. A concepção de fenômeno e nûmeno e mesmo a teorização em torno do transcendental podem ser entendidas como interpretações filosóficas construídas a partir de um pano de fundo conceitual marcado pela influência crescente da maneira científica de pensar. As obras de Boyle e Newton, importantes cientistas da época, auxiliam a esclarecer essa idéia.

Para esses cientistas, as impressões sensoriais não seriam correspondentes às características dos corpos materiais, sendo, outrossim, apenas fruto da ação de poderes dos corpos sobre o sujeito percipiente. Essa concepção era comum se levamos em conta que a ciência emergente naquela época assumia, em geral, a visão corpuscular da matéria herdada de Demócrito. Segundo Cassirer, para compreender Kant e sua noção de coisa em si, é necessário levar em consideração esse ambiente cultural. Assim, a contribuição de Kant teria sido, especialmente, a de desenvolver esse conceito dentro de novos moldes.

Certamente isso não tira o mérito de Kant. Muito pelo contrário, auxilia a destacá-lo especialmente pela originalidade de suas abordagens. E o termo original pode ser usado com propriedade destacada se atentarmos para a semelhança existente entre o método combinado de Kant e o dos geômetras gregos, além da transformação operada no pensamento filosófico graças à maneira como o filósofo aplicou o método.

Na geometria, os procedimentos que procuravam dar conta da identificação dos antecedentes que condicionariam o dado, após a reconstrução deste último na síntese, permitindo o vislumbre de soluções para outros problemas, almejavam, com isso, demonstrar a verdade de uma proposição ou figura, ou determinar esses objetos com certeza absoluta. Na filosofia, o alcance da adequação desses procedimentos é maior: além de se procurar a determinação exata das condições de possibilidade dos juízos sintéticos, do conhecimento objetivo em geral, procurava-se a identificação dos elementos que garantiriam a possibilidade de decisão acerca da veracidade ou falsidade de nossos juízos sobre o mundo. Numa palavra: as condições que tornariam possível a sensibilidade e o entendimento seriam também aquelas que auxiliariam a decidir que tipo de juízo poderia ser aceito como verdadeiro em relação ao fenômeno ao qual ele estaria se referindo.

Nesse sentido, o método kantiano, influenciado pela geometria grega, poderia ser entendido como o procedimento que desenvolveu uma teoria apta a solucionar problemas de decisão em relação a conhecimentos verdadeiros ou falsos no âmbito do conhecimento judicativo. Somente os juízos cujo fundamento é a experiência poderiam ser declarados como verdadeiros. Entretanto, não estaríamos suficientemente embasados para afirmar que Kant operou uma adaptação literal do método geométrico.

A aceitação de uma idéia formulada dessa maneira poderia levar o leitor a suspeitar que a teoria do conhecimento de Kant teria uma fundamentação de tipo pitagórica ou algo semelhante, já que o método suporia a existência de condições de possibilidade como operações desenvolvidas a partir de elementos componentes do raciocínio matemático como tal (se analisarmos a importância da intuição de tempo na matemática e na mediação entre sensibilidade e entendimento). Tal hipótese, entretanto, pode ser refutada se levarmos em conta a diferença das abordagens na matemática e na filosofia e mesmo os limites verificados na abordagem kantiana que procura tematizar a operação de construção no esquematismo. Em relação a esse assunto, tratado sob a luz da interpretação de Loparic, foi possível identificar nesse trabalho os limites da solução kantiana observada tanto nos princípios matemáticos do entendimento, como nos dinâmicos.

De qualquer maneira, as dificuldades que Kant encontrou na adaptação do método combinado para a filosofia e, por outro lado a inspiração que este método ocasionou, levaram à formulação de uma corrente filosófica que revolucionaria a maneira de se conceber a realidade e que poderia ser comparada à revolução copernicana na ciência. O método combinado de análise e síntese, apesar de não ser claramente descrito por Kant representa uma prova da originalidade do pensamento desse filósofo e também é um exemplo da enorme influência exercida pelo mundo grego, em especial a da geometria sobre a filosofia moderna e também sobre a ciência, haja vista a semelhança da descrição do método empregado por Newton em relação à descrição de Pappus.

No que se refere à caracterização do método kantiano julgamos importante a título de conclusão desse trabalho ponderar sobre os seguintes aspectos: os procedimentos que cremos serem auxiliares e as vantagens de uma leitura da filosofia do conhecimento de Kant a partir do método tal como o interpretamos. Nos procedimentos que procuraram justificar a legitimidade dos condicionantes, especialmente no caso das intuições puras, a análise que

fizemos dos argumentos kantianos nos levou a admitir o procedimento de redução ao absurdo como um recurso complementar. Entretanto, tal procedimento não teria importância metodológica destacada, já que a demonstração direta, ou ostensiva explicitada pelas deduções se constituiria como argumentos coerentes. Tal recurso, provavelmente seria utilizado por Kant como um reforço argumentativo. O mesmo pode ser dito em relação aos momentos em que ele procurava demonstrar que a matéria das sensações não poderia servir como condição alternativa a espaço e tempo.

Em relação às categorias Kant não se expressou explicitamente apelando para o método apagógico da redução ao absurdo como procedimento demonstrativo, muito embora seja possível conjecturar a possibilidade de se fazer isso. Poderíamos afirmar que o uso dessa técnica seria o argumento que assumisse a origem empírica ou intuitiva dos conceitos puros demonstrando que dessa forma não haveria a possibilidade de compreensão do entendimento como algo universal e necessário. Assim, a idéia de que eles seriam conceitos e não intuições deveria ser aceita, já que seria impossível intuir o conceito de necessidade, causalidade ou comunidade, por exemplo, sem o pressuposto de que eles seriam conceitos e que necessitariam de elementos condicionantes da mesma natureza.

Em nosso trabalho procuramos averiguar o que Kant afirmou ser necessário fazer e o que ele realmente fez ao longo do que expôs na CRP e nos Prolegômenos. É difícil afirmar que essa técnica tal como a apresentamos nas duas obras não é observada, especialmente na Estética Transcendental, apesar do que Kant afirmou na Doutrina Transcendental do Método. Não nos atrevemos também, conforme afirmamos no capítulo 5 deste engenho, a afirmar algo de forma categórica em relação a uma suposta preocupação de Kant em buscar as condições de possibilidade da sensibilidade e do entendimento como elementos indemonstráveis, apesar de demonstrada a influência da matemática no pensamento do filósofo.

Além de ser necessária uma pesquisa da filosofia de Kant como um todo, essa hipótese de interpretação não encontra um amparo suficiente nos escritos em que nos embasamos. Ademais, como nos concentramos muito mais no aspecto metodológico do que no teórico, apesar de existir uma relação entre os dois, seria necessário atermo-nos de uma maneira mais rigorosa nos conceitos e na maneira como Kant os emprega ao longo da CRP especialmente.

Por fim, acreditamos que a leitura da filosofia do conhecimento de Kant através do método combinado de análise e síntese auxilia sobremaneira na compreensão de seu projeto ao longo da CRP, já que auxilia a compreender o papel do esquematismo e das deduções no processo de identificação das condições de possibilidade do entendimento. E, conforme o que dissemos acima sobre a filosofia prática de Kant, o referido método pode ser uma boa ferramenta de leitura, levando em conta o fato de que o próprio filósofo mencionou a utilização dos passos metodológicos semelhantes aos que descreveu nos Prolegômenos, na Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Isso, entretanto, é hipótese de pesquisa que deve ser apurada em outro trabalho.

REFERÊNCIAS

- BECKENKAMP, Joãozinho. **A Unidade Transcendental da Consciência**. Dissertação de Mestrado: Ufrgs, IFCH, 1987.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Col. Os Pensadores).
- _____. **Discurso do Método**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998.
- FRANGIOTTI, Marco Antônio. **Conhecimento Científico segue Modelo Geométrico**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/geometra.htm>> Acesso em: 22 jul. 2006.
- HEATH, Thomas. **History of Greek Mathematics**. New York: Dover, 1981. v. 2.
- _____. **The Thirteen Books of Euclid's Elements**. 2nd. ed. New York: Dover, 1956.
- HINTIKKA, Jaakko. **Juegos de Lenguaje e Informacion: Temas Kantianos de la Logica**. Madrid: Tecnos, 1976.
- HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. New York: State University of New York, 1994.
- KANT, Immanuel. **Kritik Der Reinen Vernunft**. Frankfurt: Suhrkamp, 1974. v.1.
- _____. **Kritik Der Reinen Vernunft**. Frankfurt: Suhrkamp, 1974. v.2.
- _____. **Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- _____. **Textos Pré-Críticos**. Porto: Rés, 1983.
- _____. **Crítica da Razão Prática**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. **Crítica da Razão Pura**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores;v. I).
- _____. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

_____. **Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. Ensaio Para Introduzir a Noção de Grandezas em Filosofia. In: **Escritos Pré-Críticos**. São Paulo: Unesp, 2005.

_____. Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral. In: **Escritos Pré-Críticos**. São Paulo: Unesp, 2005.

LOPARIC, Zeljko. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas: Unicamp-CLE, 2000.

_____. **Descartes Heurístico**. Campinas: Unicamp-IFCH, Col. Trajetória, 1997.

NEWTON, Isaac. **ÓPTICA**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

POLYA, G. **Cómo Plantear y Resolver Problemas**. Mexico: Trillas, 1972.

OBRAS CONSULTADAS

- ALMEIDA, Guido Antônio de. Consciência de Si e Conhecimento Objetivo na “Dedução Transcendental da Crítica da Razão Pura”. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 187-219, 1993.
- ALLISON, Henry E. **El Idealismo Transcendental de Kant: Una Interpretación y Defensa**. Barcelona: Anthropos, 1992.
- ALLISON, Henry E. Apercepción y Analiticidad en La Deducción B. In: CASTRO, Dulce Maria G. (Coord.). **Kant: de la Crítica a La Filosofía de La Religión**. Barcelona: Anthropos, 1994. p. 45-67.
- AQUILA, Richard E. **Matter in Mind: A Study of Kant's Transcendental Deduction**. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1989.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.
- _____. **Metafísica**. Tradução brasileira de Marcelo Perine a partir da tradução do grego para o italiano de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2002 v. II.
- BALDACCHINO, Lewis. Kant's Theory of Self-Consciousness. **Kant-Studien**. n. 71, p. 393-405, 1980.
- BENNETT, Jonathan. **La Crítica de la Razón de Kant**. Madrid: Alianza, 1979. v. 1.
- BERKELEY, George. **Três Diálogos Entre Hílas e Filonous**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- _____. **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).
- BOSSART, W. H. Kant's Transcendental Deduction. **Kant-Studien**, n. 68, p. 383-403, 1977.
- CASAGRANDA, Edison Alencar. **Os Pressupostos de Kant na Crítica à Metafísica Geral**. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação. (Mestrado em Filosofia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

CASSIRER, Ernst. **El Problema del Conocimiento en la Filosofía y en la Ciencias Modernas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. v. 2.

DALBOSCO, Cláudio Almir. **O Idealismo Transcendental de Kant**. Passo Fundo: EDIPUF, 1997.

DELEUZE, Gilles. **A Filosofia Crítica de Kant**. Madrid: Cátedra, 1997.

ESTELLÉS, Josep L. Blasco. Estructura Lógica y Valor Epistemológico de Los Argumentos Transcendentales. In: ESTELLÉS, Josep L. Blasco; TORREVEJANO, Mercedes. **Transcendentalidad y Racionalidad**. Valência: Pre-Textos, 2000, p. 197-216. (Colección Filosofías).

FERRAZ, Carlos Adriano. **O Papel do Juízo no Sistema Crítico-Transcendental Kantiano**. Pelotas: UFPel, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **Kant y el Problema de La Metafísica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. **Ser e Tempo**. (Parte 1). 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Ser e Tempo**. (Parte 2). 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HENRICH, Dieter. La Estructura de La Prueba en La Deducción Transcendental de Kant. In: CASTRO, Dulce Maria G. (Coord.). **Kant: de la Crítica a La Filosofía de La Religión**. Barcelona: Antrophos, 1994. p. 23-44.

HINTIKKA, Jaakko; REMES, Unto. **The Method of Analysis**. Dordrecht: Reidel, 1974.

HUME, David. **Investigação acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

_____. **A Religião nos Limites da Simples Razão**. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **Metafísica dos Costumes Parte II: Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude**. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. **Da Utilidade de Uma Nova Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Hemus, 2004.

_____. Forma e Princípios do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível. In: **Escritos Pré-Críticos**. São Paulo: Unesp, 2005.

KEMP SMITH, Norman. **A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason**. New York: Humanities Press, 1962.

KÖRNER, Stephan. **Kant**. Madrid: Alianza, 1983.

LEBRUN, Gérard. **Kant e o Fim da Metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Sobre Kant**. São Paulo: Iluminuras, 1993.

- LEIBNIZ, G. W. **A Monadologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do Entendimento Humano**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).
- LOPARIC, Zeljko. Kant's Philosophical Method (I). **Synthesis Philosophica**, n. 2, v. VI, p. 467-483, 1991.
- _____. Kant's Philosophical Method (II). **Synthesis Philosophica**, n. 1, v. VII, p. 361-381, 1992.
- _____. O Fato da Razão - Uma Interpretação Semântica. In: **Analytica**, v. IV, n. 2, 2000. p. 13-55.
- LUFT, Eduardo. Fundamentação Última é Viável? In: CIRNE-LIMA, Carlos; ALMEIDA, Custódio (Orgs.). **Nós e o Absoluto**. São Paulo: Loyola, 1986. p. 79-95.
- OLIVEIRA, Manfredo de Araújo. **Filosofia Transcendental e Religião: Ensaio sobre a Filosofia da Religião em Karl Rahner**. São Paulo: Loyola, 1984.
- _____. **Sobre a Fundamentação**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1986.
- PALMER, Humphrey. The Transcendental Fallacy. **Kant-Studien**. n. 74, p. 387-404, 1983.
- PANCHO G., Julián. Naturaleza y Artificio Transcendental: Observaciones Críticas a la Teoría Kantiana del Conocimiento. In: ESTELLÈS, Josep L. Blasco; TORREVEJANO, Mercedes. **Transcendentalidad y Racionalidad**. Valência: Pré-Textos, 2000. p. 171-195. (Colección Filosofías).
- PASCAL, Georges. **O Pensamento de Kant**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- REGNER, Anna Carolina K.P. A Relação “Consciência Empírica e Autoconsciência” no Contexto da “Crítica da Razão Pura”. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, ano IV, p. 161-178, 1976.
- STRAWSON, Peter Frederick. **The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason**. London: Methuen, 1973.
- STROUD, Barry. The Goal of Transcendental Arguments. In: STERN, Robert (Org.). **Transcendental Arguments: Problems and Prospects**. New York: Oxford Clarendon Press, 1999. p. 155-172.
- URSON, J. O. **Berkeley**. Madrid: Alianza, 1984.
- VACCARI, Ulisses Razzante. Apontamentos Sobre a Dedução Transcendental. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 158-173, 2004.
- WILKERSON, T. E. Transcendental Arguments Revisited. **Kant-Studien**. n. 66, p. 102-115, 1975.
- WOHLFART, João Alberto. Alcances e Limites da Filosofia Kantiana. **Filosofazer**, Passo Fundo, v. 13, n. 24, p. 35-58, 2004.

YOUNG, Michael. Kant's Notion of Objectivity. **Kant-Studien**, n. 70, p. 131-148, 1979.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

JULIANO CÉSAR DE LAZARI

**O MÉTODO COMBINADO DE ANÁLISE E SÍNTESE NA FILOSOFIA
DO CONHECIMENTO KANTIANA**

Porto Alegre
Agosto 2006